

JÉSUS EDUARDO DE SALES

**Patrimônio Histórico-cultural e Educação
Patrimonial em Novo Cruzeiro: uma proposta
de sequência didática**

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Março / 2025

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Mestrado Profissional em
Ensino de História – ProfHistória/UESB

Jésus Eduardo de Sales

**Patrimônio Histórico-cultural e Educação Patrimonial em Novo Cruzeiro: uma
proposta de sequência didática**

Dissertação apresentada Mestrado Profissional em
Ensino de História. ProfHistória/Uesb, como
requisito parcial e obrigatório para obtenção do título
de Mestre em Ensino de História.

Linha de pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes
Espaços de Memória.

Orientador: Prof. Dr. Belarmino Jesus Souza

Vitória da conquista - Bahia, março de 2025

S155p

Sales, Jésus Eduardo de.

Patrimônio histórico-cultural e educação patrimonial em Novo
Cruzeiro: uma proposta de sequência didática. / Jésus Eduardo de
Sales,
2025.

145f.

Orientador (a): Dr. Belarmino Jesus Souza.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia,
Programa de Pós Graduação do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de
História – ProfHistória, Vitória da Conquista, 2025.

Inclui referência F. 119 – 128

1. Ensino de História. 2. Educação patrimonial. 3. Pedagogia do objeto. 4.
Alfabetização cultural. 5. Memória e identidade. I. Souza, Belarmino Jesus.
II.

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado Profissional em
Ensino de
História - ProfHistória. III. T.

CDD 907

FOLHA DE APROVAÇÃO

Jésus Eduardo de Sales

Patrimônio Histórico-cultural e Educação Patrimonial em Novo Cruzeiro: uma proposta de sequência didática

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional e Ensino de História - ProfHistória/Uesb, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Data da aprovação: 31 de março de 2025.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Belarmino Jesus Souza (Presidente) Ass.: _____

Instituição: UESB

Profa. Dra. Avanete Pereira Sousa Ass.: _____

Instituição: UESB

Profa. Dra. Maria das Graças de Andrade Leal Ass.: _____

Instituição: UNEB

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Argemiro Sales (in memorian) e Maria da Conceição de Sales (in memorian) que, embora tivessem pouquíssimo acesso à educação formal, souberam nos educar para a vida de forma precisa;

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela vida, paz e tranquilidade em todos os momentos de minha vida. À Minha esposa Marilza, meu porto seguro durante toda minha trajetória, sempre incentivando e nunca permitiu que eu desistisse. À minha filha, Clara, minha maior motivação. Aos meus irmãos pelo apoio e carinho oferecidos em todas as circunstâncias de minha vida e principalmente nesta. Aos amigos inesquecíveis, Neri, Wagner e Ronaelson que tive a honra de conhecer nesta jornada. Ao Professor Belarmino Souza, pelo incentivo, pelos ensinamentos que me foram transmitidos, pela orientação deste trabalho e por ter acreditado em mim. À Banca de Qualificação pelas significativas indicações teóricas e metodológicas. Em especial, agradeço à professora Avanete Pereira pelo diálogo e relevantes contribuições para o aperfeiçoamento deste material.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a obtenção deste título.

*“Eu não estou interessado em nenhuma teoria
Nem nessas coisas do oriente, romances astrais
A minha alucinação é suportar o dia a dia
E meu delírio é a experiência com coisas reais
(...) Amar e mudar as coisas
Amar e mudar as coisas me interessa mais”.*

(Antônio Carlos Belchior)

RESUMO

A presente dissertação intitulada “Patrimônio Histórico-cultural e Educação Patrimonial em Novo Cruzeiro: uma proposta de sequência didática”, visa apresentar possibilidades de se trabalhar a história local através da utilização de diferentes espaços de memória e patrimônio desse município. Nesse sentido, difundir estratégias de Educação Patrimonial que possibilitem valorizar a história da cidade, priorizando trabalhos de campo direcionados para análise dos bens tombados e inventariados pelo poder público e, com alunos do Ensino Médio da E. E. Eduardo Milton da Silva. Esse estudo busca também analisar e problematizar acerca de locais e/ou eventos relevantes que não aparecem na história oficial do município, tampouco constam no seu inventário. Dessa forma, a Educação Patrimonial torna-se um instrumento que permite ao aluno realizar uma leitura crítica do mundo que o rodeia e não apenas um mero processo de memorização de fatos e descrições inócuas. A proposta didática se fundamenta na perspectiva de “alfabetização cultural” derivada das ideias de Paulo Freire em diálogo com a pedagogia do objeto sugerida por Francisco Régis Lopes Ramos (2004). O produto pedagógico desta pesquisa consiste em uma sequência didática que engloba problematização acerca do patrimônio valorizado ou desprezado pelo poder público, aula de campo, produção de textos e confecção de um jornal sobre alguns bens tangíveis e intangíveis da cidade, escolhidos pelos educandos. Por conseguinte, a utilização de diferentes propostas metodológicas visa possibilitar a realização de uma prática de Educação Patrimonial contextualizada e consistente.

Palavras-Chave: Ensino de História. Educação Patrimonial. Ensino e aprendizagem em espaços não-formais. Pedagogia do objeto. Alfabetização cultural. Memória e identidade. Problematização. História Local e Regional.

ABSTRACT

This dissertation titled "Historical-Cultural Heritage and Heritage Education in Novo Cruzeiro: a proposal for a didactic sequence", aims to present possibilities for working with local history by utilizing various memory and heritage spaces in this municipality. In this sense, the goal is to spread strategies of Heritage Education that value the city's history, focusing on fieldwork directed at analysing the assets listed and inventoried by the public authorities, in collaboration with high school students from E.E. Eduardo Milton da Silva. This study also seeks to analyse and problematize relevant places and events that do not appear in the municipality's official history, nor are they included in its inventory. In this way, Heritage Education becomes a tool that allows students to critically engage with the world around them, rather than simply memorizing facts and irrelevant descriptions. The didactic proposal is based on the concept of "cultural literacy," derived from Paulo Freire's ideas in dialogue with the object pedagogy suggested by Francisco Régis Lopes Ramos (2004). The pedagogical product of this research is a didactic sequence that includes problematization of heritage valued or neglected by the public authorities, fieldwork, text production, and the creation of a newspaper about some of the city's tangible and intangible assets chosen by the students. Therefore, the use of different methodological approaches aims to enable a contextualized and consistent practice of Heritage Education.

Keywords: History Teaching. Heritage Education. Teaching and Learning in Non-Formal Spaces. Pedagogy of Objects. Cultural Literacy. Memory and Identity. Problematisation. Local and Regional History.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa das sub-regiões do Vale do Jequitinhonha	34
Figura 2 - Mapa da bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha.....	35
Figura 3 – Bacia hidrográfica do rio Araçuaí.....	43
Figura 4 – Antiga Igreja Matriz de São Bento, em Novo Cruzeiro, demolida em 2011.....	47
Figura 5 – Nova Igreja Matriz de São Bento, em Novo Cruzeiro, inaugurada em 2013.	47
Figura 6 – Imagem de São Bento, Patrimônio Material de Novo Cruzeiro	48
Figura 7 - Imagem do gravatá com frutos	49
Figura 8 – Imagem de Luffa ou bucha vegetal.....	50
Figura 9 – Antiga Estação São Bento, inaugurada em 1924.	51
Figura 10 – Atual Estação Novo Cruzeiro (antiga Estação São Bento), restaurada e renomeada.	52
Figura 11 – Cédula de dez cruzeiros, anverso com Getúlio Vargas.....	53
Figura 12 – Mapa: Limites do município de Novo Cruzeiro	54
Figura 13 - Estação Ferroviária da Bahia-Minas em Novo Cruzeiro - MG	62
Figura 14 - Registro da Estação Bahia-Minas em 1960.....	63
Figura 15 – Fotografia atual da Estação Bahia-Minas.	63
Figura 16 - Mapa da rota da estrada de ferro Bahia/Minas que ligava a cidade de Caravelas, no litoral baiano a Araçuaí, em Minas Gerais.	64
Figura 17 - Casa do Agente da Bahia - Minas.	64
Figura 18 - Imagem de São Bento, conhecida na comunidade como São Bentinho.	65
Figura 19 - Praça Sargento Noraldino Rosa.....	67
Figura 20 - Sargento Noraldino Rosa, Pracinha da Força Expedicionária Brasileira (FEB).	68
Figura 21 - Foto pintura do Sargento Noraldino.	68
Figura 22 - Capela São Francisco de Assis.	69
Figura 23 - Registro atual da Estação Ferroviária da Bahia-Minas, em Queixada.	69
Figura 24 - Casa do Agente da Ferrovia Bahia-Minas Distrito de Queixada, atualmente, Espaço Cultural Prof. João Áureo Campos.	70
Figura 25 - Caixa D'água no Distrito de Queixada.....	71
Figura 26 - Pátio da Estação Ferroviária de Queixada, anos 1940, onde fica a Caixa d'Água.	71
Figura 27 - Grupo Clio na Associação de Artesãos Coqueiro do Campo.	77
Figura 28 - Interior do Solar da Família Badaró	78
Figura 29 - Sobradão de Minas Novas	79
Figura 30 - Tamborzeiros do Rosário.	80
Figura 31 - Procissão da Buscada da Santa.	81
Figura 32 - Grupo Clio com o então presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Maurício Costa.....	81
Figura 33 - Grupo Clio na Vila de Biribiri.	82
Figura 34 - Grupo Clio frente ao Passadiço da Casa da Glória.....	84
Figura 35 - Grupo Clio no prédio do antigo Hospício da Diamantina.	85
Figura 36 - Grupo Clio frente à Igreja da Vila de Biribiri.	85
Figura 37 - Registro de pintura corporal no aluno Flávio, feita por uma senhora da etnia Maxakali.	86
Figura 38 - Registro do momento em que a aluna Leonah entrevista a cacique Maxakali Noeme.....	87
Figura 39 - Registro de pintura corporal características dos maxakali na aluna Fernanda.	87
Figura 40 – Os alunos Guilherme, Nayane, Paola e Inês com a cacique Noeme.....	88
Figura 41 - As alunas Thaís e Ana Paula com uma jovem indígena Maxakali.	88
Figura 42 - Total de alunos da turma. (Gráfico 1).....	91
Figura 43 - Bairro onde mora. (Gráfico 2)	92

Figura 44 – O que é patrimônio cultural? (Gráfico 3).....	92
Figura 45 - Definição de patrimônio pelos alunos. (Gráfico 4)	93
Figura 46 – O que é Patrimônio Material? (Gráfico 5)	93
Figura 47 – O que é Patrimônio Imaterial? (Gráfico 6)	94
Figura 48 – Conhecimento sobre a História de Novo Cruzeiro. (Gráfico 7)	94
Figura 49 – O que os alunos sabem sobre a história do município. (Gráfico 8)	94
Figura 50 – Locais frequentados pelos alunos. (Gráfico 9).....	95
Figura 51 - Bens apontados pelos alunos como patrimônio municipal. (Gráfico 10).....	96
Figura 52 - Identificação do aluno com o patrimônio municipal. (Gráfico 11)	97
Figura 53 - O que os alunos consideram importante estudar sobre a cidade. (Gráfico 12).....	97
Figura 54 - Conhecimento dos educandos sobre "Tombamento". (Gráfico 13)	98
Figura 55 - Identificação do aluno com o bairro onde mora. (Gráfico 14)	98
Figura 56 - Locais sugeridos como patrimônio cultural pelos discentes. (Gráfico 15).....	99
Figura 57 - Questionamento feito pela aluna Anna Clara.....	100
Figura 58 - Questionamento feito pelo aluno Pedro Arthur.....	100
Figura 59 - Questionamento feito pelo aluno Pedro Henrique.....	100
Figura 60 - Questionamento feito pelo aluno Pedro Lucas.	101
Figura 61 - Questionamento feito pela aluna Mariane.	101
Figura 62 - Questionamento feito pelo aluno Eryk.	101
Figura 63 - Questionamento feito pela aluna Vitória.	101
Figura 64 - Questionamento feito pela aluna Laila.	102
Figura 65 - Questionamento feito pela aluna Luma.	102
Figura 66 - Questionamento feito pelo aluno Pedro Soares.	102
Figura 67 - Questionamento feito pela aluna Laila.	102
Figura 68 - Questionamento feito pela aluna Luma.	103
Figura 69 - Questionamento feito pela aluna Vitória.	103
Figura 70 - Questionamento feito pelo aluno Eryk.	103
Figura 71 - Questionamento feito pelo aluno Mayron.	103
Figura 72 - Questionamento feito pelo aluno Eryk.	103
Figura 73 - Hipótese elaborada pela aluna Vitória.	104
Figura 74 - Hipótese elaborada pela aluna Laila.	105
Figura 75 - Saída da escola para a aula de campo, no dia 22 de novembro de 2023.	106
Figura 76 - Discentes a caminho da aula de campo.	106
Figura 77 - Aula de campo na Praça Sargento Noraldino Rosa.	107
Figura 78 - Visita à área externa da Estação da Bahia-Minas.	107
Figura 79 - Alunas conhecendo o interior da Biblioteca Pública Municipal.	108
Figura 80 Foto: Kamily Ferreira de Souza, 22/11/2023. Acervo do autor.	108
Figura 81 – Aula na Estação da Estrada de Ferro Bahia-Minas.	108
Figura 82 - Busto do Sr. Júlio Campos localizado na avenida homônima, no centro da cidade.....	109
Figura 83 - Imagem aproximada do Busto do Sr. Júlio Campos.....	109
Figura 84 - Igreja Matriz de São Bento.	110
Figura 85 - Interior da Igreja Matriz.	110
Figura 86 - Imagem de São Bento no Interior da Igreja Matriz.	111
Figura 87 - Aula na Área de Eventos onde se realiza anualmente o Festival da Cachaça.	111
Figura 88 - Avaliação de aprendizagem da aluna Letícia.	112
Figura 89 - Avaliação de aprendizagem da aluna Maria Esther.....	113
Figura 90 - Avaliação de aprendizagem da aluna Maria Eduarda.	114
Figura 91 - Avaliação de aprendizagem da aluna Caroline.....	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
- BNCC Base Nacional Comum Curricular
- CGE - Centro de Geologia Eschwege
- CODEVALE - Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha
- CPT - Comissão Pastoral da Terra
- CRMG - Currículo Referência de Minas Gerais
- DNEF - Departamento Nacional de Estradas de Ferro
- DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
- DPHAN Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- EFBM - Estrada de Ferro Bahia-Minas
- FEB - Força Expedicionária Brasileira
- FESTIVALE – Festival da Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha
- GEDUC - Gerência de Educação Patrimonial e Projetos
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
- IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IEPHA-MG - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INRC - Inventário Nacional de Referências Culturais
- IPHAN - Instituto Brasileiro do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC - Ministério da Educação
- MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
- PCNEM - Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio
- PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola
- PNE - Plano Nacional de Educação
- PNLD Programa Nacional do Livro Didático
- PNPI - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
- UFFSA - Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
- RI - Regimento de Infantaria
- SEB/MEC - Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação

SPHAN- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TJ-MG - Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

VFCO - Viação Férrea Centro-Oeste

VFFLB - Viação Férrea Federal Leste Brasileiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. PATRIMÔNIO HISTÓRICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL	17
1.1 EDUCAÇÃO patrimonial: conceitos e práticas	20
1.2 A REGULAMENTAÇÃO da Educação Patrimonial no Brasil	25
1.3 EDUCAÇÃO Patrimonial: possibilidades pedagógicas	32
2. A CIDADE E O VALE: NOVO CRUZEIRO E SEU PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL	34
2.1 O VALE do rio Jequitinhonha	34
2.2 ORIGEM e desenvolvimento do município de Novo cruzeiro	43
2.3 MEMÓRIA e esquecimento os Assentamentos Aruega e Nova Vida	55
2.4 O TOMBAMENTO do Patrimônio Histórico-cultural de Novo Cruzeiro	58
2.4.1 PATRIMÔNIO material e imaterial	59
2.4.2 BENS materiais tombados no município de Novo Cruzeiro	60
2.5 INVENTÁRIO de bens culturais materiais e imateriais	66
2.5.1 BENS materiais inventariados pelo município de Novo Cruzeiro – MG	66
2.5.2 PATRIMÔNIO Imaterial do município de Novo Cruzeiro	72
3. O PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DE NOVO CRUZEIRO EM UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	119
FONTES	129
APÊNDICES	130
ANEXOS	131

INTRODUÇÃO

O intento deste trabalho surgiu quando comecei a lecionar na então Escola Estadual de Novo Cruzeiro, em 2002 (atualmente Escola Estadual Eduardo Milton da Silva). Naquele momento de início da carreira docente, não tinha o mínimo necessário de conhecimento a respeito do município de Novo Cruzeiro, no Vale do Jequitinhonha. Por ser natural da cidade de Caratinga, no Vale do Rio Doce, ocupava-me principalmente da história daquela região e o Jequitinhonha, até então não me despertava muito interesse.

O desconhecimento a respeito da história local, tornou-se um grande incômodo para um professor de História em início de carreira. Busquei então me aprofundar no estudo da história do município, percebendo um certo desinteresse por parte de professores locais em trabalhar tal tema e algumas lacunas na “História oficial”.

Consideramos que confecção de material didático relacionado ao tema em questão é de grande relevância para a estruturação do trabalho de Educação Patrimonial a ser realizado pelos educadores do município. Bem como a organização de sequência didática e roteiro histórico para nortear os trabalhos de campo.

Em consonância com a linha de pesquisa “Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória”, pretendemos enfatizar a aprendizagem da História fora do espaço escolar, de forma a tornar o ensino mais significativo.

A proposta se baseia na compreensão do historiador Almir Félix Batista de Oliveira, que em seu artigo “Patrimônio, memória e ensino de História”, afirma que:

Os monumentos são documentos e, portanto, passíveis de leituras e não são portadores da verdade, nem representam a verdade pura e simplesmente. São construções portadoras de uma concepção de memória e história oficial. Portanto, a função do historiador é fazer emergir e entender as diferentes construções e memórias, num processo de esclarecimento, (...) (Oliveira, 2008, p. 97)

Dentro desse entendimento, buscamos pesquisar mais a fundo sobre a formação histórica da cidade e, a partir desse conhecimento, criar estratégias de ensino que possibilitem valorizar a história de Novo Cruzeiro, priorizando trabalhos de campo direcionados para análise de seu patrimônio histórico-cultural, com alunos do Ensino Médio. Considerando relevantes, não somente os bens tombados e inventariados pelo poder público, mas, também aqueles com os quais os educandos se identificam.

Atualmente, a cidade conta com 03 (três) bens protegidos pelo poder público municipal: A Estação Ferroviária da Bahia-Minas, a Casa do Agente da Bahia-Minas - ambos pertencentes ao patrimônio ferroviário da Estrada de Ferro Bahia-Minas – e a imagem

de São Bento, pertencente ao acervo da Igreja São Francisco.

Dentre os bens inventariados pelo município, constam 17 (dezessete) bens imóveis de estruturas arquitetônicas, sendo 09 (nove) localizadas na sede e 08 (oito) espalhadas pelos distritos. Integram o conjunto de bens móveis e integrados 08 (oito) itens, entre imagens sacras e livros de registro. Figuram 02 (dois) locais entre os Conjuntos Paisagísticos Naturais: Cachoeira Maria Farias, localizada no Distrito de Santa Cruz, a 5 km da Sede e as Bicas de água natural, no Distrito de Lufa.

Em relação ao Patrimônio Imaterial, encontram-se no Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural de Novo Cruzeiro, 02 (dois) modos distintos de se “Fazer Rapadura”, um característico da comunidade Bebedouro, distrito de Lufa e outro da localidade conhecida como Barra do Lufa, no distrito de Queixada. No entanto, nenhum desses bens intangíveis encontra-se registrado em livro próprio, como prevê o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), executado pelo IPHAN. Portanto, estas manifestações não estão legalmente protegidas pelo poder público.

No referido inventário também constam a Folia de Reis da comunidade de Córrego Grande dos Batista e a Folia de Reis da Paróquia São Bento. Ambas estão cadastradas no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG). De acordo o IEPHA, as “Folias de Minas” foram registradas como patrimônio cultural de Minas Gerais, no dia 06 de janeiro de 2017.

Na sequência didática proposta, apresentamos o Inventário dos Bens Patrimoniais do Município de Novo Cruzeiro a uma turma do 1º ano do Ensino Médio e confrontamos com os bens que os alunos haviam indicado em um questionário previamente aplicado.

Tendo como ponto de partida as divergências entre o patrimônio eleito pelo poder público do município e o que os educandos escolheram, incentivamos a turma a problematizar o tema.

Assim sendo, desenvolvemos uma proposta pedagógica de Educação Patrimonial alinhada à perspectiva de Paulo Freire, que concebe o aluno como protagonista do processo de ensino aprendizagem. A partir de uma concepção problematizadora, propõe que o educando questione a realidade apresentada.

1 –PATRIMÔNIO HISTÓRICO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL

A política nacional de preservação do patrimônio histórico foi formalizada no Brasil durante o governo de Getúlio Vargas, no início do Estado Novo, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937. Naquele período, de adesão à ideologia nacionalista, a afirmação da identidade brasileira também se apoiou nos valores estéticos da “cidade monumento”.

É importante frisar que, mesmo antes da criação do SPHAN, o Governo Provisório de Vargas já havia escolhido Ouro Preto como a primeira cidade a ser preservada no Brasil, conforme decreto de 1933. De acordo com a justificativa desta legislação, a antiga Vila Rica havia sido “teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação de nossa nacionalidade”, além de possuidora de verdadeiras “obras de arte” arquitetônicas.

Neste sentido, o SPHAN, órgão responsável pela formulação da política de conservação, caracterizou-se pela urgência em tombar e restaurar os bens artísticos e arquitetônicos coloniais, concebidos como testemunhos simbólicos das raízes brasileiras. Naquele momento, o poder público pretendia convencer a sociedade de que as construções do Brasil possuiam tanto valor quanto os grandes monumentos europeus. Conforme a ideologia dominante, a arquitetura colonial evidencia nossa herança cultural europeia como símbolo de uma criatividade civilizatória que se sobreponha às contribuições indígenas e africanas.

De acordo com Sônia Rampim Florêncio, as iniciativas educativas promovidas pelo IPHAN no período de 1937 a 1967:

[...] se concentraram na criação de museus e no incentivo a exposições; no tombamento de coleções e acervos artísticos e documentais, de exemplares da arquitetura religiosa, civil, militar e no incentivo a publicações técnicas e veiculação de divulgação jornalística, com vistas a sensibilizar um público mais amplo sobre a importância e o valor do acervo resguardado pelo órgão (Florêncio, 2014, p. 06).

Segundo o “Dicionário do Patrimônio Cultural”, a instituição SPHAN muda sua denominação para Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em dois momentos: de 1970 a 1979; e a partir de 1994 até a atualidade. No primeiro momento, a adoção do termo instituto foi resultado das mudanças ocasionadas pela reforma administrativa empreendida nos anos 1960 que geraram a reorganização de ministérios.

Em 1979, em função da fusão entre o IPHAN, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e o Programa Cidades Históricas (PCH), e, logo em seguida, com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, o Instituto foi transformado em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), tornando-se um órgão superior do MEC, ao lado da

Seac.

O segundo momento da adoção da denominação IPHAN ocorreu em 1994 como desfecho da crise iniciada em 1990 com a dissolução do Ministério da Cultura – criado em 1985 – e de fundações culturais, como a Pró-Memória e a Funarte. Nesse contexto, a SPHAN foi transformada em Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), nova designação para o órgão federal de proteção ao patrimônio cultural. Em função de diversas manifestações contrárias à adoção do nome IBPC, em 1994, por meio da Medida Provisória nº. 610, de 08 de setembro de 1994, a Instituição voltou a ter a denominação IPHAN que mantém até hoje.

A partir da Constituição Federal de 1988, a noção de patrimônio cultural é ampliada, conforme os artigos 215 e 216:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

* § 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II - produção, promoção e difusão de bens culturais;

III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV - democratização do acesso aos bens de cultura;

V - valorização da diversidade étnica e regional. (NR)

Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º - A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

* § 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I - despesas com pessoal e encargos sociais;

II - serviço da dívida;

III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados." (NR)

* Acrescentado pelo art. 1º da Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003.

Este conceito mais amplo de patrimônio que passa a englobar bens de natureza material e imaterial estimula a criação de instrumentos de preservação específicos.

A legislação relativa aos bens de natureza intangível, se define a partir do Decreto 3.551, de 04 de agosto de 2000, que “institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.”

O Intituto do Registro, criado pelo decreto supracitado, diferente do tombamento, não configura um instrumento de tutela e acautelamento. Sendo um recurso de reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial que pode também ser complementar ao tombamento.

De acordo com Regina Abreu, o registro corresponde à identificação e produção de conhecimento sobre o bem cultural de natureza imaterial e equivale a documentar pelos meios técnicos mais adequados o passado e o presente dessas manifestações, em suas diferentes versões, tornando tais informações amplamente acessíveis ao público (Abreu, 2003).

1.1 Educação Patrimonial: conceitos e práticas

A expressão “Educação Patrimonial” foi formulada pela primeira vez no Brasil em 1983, a partir de um seminário realizado no Museu Imperial, em Petrópolis, no Rio de Janeiro (Horta, 2005; Grumberg e Monteiro). O encontro tinha por objetivo a apresentação de uma metodologia inspirada em uma iniciativa pedagógica adotada na Inglaterra e cujo tema era “o uso educacional dos museus e monumentos” (HORTA, 2005).

Nos últimos anos, este conceito tem sido alvo de intenso debate por parte de museólogos e historiadores de diversas correntes de pensamento, muitas vezes divergentes, outras concordantes.

Segundo o museólogo Mário Chagas, “educação e patrimônio são práticas socialmente adjetivas” (Chagas, 2013, p. 27). Para ele, a educação é uma prática sóciocultural e não há como pensar como em educação fora do campo do patrimônio, justamente pela inseparabilidade dos termos. Portanto, seria redundante falar em Educação Patrimonial.

Gil e Possamai destacam que, “até então, o tema do patrimônio foi mais efetivo nos documentos legais do que em ações de maior continuidade no currículo da Educação Básica” (Gil e Possamai, 2014).

As autoras avaliam que

Os textos legais contêm avanços em relação ao patrimônio, embora a memória apareça nos documentos oficiais como algo a ser valorizado, ou seja, a memória e o patrimônio ainda não são vistos como documentos históricos e pouco se aprofunda os usos do passado. Certamente, esse viés relaciona-se a uma visão institucionalizada do patrimônio e da memória, representados pelos bens culturais, e não como fruto das dinâmicas históricas das quais fazem parte relações específicas entre agentes sociais (Gil e Possamai, 2014, p. 21).

Nesse sentido, “o termo educação patrimonial carrega o peso da abordagem institucional, historicamente elitista, centrada em bens materiais e relacionada aos fatos de uma determinada memória nacional” (Gil e Possamai, 2014).

Uma análise mais profunda das práticas educacionais relativas ao patrimônio cultural requer ultrapassar os limites institucionais da extensa legislação vigente. Faz-se necessário investigar as ações desenvolvidas no Brasil por instituições públicas, Organizações não-governamentais e municípios. Conforme atesta Simone Scifoni,

Uma grande parcela do que se encontra hoje nas publicações sobre o tema parte e caminha em círculos sobre a mesma conceituação. E não é raro observar-se em projetos espalhados pelo país o uso daquele mesmo referencial teórico apresentado, no início da década de 1990, contido no Guia Básico de Educação Patrimonial publicado pelo Iphan (Horta; Grumberg e Monteiro, 1999) (Scifoni, 2012, p. 31).

Segundo a autora, o Guia foi importante marco da necessidade de afirmação de uma nova área dentro da proteção patrimonial e ajudou a sistematizar questões dispersas, tornando-se uma obra de referência no país. Contudo, “as práticas em Educação Patrimonial pedem, há muito tempo, que se avance em relação àquelas proposições” (Scifoni, 2012) .

De acordo com Átila Tolentino, a concepção de Educação Patrimonial adotada no Guia Básico de Educação Patrimonial, apresenta-se como instrutivista, isto é, a educação considerada apenas como “transmissão de conhecimento”. Nessa perspectiva, não se considera o conhecimento como uma ação mediadora a partir de uma construção coletiva e duradoura (Tolentino, 2016).

Tolentino acrescenta ainda que

o citado Guia, ao conceber a educação patrimonial como uma metodologia e não como um processo, esquece que essa prática educativa pode e deve ser baseada em diferentes metodologias que levem em conta as especificidades e peculiaridades de cada caso, dependendo do público com quem se trabalha, do ambiente e dos diferentes contextos (Tolentino, 2016, p. 41).

Para esse autor, “o patrimônio cultural deve ser concebido como um elemento social inserido nos espaços de vida dos sujeitos, que dele se apropriam, deve ser tratado, nas práticas educativas, levando em conta a sua dimensão social, política e simbólica.”

Átila Tolentino também afirma que,

É necessário compreender o patrimônio de uma forma crítica e não apenas contemplativa. Cabe, portanto, ao educador patrimonial, criar possibilidades para uma construção coletiva do que é patrimônio cultural, a partir do diálogo e da negociação sabendo que nesse processo, necessariamente pode haver consensos e dissensos, dilemas e conflitos (Tolentino, 2016, p.44).

Por conseguinte, Tolentino reitera que, “nos processos educativos que tenham por base o patrimônio cultural, é pertinente questionar como os bens patrimoniais estão sendo apropriados por determinadas comunidades que antes não se viam representadas na seleção tutelada pelo Estado” (Tolentino, 2019).

Por muito tempo as ações educativas no âmbito do patrimônio, estiveram direcionadas a museus e exposições, como evidencia Simone Scifoni, “foi apenas muito recentemente que a Educação Patrimonial extrapolou os muros dos museus para generalizar-se e tornar-se um campo mais vasto de atuação, nas instituições de tutela patrimonial, de cultura e de memória, nas escolas e nas organizações civis” (Scifoni, 2012).

A autora argumenta que “a Educação Patrimonial ultrapassou as ações centradas nos acervos e construções isoladas para a compreensão da própria cidade como documento da história e de cultura, passível de leitura e interpretação por meio de múltiplas estratégias

educativas” (Scifoni, 2012).

Scifoni propõe uma prática educacional questionadora e politizada, pois,

Para uma educação patrimonial que se pretenda problematizadora, cabe negar a leitura ingênua do patrimônio, que vem neutralizando o debate nesse campo ao transformar a complexidade dos problemas em uma única explicação generalista: a de que a população desconhece seu patrimônio. Uma educação patrimonial com orientação crítica significa compreender o universo conflituoso no qual o patrimônio se vê emerso, explicitando os interesses e tensões que estão no coração das políticas de preservação (Scifoni, 2019, p. 26).

Ao analisar a Educação Patrimonial no contexto da educação básica, Aleksandra Fachinello reitera que

O tema educação patrimonial nos espaços formais de ensino está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 2003). O artigo 26 da LDB, Lei nº 9.394/96, disciplina acerca da obrigatoriedade na educação básica, ensino fundamental e médio, do ensino das contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro (Fachinello, 2010, p. 98).

Nos últimos anos, grupos não hegemônicos e contrários à manutenção das estruturas de poder instauradas passaram a reivindicar a representação de suas identidades como relevantes processos de legitimação de memórias coletivas. À vista disso, Átila Tolentino avalia que:

Ancorados na memória coletiva, os bens patrimoniais são signos de afirmação de identidades e, nessa configuração, servem como palcos de disputas e conflitos, atravessados pelos diferentes sujeitos que deles se apropriam e neles buscam a representação de suas vozes. Portanto, nos processos educativos que tenham por base o patrimônio cultural, é pertinente questionar como os bens patrimoniais estão sendo apropriados por determinadas comunidades que antes não se viam representadas na seleção tutelada pelo Estado (Tolentino, 2019, p. 142).

Nesse sentido, “práticas educativas de caráter dialógico são fundamentais para ações de educação patrimonial junto a comunidades. Elas partem não de um patrimônio dado, fetichizado, que deve ser aceito e contemplado passivamente” (Tolentino, 2019).

De acordo com Paulo Freire, “Toda prática educativa que se funda no estandardizado, no preestabelecido, na rotina em que todas as coisas pre-ditas, é burocratizante e, por isso mesmo, antidemocrática” (Freire, 2021, p. 76).

Tolentino sugere que, nas práticas educativas direcionadas para o patrimônio cultural, atuar numa perspectiva dialógica implica, necessariamente, ter que se relacionar com os patrimônios da região, da localidade, “partir do micro, do que existe de referências culturais próximas a minha casa, na minha família, nos arredores da escola, no meu bairro, para então fazer uma reflexão sobre o que é meu patrimônio, o que é patrimônio do outro, o que é patrimônio de uma determinada coletividade” (Tolentino, 2019).

Nesta mesma linha de pensamento, Simone Scifoni enfatiza que “a Educação não é neutra, ao contrário, é o campo privilegiado do enfrentamento político-ideológico”. Assim

sendo:

Este enfrentamento acontece entre duas posições antagônicas: ou a educação é vista como instrumental para a reprodução da sociedade enquanto tal, reprodução do sistema e do status quo, ou seja, para que tudo fique como está, perpetuando-se uma situação de desigualdade social; ou a educação pode ser vista como parte de um projeto de transformação social, um projeto de emancipação humana e libertação, conforme pensou Paulo Freire (Scifoni, 2019, p. 32).

Consequentemente, uma Educação Patrimonial de concepção libertadora e emancipatória exige a presença de alguns princípios fundamentais aos projetos. “Em primeiro lugar a necessidade de concebermos as comunidades nas quais atuamos como sujeitos do processo. Os projetos devem ser pensados e planejados junto com as comunidades envolvidas, a partir de suas próprias necessidades e demandas” (Scifoni, 2019).

O Segundo pressuposto fundamental para a Educação Patrimonial de perspectiva libertadora, de acordo com Simone Scifoni, “é a busca da construção de uma nova relação entre a população com o seu patrimônio cultural”. “É fundamental, para tanto, considerar no processo de valoração do patrimônio cultural, além dos valores estéticos e formais, os laços afetivos, sociais, simbólicos” (Scifoni, 2019).

Por conseguinte,

É necessário, também, reconhecer de vez o caráter desigual do patrimônio cultural. De acordo com Canclini (1994), a desigualdade começa na eleição e sacralização do patrimônio, uma vez que não há participação igualitária na sua construção. Desta forma, determinados grupos sociais ainda estão excluídos da chamada memória nacional (Scifoni, 2019, p. 33).

Nesse sentido, Átila Tolentino reitera que o patrimônio cultural está inserido no espaço de vida das pessoas, e sua construção e conformação devem considerar as referências culturais e os diferentes saberes existentes nas comunidades onde este patrimônio está inserido, bem como as distintas visões dos sujeitos produtores e detentores destas referências. Portanto,

O patrimônio cultural, concebido como um elemento social inserido nos espaços de vida dos sujeitos, que dele se apropriam, deve ser tratado, nas práticas educativas, levando em conta a sua dimensão social, política e simbólica. Isso implica dizer que, nas ações educativas, o patrimônio cultural não pode ser tratado como pré-concebido, em que seu valor é dado a priori, cabendo ao indivíduo aceitar essa valoração e reconhecê-lo como parte de sua herança cultural (Tolentino, 2019, p. 47).

Em diálogo com Paulo Freire, Francisco Régis Lopes Ramos defende a “história nos objetos”. Baseado no método freiriano de trabalhar com a ‘palavra geradora’ na alfabetização, Ramos sugere utilizar o termo ‘objeto gerador’ no ensino de história. Dessa forma,

O objeto é tratado como indício de traços culturais que serão interpretados no contexto da exposição do museu ou na sala de aula. Assim qualquer objeto deve ser tratado como fonte de reflexão, desde o tronco de prender escravos no Museu do Ceará até o copo descartável que faz parte do nosso cotidiano (Ramos, 2004, p. 22).

Segundo o autor, fazer relações entre objetos diferentes pode deixar a reflexão com mais carga de conhecimento histórico.

1.2 A regulamentação da educação patrimonial no Brasil

O conceito de Educação Patrimonial surgiu nos anos 1980 e tem sido alvo de críticas e reflexões. Tal conceito ainda permanece ligado ao Guia Básico de Educação Patrimonial, elaborado por Horta, Grunberg e Monteiro (1999), baseado nas experiências realizadas no Museu Imperial de Petrópolis. A partir do 1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos, promovido pelo Museu Imperial, em 1983, buscou-se introduzir a expressão educação patrimonial no Brasil, inspirada numa metodologia britânica de *heritage education*.

Em 2004 foi criada a Gerência de Educação Patrimonial e Projetos (GEDUC), primeira instância do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) voltada para a gestão do campo, transformada no ano de 2009, em Coordenação de Educação Patrimonial – CEDUC, vinculada ao Departamento de Articulação e fomento. Objetivando elaborar as diretrizes a serem seguidas pelo IPHAN nesta área para estabelecer uma política pública.

Após um longo processo de debates e aprofundamentos teóricos, o IPHAN publicou em 2014, “Educação Patrimonial, conceitos e processos” (Florêncio et al, 2014), que passou a orientar suas ações e projetos na área. Conforme essa publicação,

Atualmente, a CEDUC defende que a Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (Florêncio et al, 2014, p. 19)

As concepções e orientações sobre Educação Patrimonial descritas foram institucionalizadas por meio da Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016, que estabelece as diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN e da Casa do Patrimônio. O conteúdo da Portaria levou em conta reflexões teóricas recentes, sobre o tema e também, documentos resultantes de encontros nacionais nos quais a Educação Patrimonial foi objeto de debate.

No âmbito das políticas públicas à nível federal, uma importante iniciativa é o Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, que amplia as discussões do patrimônio cultural no espaço escolar. O programa tem por objetivo ampliar a jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. É operacionalizado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação – SEB/MEC, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Participam escolas municipais e estaduais rurais, indígenas, escolas em áreas de pobreza, com baixo Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, com número considerável de alunos que recebem benefício do *Programa Bolsa Família* e escolas em áreas de vulnerabilidade social e municípios que fazem parte do *Plano Brasil sem Miséria*. A escola que escolhe o tema Educação Patrimonial no macrocampo Cultura e Artes do MaisEducação recebe recursos do *Programa Dinheiro Direto na Escola* – Educação Integral para aquisição de equipamentos audiovisuais, necessários à efetivação da proposta de organizar, junto aos alunos, um inventário pedagógico do patrimônio local:

O inventário traz um conjunto de fichas para organizar e reunir informações sobre o Patrimônio Cultural local, partindo do olhar dos estudantes. As categorias utilizadas para classificar os diversos bens culturais – Lugares, Objetos, Celebrações, Formas de Expressão e Saberes – se baseiam nas categorias que o próprio IPHAN/MinC adota em seus trabalhos de identificação e reconhecimento do Patrimônio Cultural do Brasil. (Florêncio et al, 2014, p.34)

O tema Educação Patrimonial nos espaços formais de ensino está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 2003). O artigo 26 da LDB, Lei nº 9.394/96, disciplina acerca da obrigatoriedade na Educação Básica, Ensino Fundamental e Médio, do Ensino das contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, de acordo com o 4º parágrafo:

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's (BRASIL, 1998) - também abordam a educação patrimonial através dos chamados *Temas Transversais*, nos itens *Pluralidade Cultural e Meio Ambiente*. Cabe ressaltar que um dos “objetivos gerais do ensino fundamental” consiste em: “Conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro” (PCNs, 1998, p. 9). O item é reafirmado nos “objetivos gerais de História”: “*Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia*” (PCNs, 1998, p.43).

Tanto os Parâmetros do Ensino Médio quanto as orientações curriculares para o Ensino Médio indicam o compromisso da História em relação à memória.

O direito à memória faz parte da cidadania cultural e revela a necessidade de debates sobre o conceito de preservação das obras humanas em toda a sua diversidade étnico-cultural. A constituição do patrimônio cultural diverso e múltiplo e a sua importância para a formação de uma memória social e nacional, sem exclusões e discriminações, são abordagens necessárias aos educandos (PCNEM, 1999, p.78).

Ainda os PCNEM (p. 26) e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (p.79) apontam a necessidade de introduzir, na sala de aula, o debate sobre o significado de festas e monumentos comemorativos, de museus, arquivos, permitindo a compreensão do papel da memória na construção de vínculos. Sugere o texto legal retirar os alunos da sala de aula e proporcionar-lhes o contato com ruas, praças, edifícios públicos, festas e outras manifestações imateriais da cultura.

Em 20 de dezembro de 2017 a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi homologada pelo então ministro da Educação, Mendonça Filho, assim conceituada:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (BRASIL, 2017).

Na BNCC encontramos preceitos direcionados à Educação Patrimonial em diferentes etapas e campos do conhecimento na Educação Básica. Em “Os Campos de Experiências”, encontra-se que, dentro da educação infantil:

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural (BRASIL, 2017, p. 40).

Ao analisar este documento, Amanda Ferreira Gomide, reitera que “Nessa abordagem, é possível notar a preocupação com o conhecimento infantil diante da vida e o cotidiano com a aprendizagem sobre patrimônio cultural” (Gomide, 2022).

Em relação às “Competências Específicas de Linguagens para o Ensino Fundamental”, visualiza-se, no tópico 5, a necessidade de:

Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas da produção artístico-cultural com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas (BRASIL, 2017, p. 65).

No que tange o tópico anterior, a autora destaca “(...) a importância de se trabalhar, no âmbito escolar do ensino fundamental anos finais, o reconhecimento e o respeito por manifestações artísticas e culturais como patrimônios da humanidade e a importância de se conhecer e participar desses atos, para aprendizagem sobre identidade e cultura” (Gomide, 2022).

Em “História no Ensino Fundamental - Anos Iniciais Unidades Temáticas objetos de conhecimento e Habilidades”, observa-se o seguinte: “As memórias podem ser individuais ou coletivas e podem ter significações variadas, inserindo-se em uma lógica de produção de

patrimônios (materiais ou imateriais que dizem respeito a grupo ou povos específicos).” (BRASIL, 2017, p. 450).

No título “História- 5º ano” nas “habilidades”, observa-se o seguinte: “(EF05HI10) Inventariar os patrimônios materiais e imateriais da humanidade e analisar mudanças e permanências desses patrimônios ao longo do tempo.” (BRASIL, 2017, p. 415).

Tais pontos foram utilizados a título de amostragem, não cabe neste trabalho analisar todos os itens da BNCC relacionados à Educação Patrimonial. Podemos assim referenciar o trabalho de Amanda Ferreira Gomide que se detém no exame aprofundado destes e outros pontos da BNCC e infere que:

De forma geral, nos tópicos aqui abordados da BNCC, é possível perceber uma abordagem da Educação Patrimonial com enfoque no ensino fundamental anos iniciais e anos finais. As disciplinas que mais se aprofundaram neste aspecto são as das ciências humanas, como História e Geografia. Também é interessante perceber que esta temática é pautada em disciplinas como Português, Inglês, Arte, Educação Física, requerendo maior aprofundamento por parte dos professores (Gomide, 2022 p. 37).

A autora considera que “tal documento se baseia no fato de que existe uma percepção ligada à Educação Patrimonial, à valorização, ao conhecimento cultural, a conhecer o monumento, à preservação e ao conhecimento sobre diversidade e memória. Contudo, a temática da Educação Patrimonial em si não é contemplada” (Gomide, 2022).

No Estado de Minas o parâmetro educacional, complementar à BNCC, encontra-se disposto no documento intitulado “Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG)” para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, homologado em dezembro de 2018, com vigência a partir de 2020.

Este documento resultou de uma revisão de currículos pré-existentes nas redes públicas mineiras e foi elaborado a partir dos fundamentos educacionais expostos na Constituição Federal (CF/1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), no Plano Nacional de Educação (PNE/2014) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017).

No tópico “2.4.4 Ser Professor(a) na Educação Infantil”, no Currículo Referência de Minas Gerais da Educação infantil e o Ensino Fundamental, temos em destaque a referência ao compromisso de os(as) docentes desenvolverem uma prática pedagógica reflexiva e sensível, pois:

A partir disso, o/ a professor/ a promove interações das crianças com conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, por meio do planejamento de possibilidades e oportunidades que se constituem a partir da observação, dos questionamentos e do diálogo constante com as crianças (BRASIL, 2016, p.59-60).

No tópico “2.5 Organização Curricular na Educação Infantil”, temos a Referência da Resolução nº 5/2009 que apresenta uma definição de currículo para as crianças na faixa etária de 0 a 5 anos em seu art.3º:

[...] um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL CNE/CEB, 2009, apud CRMG, 2019, p. 37).

Em “5.2.3 Diretrizes Para o Ensino Componente Curricular”, observa-se:

Qualificar para o exercício da cidadania implica compreender a dimensão ética e política da linguagem, ou seja, ser capaz de refletir criticamente sobre a língua como atividade social capaz de regular- incluir ou excluir- o acesso dos indivíduos ao patrimônio cultural e ao poder político (CRMG, 2019, p. 213).

Em termos gerais, “o tratamento dado ao patrimônio histórico, artístico e cultural ainda é incipiente e carente de um trabalho que abranja conteúdos programáticos que tratem sobre conhecimentos e conservação destes patrimônios” (Gomide, 2022).

Em relação ao **Ensino Médio**, o governo de Minas lançou em 2021 o **Curriculum Referência de Minas Gerais destinado ao Novo Ensino Médio** que auxiliou na implementação deste em sala de aula a partir de 2022, apresentando o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades presentes tanto na Formação Geral Básica como na Formação Flexível.

No item “Competências específicas de linguagens e suas tecnologias para o Ensino Médio”, Habilidades relacionadas à competência específica 2:

Compreender os processos identitários, conflitos e relações de poder que permeiam as práticas sociais de linguagem, respeitando as diversidades e a pluralidade de ideias e posições, e atuar socialmente com base em princípios e valores assentados na democracia, na igualdade e nos Direitos Humanos, exercitando o autoconhecimento, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, e combatendo preconceitos de qualquer natureza (CRMG, 2021, p. 108).

Em Habilidades relacionadas à competência específica 2 – Linguagens e suas Tecnologias, na disciplina Arte temos o seguinte “Objeto de Conhecimento”:

Valorização de identidades, tradições e patrimônio culturais (manifestações artísticas e culturais, festejos, celebrações, comunidades tradicionais, arte indígena, africana, afro-brasileira) em processos criativos de arte (CRMG, 2021, p. 108).

Competência específica 3:

Utilizar diferentes linguagens (artísticas, corporais e verbais) para exercer, com autonomia e colaboração, protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva, de forma crítica, criativa, ética e solidária, defendendo pontos de vista que respeitem o

outro e promovam os Direitos Humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global (CRMG, 2021, p. 113).

Em Habilidades relacionadas à competência específica 3 – Linguagens e suas Tecnologias, na disciplina Arte temos o seguinte “Objeto de Conhecimento”:

Mobilização de repertório artístico-cultural, abertura e interesse por distintas matrizes estéticas e culturais, na valorização de identidades, tradições e patrimônio culturais (manifestações artísticas e culturais, festejos, celebrações, comunidades tradicionais, arte indígena, africana, afro-brasileira) por meio de apreciação, fruição e posicionamento crítico de produções artísticas (CRMG, 2021, p. 115).

Competência específica 6:

Apreciar esteticamente as mais diversas produções artísticas e culturais, considerando suas características locais, regionais e globais, e mobilizar seus conhecimentos sobre as linguagens artísticas para dar significado e (re)construir produções autorais individuais e coletivas, exercendo protagonismo de maneira crítica e criativa, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas (CRMG, 2021, p. 122).

Habilidades relacionadas à competência específica 6 – Linguagens e suas Tecnologias na disciplina Arte temos os seguintes “Objeto de Conhecimento”:

Investigação de diferentes patrimônios artístico-cultural local e global em seus processos de significado de identidade social e cultural de um povo, distinguindo os bens materiais (obras urbanísticas e artísticas) e imateriais (saberes da cultura popular, dança, músicas, artes e artesanatos etc.) (CRMG, 2021, p. 122).

Apreciação e discussão de patrimônios artístico-culturais e seus processos de patrimonialização (tombamento, preservação, restauro, salvaguarda, etc.), analisando os sujeitos sociais, os contextos e processos de disputa de legitimidade e sentido de tais bens (CRMG, 2021, p. 122).

No que concerne à área de Humanas, o tópico “Competências e habilidades - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” a Competência Específica 1 propõe:

Analizar políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles (CRMG, 2021, p. 235).

Na disciplina Geografia, requer o “Objeto de Conhecimento”: “Conhecimento e reconhecimento da importância do patrimônio natural, a conservação e o papel do turismo sustentável” (CRMG, 2021, p. 236).

Já para a disciplina História, são “Objetos de Conhecimento”:

Análise da Memória, Cultura e Patrimônio;
Conhecimento da Herança Cultural dos nossos ancestrais;
Reconhecimento do Patrimônio material e imaterial (CRMG, 2021, p. 237).

Na seção PROCESSOS CRIATIVOS, temos os seguintes Pressupostos Metodológicos:

Estimular os estudos e metodologias do Patrimônio Cultural, em sua constituição como área de estudo e produção de conhecimento, ao se debruçar sobre a valorização, reconhecimento, visibilidade e preservação de diferentes modos de produção de arte e cultura de uma determinada comunidade e nação. Nesse sentido, os monumentos, obras de arte, festas, músicas, danças, folguedos, comidas, saberes, fazeres e falares são patrimônios de um povo, devendo ser conhecidos e reconhecidos como identidade de determinada comunidade e necessitam ser preservados, pois a memória dos espaços é também a memória de um coletivo (CRMG, 2021, p. 293).

Podemos perceber que, em relação ao Ensino Médio, o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) propõe maior aprofundamento de estudos na área de patrimônio cultural, como processos de tombamento, registro de bens imateriais e formas preservação e manutenção, além da utilização de diferentes metodologias de Educação Patrimonial.

1.3 Educação patrimonial: possibilidades pedagógicas

Em consonância com os autores supracitados, buscamos desenvolver uma proposta pedagógica de Educação Patrimonial numa perspectiva freiriana, que concebe o aluno como protagonista do processo de ensino aprendizagem. A partir de uma concepção problematizadora, propõe que o educando questione a realidade apresentada.

Na educação problematizadora, proposta por Freire, os educandos, “... em lugar de serem recipientes dóceis de depósitos, são agora investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigador crítico, também” (Freire, 2021, p. 97).

Segundo Freire,

Quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder ao desafio. Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-lo. Mas, precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isso, cada vez mais desalienada. (Freire, 2021, p. 98).

Quanto mais assumam os homens uma postura ativa na investigação de sua temática, tanto mais aprofundam a sua tomada de consciência em torno da realidade e, explicitando sua temática significativa, se apropriam dela. (Freire, 2021, p. 137).

Seguindo os caminhos de uma educação libertadora defendida por Freire, elaboramos a presente proposta pedagógica a ser aplicada em turmas do Ensino Médio.

Como ponto de partida, aplicamos para uma turma de 1º ano do Ensino Médio, um questionário objetivando aferir os conhecimentos prévios dos alunos em relação ao patrimônio cultural da cidade. A partir da tabulação e análise das respostas dadas, planejamos as atividades pedagógicas requeridas para a turma.

A partir desta constatação, realizamos uma aula expositiva dialogada com a turma a respeito do tema em questão e solicitamos que pesquisassem sobre patrimônio cultural e tombamento e apresentassem os resultados na aula seguinte.

Na sequência apresentamos à turma o Inventário dos Bens Patrimoniais do Município de Novo Cruzeiro e confrontamos com os bens que os alunos haviam indicado no questionário aplicado. Tendo como base as divergências entre o patrimônio eleito pelo poder público do município e o que os educandos escolheram, incentivamos a turma a problematizar o tema.

De acordo com Maria Auxiliadora Schmidt, “a perspectiva da problematização histórica, ao ser transposta para o ensino, traz múltiplas possibilidades e questões”. Portanto,

Na prática da sala de aula, a problemática acerca de um objeto de estudo pode ser construída a partir das questões colocadas pelos historiadores ou daquelas que fazem

parte das representações dos alunos, de forma tal que eles encontrem significado no conteúdo que aprendem. Desta maneira pode-se conseguir dos educandos uma atitude ativa na construção do saber e na resolução dos problemas de aprendizagem. (Schmidt, 1996, p. 121)

À vista disto, os educandos elaboraram alguns questionamentos a respeito dos bens do município e sua escolha como patrimônio ou não pelo poder público municipal. Questionaram também a forma como determinados bens do município são muito valorizados, em detrimento de outros.

Posteriormente, solicitamos que os educandos elaborassem hipóteses que, possivelmente, respondessem aos questionamentos. Neste sentido, os educandos formularam possíveis explicações para o fato de que alguns bens sejam mais valorizados pela comunidade que outros, demonstrando um entendimento crítico a respeito do patrimônio cultural do município.

Na semana seguinte, realizamos uma aula de campo, composta de visitação aos bens em questão, elucidação das dúvidas que surgiram naquele momento e solicitamos que os educandos buscassem mais informações com pessoas da comunidade que, de alguma forma, se relacionassem com esses patrimônios.

Posteriormente, na data estabelecida, os textos confeccionados foram entregues para a correção, sendo devolvidos para que os alunos os retificassem conforme as orientações do professor.

Para finalizar a sequência didática, os alunos realizaram uma autoavaliação, indicando o que haviam aprendido a respeito do patrimônio municipal.

O resultado desta sequência didática foi compilado e organizado pelos educandos no formato de um jornal, impresso e distribuído nas demais turmas do Ensino Médio.

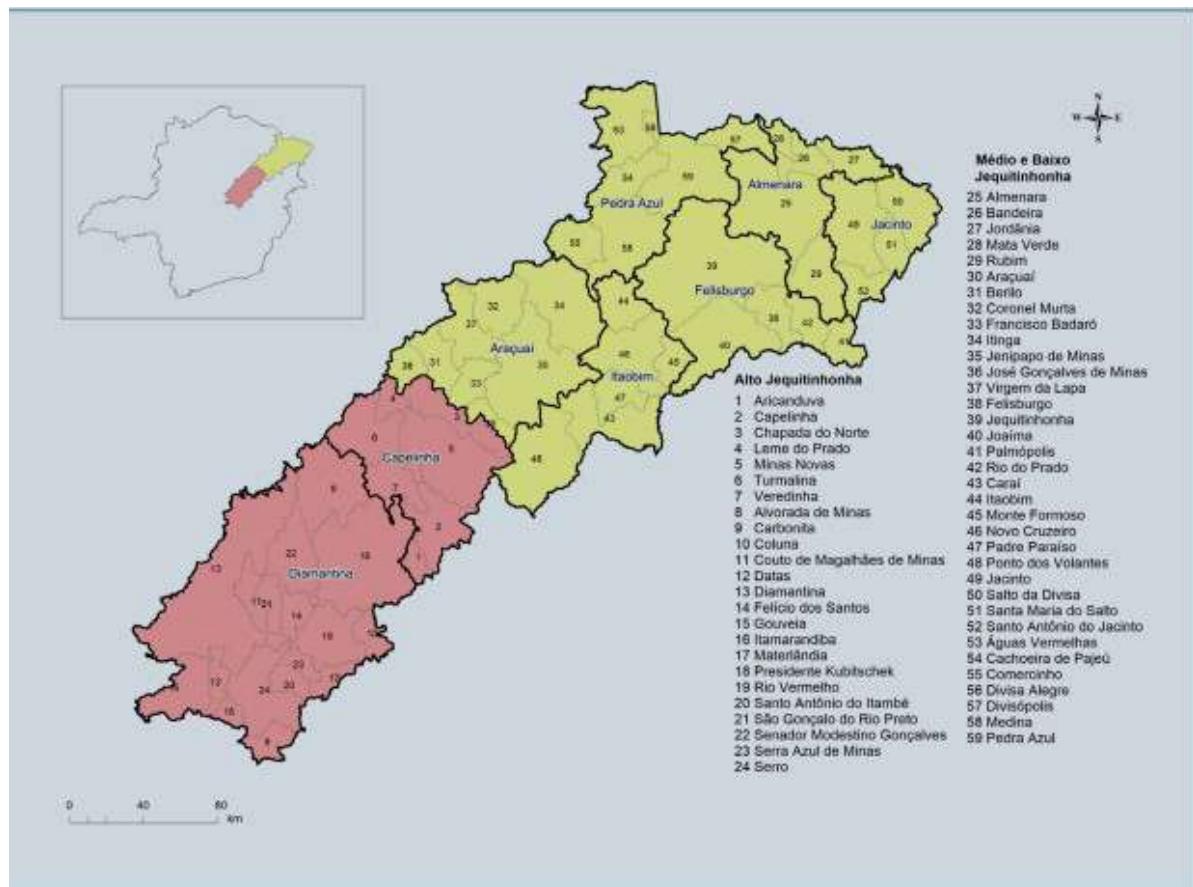
2. A CIDADE E O VALE: NOVO CRUZEIRO E SEU PATRIMÔNIO HISTÓRICO

2.1 O vale do rio Jequitinhonha

Abordar a realidade vivenciada no município de Novo Cruzeiro, assim como das demais cidades da região, passa obrigatoriamente pela compreensão do que é o Vale do Jequitinhonha e o que ele representa para Minas Gerais e para o Brasil.

Segue o mapa regional:

Figura 1 - Mapa das sub-regiões do Vale do Jequitinhonha



Fonte: Reprodução/Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha – Fundação João Pinheiro, 2017

O Vale do Jequitinhonha se situa na região Nordeste do estado de Minas Gerais. Atualmente é dividido em três sub-regiões: o Alto, o Baixo e o Médio Jequitinhonha. O Alto Jequitinhonha ou a chamada Microrregião de Diamantina, possui uma vegetação que varia do cerrado aos campos rupestres. Em relação à economia, se caracteriza pela exploração de ouro e pedras preciosas e grandes projetos de monoculturas de eucalipto.

O Médio Jequitinhonha, também conhecido como microrregião de Araçuaí, tem a mineração e a pecuária como principais atividades econômicas. Região de caatinga, é a

porção onde se encontra o maior número de pequenos produtores rurais do Vale. Possui intensa atividade cultural, o que leva a cidade de Araçuaí a ser considerada a “capital cultural do Jequitinhonha”. Esta sub-região recebe forte influência de Teófilo Otoni, cidade localizada no Vale do Mucuri.

Já o Baixo Jequitinhonha ou microrregião de Almenara, foi no passado coberta por mata atlântica, mas, hoje é dominada por pastagens pertencentes às imensas fazendas de gado. Recebe grande influência da Bahia, mais especificamente da cidade de Vitória da Conquista.

O rio Jequitinhonha nasce na Serra do Espinhaço, em Pedra Redonda, município de Serro, percorre 1.086 km, 888 km em Minas Gerais e 198 km na Bahia, desaguando em Belmonte, no sul da Bahia. No território baiano, o rio recebe o nome de Rio Grande de Belo Monte (Guerreiro, 2009).

Em relação à etimologia da palavra Jequitinhonha, Patrícia Guerreiro afirma que

O nome Jequitinhonha deriva de uma prática dos índios Botocudo de deixarem à noite, no rio, uma armadilha pronta para pegar peixe, certificando-se, no dia seguinte, de que no “jequi tinha onha” (jequi: armadilha de pesca feita de bambu; e onha: peixe). O rio também é conhecido como Rio Grande e, já no estado da Bahia também é conhecido por Rio Grande de Belmonte. (Guerreiro, 2009, p. 83).

Figura 2 - Mapa da bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha



Fonte: Fonte: Wikimedia Commons, 2019. Acesso em 17/02/2024, às 09:59.

Até a chegada dos europeus, assim como a maior parte do território brasileiro, o Vale era habitado por diferentes povos indígenas que, ao longo do processo de colonização foram escravizados, expropriados de suas terras e/ou dizimados.

No início do século XVIII, a busca por ouro e pedras preciosas provocou a ocupação da região pelos colonizadores. A partir do final da década de 1720, com a descoberta de diamantes

nas proximidades do Arraial do Tejuco, ocorreu um aumento significativo no fluxo de pessoas para a região (Furtado, 2009).

Inicialmente, a região compreendia a Comarca do Serro Frio que tinha como centro administrativo a Vila do Príncipe, hoje Cidade do Serro.

De acordo com Júnia Ferreira Furtado,

a descoberta de diamante na região atraiu enormes contingentes populacionais e, durante todo o período, foi o sustentáculo da economia local, sendo que o povoamento da Comarca se deu no sentido Sul-Norte, acompanhando os novos achados diamantíferos. (Furtado, 2009)

A autora argumenta que, enquanto a ocupação do Alto Jequitinhonha se deu, prioritariamente, em torno da mineração, a demanda por produtos de abastecimento provocou a ocupação do Médio Jequitinhonha em torno da pecuária e agricultura de subsistência.

Em fins do século XVIII, com a decadência das minas no Alto Jequitinhonha, ocorre uma intensa migração para a mata – Região que se estendia do município de Virgem da Lapa até a foz em Belmonte, na Bahia. Segundo Geralda Chaves Soares, “a mata se tornou o grande atrativo da época para quem desejava ficar rico, ter terras, descobrir lavras e aprisionar indígenas” (Soares, 2000).

O território conhecido como ‘mata’ era habitado por vários povos indígenas, como Maxakali, Aranã, Poté, Naknenuk e Pojichá. Segundo Mateus de Moraes Servilha,

Ao longo da bacia do Rio Jequitinhonha no século XVIII, coexistiram dois territórios distintos: um ainda controlado por povos indígenas e outro sob o controle do Estado português. O norte da bacia do Jequitinhonha estava, nesse período, inserido em trocas socioeconômicas com parte da bacia do São Francisco com o sul do estado da Bahia. (Servilha, 2006, p. 31)

O autor destaca também a importância dos rios, especialmente o Jequitinhonha para a ocupação humana do Vale, principalmente, a partir do século XIX.

Bandeiras se interiorizaram pelas águas e, após a sedentarização de muitos, canoeiros se tornaram os principais transportadores, ao longo do rio, de mercadorias, informações, notícias e saberes. Povoamentos e aglomerados urbanos em formação encontraram no Rio Jequitinhonha (também no Araçuaí) a possibilidade de trocas “interlocais”. Podemos dizer que nesse momento um binômio é produzido, o “canoeiro-tropeiro”. (Servilha, 2006, p. 31-32)

A partir do século XIX, os Vales do Rio Doce e Jequitinhonha foram militarizados. Desde a publicação da Carta Régia de 1808 que declara guerra aos indígenas, foram criados quartéis ao longo destes rios para subjugar os nativos e efetivar a colonização. Sendo implantadas 6 divisões militares no rio Doce e a 7^a Divisão responsável, pelas matas do Jequitinhonha.

A Divisão Militar do Jequitinhonha, como atesta Bruno Mateus Pereira de Andrade,

deveria “explorar as condições de navegação, promover estradas de acesso, incentivar a ocupação e atuar frente aos conflitos e necessidades dos colonos” (Andrade, 2011). Portanto, o comandante da Divisão tinha plenos poderes militares, civis, judiciais e policiais.

Essa militarização do Vale do Jequitinhonha foi fator primordial para o extermínio de povos nativos e pela escravização ou êxodo de outros, como ocorreu nas demais regiões do país. Contudo, mesmo impedidos de viver a seu modo, milhares de autóctones conseguiram resistir à ação destrutiva do colonizador.

A luta pela sobrevivência dos povos nativos dessa região produziu diferentes formas de adaptação às condições adversas, como atesta Izabel Missagia de Mattos, os indígenas “demonstram enorme capacidade de resistir através da reelaboração de seu patrimônio cultural, tomando da sociedade ocidental alguns elementos e incorporando-os segundo sua própria lógica”. (Mattos, 2000)

Segundo a indigenista Geralda Chaves Soares,

Qualquer povo que vê o seu projeto de vida ameaçado engendra novas formas de se perpetuar. Impedidos de viverem como povos autônomos, tendo suas aldeias, cultura, tradições, milhares desses que, de donos das terras passaram inicialmente à condição de inimigos, ensinaram aos seus (suas) descendentes aquilo que lhes foi possível, como um último grito de resistência. (Soares, 2000, p. 18)

A incorporação de instrumentos necessários para a sobrevivência e resistência dos povos originários, foi importante na formação de uma identidade cultural do povo da região. “A herança indígena e africana forma aí essa enorme teia de costumes de jeitos de ser, falar, sentir e agir no Jequitinhonha.” (Soares, 2000)

O Jequitinhonha que no período colonial chegou a ser considerado pelos viajantes estrangeiros como o “País Jequitinhonha” lugar da fartura e da abundância, com a decadência da mineração foi se tornando menos atrativo passou a ser percebido como um lugar atrasado, distante dos centros de poder.

De acordo com Mateus de Moraes Servilha,

Após o declínio da mineração, e em seguida do algodão, poucos relatos temos de processos e arranjos socioeconômicos e socioculturais que relacionem a bacia do Jequitinhonha a outras áreas do país. Isso produziu o discurso de seu isolamento, que, posteriormente, reforçou, por sua vez, a compreensão de certa homogeneidade e coesão regional. (Servilha, 2006, p. 32-33)

Servilha (2006) argumenta que “ao que tange às perspectivas geográficas, o conceito de região historicamente se relaciona à compreensão acerca das diferenciações entre áreas, partes diferenciadas de um todo do espaço geográfico”. Tal compreensão implica que, semelhanças e diferenças são categorias carregadas de subjetividade, cujas delimitações dependem do olhar do observador. Portanto, “para que determinados espaços, grupos e perspectivas sociais se

tornem a representação do positivo, é necessário, em contraposição, a produção de referenciais negativos basilares" (Servilha, 2006).

Após sua Independência político-administrativa, o Brasil buscava construir uma identidade nacional de acordo com os interesses da elite dominante e seu projeto de nação. Neste contexto,

Historicamente, constrói-se uma dicotomia no Brasil entre Sul e Norte, em que ao primeiro caberia o papel de direcionar os rumos políticos do país, tendo em vista seu potencial civilizador; diferente do segundo, adjetivado (pelo primeiro) enquanto atrasado, mestiço, bárbaro, indolente e inerte (Albuquerque Júnior apud Servilha, 2006, p. 25)

O Norte e o Nordeste brasileiros são estereotipados a partir de temas e imagens como a seca, o cangaço, a miséria e o passado. "Essas representações negativas são produzidas por grupos sociais do Sul para, a partir destas, produzir o discurso de São Paulo enquanto centro civilizador brasileiro" (Albuquerque Júnior apud: Servilha, 2006).

O advento do período republicano e os novos arranjos político-administrativos consolidaram o Sudeste como centro de poder e mantiveram essa mesma perspectiva em relação ao Norte e o Nordeste.

Cabe ressaltar que projeto estatal brasileiro de modernização, iniciado nos anos 1930 e intensificado ao longo das décadas de 1950 e 1960, além de São Paulo, tem Minas Gerais como um dos centros propulsores desse novo modelo social.

Assim como ocorria em âmbito federal, no estado de Minas Gerais, o processo de integração e modernização, buscava construir uma coesão territorial e uma identidade coletiva. Assim, "a capital, Belo Horizonte, torna-se o espaço referência do futuro que se quer, enquanto regiões marcadamente rurais tornam-se o espaço referência de um passado a ser superado" (Servilha, 2006).

Apesar de sua diversidade econômica e social, a região do Jequitinhonha passa a ser vista de forma homogênea como uma "região-problema". Neste sentido, o Estado utilizou a crise bovina que ocorreu no começo da década de 1950 como subsídio para a criação de uma agência regional.

Na década de 1950, uma crise devasta rebanhos bovinos de um boi conhecido como tipo Jequitinhonha, chamando a atenção do governo estadual, em período administrado por Bias Fortes. Em 1957, em decorrência desse fato, um grupo de pesquisadores é criado para realizar um estudo geográfico da área atingida, publicado, em 1960, com o título de "Estudo Geográfico do Vale do Médio Jequitinhonha" (Guimarães apud Servilha, 2006, p. 35).

Tal diagnóstico apresentou uma vasta gama de problemas ambientais, sociais e, em

especial, econômicos e influencia a apresentação, por parte de Murilo Badaró¹, da Emenda Constitucional na Assembleia Legislativa, em fevereiro de 1964, que criou a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha – Codevale (Silva apud Servilha, 2006).

A partir da criação da CODEVALE, são produzidos novos diagnósticos acerca de problemas específicos desta região para reforçar o discurso estatal de uma região homogênea em sua pobreza.

Atraso e miséria tornam-se marcas históricas de uma região que acabara de surgir. Uma bacia onde encontramos diferentes biomas naturais (cerrado, caatinga e mata atlântica) e uma enorme diversidade de realidades socioespaciais, socioculturais e socioeconômicas torna-se homogênea aos nossos olhos, representada pela repetição de imagens da seca, de notícias da fome e de índices de pobreza. (Servilha, 2006, p. 43)

O Vale do Jequitinhonha surge, então, como uma das regiões mais pobres do Estado e recebe o estigma de “Vale da Miséria”, na década de 1970. Distante dos grandes centros, tipicamente rural e inserida (em parte) no semiárido nordestino brasileiro, que recebe a valoração de “sertão”. Segundo Maria Amélia Garcia de Alencar:

A categoria “sertão” está profundamente arraigada na cultura brasileira, seja no senso comum, seja no pensamento social ou ainda no imaginário do povo. Referência espacial e mítica, o sertão tem se constituído em categoria essencial para se pensar a nação brasileira (Alencar, 2000, p. 1).

O sertão, naquele momento, visto de forma negativa por muitos políticos e intelectuais, como representante do atraso que deveria ser superado para o surgimento de um Brasil moderno. Nesse sentido, o sertão mineiro, é concebido como uma área a ser dominada e transformada, conforme os projetos civilizatórios produzidos pelo Estado.

A CODEVALE, por muito tempo, contribuiu para dar maior visibilidade aos aspectos negativos da região que passaram a ser amplamente divulgados pelos meios de comunicação. A existência de um Vale da Miséria possibilitava que muitos políticos se destacassem no cenário nacional com um discurso em torno da superação dessa miséria.

O grande destaque alcançado pelo ‘Vale da Miséria’, permitiu que muitos grupos socioeconômicos angariassem recursos estatais para investimentos em projetos de intervenção desenvolvidos ‘de cima para baixo’. Tais projetos foram legitimados “pela produção de uma baixa estima social, pessoal e coletiva na ‘população regional’ (populações locais)” (Servilha, 2006) . Sendo assim, os ‘sertanejos pobres’ do Jequitinhonha eram vistos como incapazes os problemas regionais, necessitando de ajuda externa.

¹ Murilo Badaró foi “presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais BDMG [...]. Ex-deputado, ex-senador, autor do Projeto de Emenda que criou a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha – Codevale, em 1964. Nasceu em Minas Novas, no dia 13 de setembro de 1931” (Silva, 2007).

Como resposta a esta estigmatização da região surgiu um movimento de artistas e militantes socioculturais no sentido de se organizarem coletivamente para construir um “contraestigma”, ou seja, um novo olhar para o Vale como forma de valorizar aspectos positivos do lugar. Segundo Mateus de Moraes Servilha,

Novos fatos, ideias e imagens são acionados por novos atores sociais para fins de autorreconhecimento e legitimação de diferentes qualificações valorativas da região, de mostrar “outros Vales”. O Vale da religiosidade e da cultura populares, o Vale da cultura afro-brasileira, o Vale da cultura indígena, o Vale das folias de reis, do congado, da viola, das benzedeiras e rezadeiras, dos canoeiros, da oralidade, do “sentimento de comunidade”, dos cantos de domínio público, das lavadeiras, dos boiadeiros, dos mutirões, das festas nas ruas, da viola, do artesanato. (Servilha, 2006, p. 44)

Surge uma região identitária, significada pela arte e pela articulação de movimentos e entidades culturais. Emerge, a partir da construção e difusão de novos olhares para o Vale do Jequitinhonha, uma consciência regional: o “Vale da Cultura” (Servilha, 2006).

Nessa busca por uma nova identidade regional, dissociada da ideia de pobreza material, se destaca a criação, em 1979, do FESTIVALE – Festival da Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha, idealizado por Tadeu Martins. Sob o lema: “Vale, Vida, Verso e Viola!”.

Como assegura Sinvaldo Ferreira Santos Junior,

o Festivale é realizado periodicamente desde 1980, abrangendo manifestações culturais diversas (música, teatro, dança, artesanato e poesia) e reunindo artistas, cantadores, atores, folcloristas e apreciadores da cultura popular em feiras de artesanato e folclore, cursos, oficinas de teatro etc. (Junior, 2012).

Uma das principais atividades do Festivale, é o festival de música, que consiste na apresentação musical de artistas, tendo como objetivo final o lançamento de novos talentos. Em edições anteriores do festival surgiram nomes como Paulinho Pedra Azul, Saulo Laranjeira, Rubinho do vale, Tadeu Franco entre outros.

Dentro do Festivale acontece ainda a “Noite Literária” que consiste na apresentação de leituras literárias durante o concurso de poesias. Esta etapa objetiva valorizar e resgatar a importância da linguagem escrita, como manifestação cultural no Vale. Realiza-se ainda, a feira de artesanato, que serve de vitrine para a importante produção artesanal do vale e representa para os artesãos uma oportunidade para comercialização de seus trabalhos. Ocorre também, a apresentação de grupos folclóricos representantes da cultura popular da região.

Além do caráter festivo, Júnior destaca que “o Festivale foi responsável pela organização social de setores importantes da sociedade do vale, criando sindicatos de trabalhadores rurais, associações de artistas, lavadeiras e vaqueiros” (Junior, 2012).

O Festivale acontece anualmente e as cidades do Vale se revezam para sediar o que é

considerado como o mais importante evento do gênero na região. Tanto que a Lei Estadual Nº 24.180, de 2022, reconheceu o Festival de Cultura Popular do Vale do Jequitinhonha – Festivale como de relevante interesse cultural do Estado.

Nas últimas décadas ocorreram profundas mudanças, também na economia da região. Como sucede em toda a América Latina, tem-se desenvolvido no Vale um modelo neoextrativista que visa suprir as demandas dos países centrais e potências emergentes (como a China) por bens primários. Destacam-se neste cenário as novas descobertas de lítio, principalmente nos municípios de Itinga e Araçuaí.

O lítio aparece como importante recurso mineral estratégico é utilizado em diversas aplicações, sendo a mais comum a fabricação de baterias de longa duração, que equipam veículos elétricos e aparelhos eletroeletrônicos. Diante do crescimento do mercado de energia fotovoltaica e eólica e na necessidade do capitalismo global de alavancar um novo sistema de acumulação e armazenamento de energia em substituição aos combustíveis fósseis.

A partir destas descobertas, a região tem sido alvo de grandes empreendimentos de mineração, como o da empresa Sigma Lithium, mineradora de lítio com sede no Canadá e desde 2018 em operação no Vale do Jequitinhonha/MG. “A planta prevê o consumo de 42.000 litros de água por hora, numa região que sofre com a escassez de água e cuja população tem buscado alternativas de convivência com o semiárido” (Santos, Ruas et al, 2022).

Em 05 de maio de 2023, o governador de Minas Gerais Romeu Zema lançou o projeto “Vale do Lítio”, na Nasdaq, maior bolsa de valores do mundo em negócios de tecnologia e inovação em Nova Iorque, nos Estados Unidos. O chamado Vale do Lítio é formado por 14 cidades: Araçuaí, Capelinha, Coronel Murta, Itaobim, Itinga, Malacacheta, Medina, Minas Novas, Pedra Azul, Virgem da Lapa, Teófilo Otoni e Turmalina, no Nordeste de Minas, e Rubelita e Salinas, no Norte mineiro.

De acordo com o órgão estatal “Agência de Notícias Minas”, o projeto econômico-social tem como objetivo desenvolver cidades do Nordeste e Norte do estado em torno da cadeia produtiva do lítio, gerando mais empregos e renda para a população das duas regiões.

Por outro lado,

a instalação de grandes empreendimentos minerários com foco na exportação dos recursos extraídos, traz sérios impactos em determinados grupos sociais, pela desapropriação de terras das comunidades e dos camponeses, cujos modos de vida, valores e cultura, são diretamente afetados” (Sulzbacher, Fernandes et al, 2021).

É nesse contexto, que a descoberta de grandes jazidas de lítio no Vale do Jequitinhonha/MG aprofunda a histórica inserção da região na lógica da ‘maldição da abundância’ (Acosta apud Santos, Ruas et al, 2022). Por conseguinte, esses chamados

megaprojetos de exploração de lítio revelam o enorme contraste de um território rico em recursos naturais arruinado pelos processos de expropriação e exploração.

Podemos concluir que, compreender o que é o Vale, por sua diversidade e singularidade, requer uma análise que vai além de aspectos, políticos, socioeconômicos e culturais. Pois, “o Vale do Jequitinhonha são muitos, tantos quantos são os diferentes olhares, representações e compreensões de seus diferentes atores sociais” (Servilha, 2006).

2.2 Origem e desenvolvimento do município de Novo Cruzeiro

A cidade de Novo Cruzeiro está localizada no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, mais precisamente, na microrregião de Araçuaí, pertencente ao Médio Jequitinhonha.

De acordo com o IBGE, o Médio Jequitinhonha é composto pelos municípios Araçuaí, Berilo, Cachoeira de Pajeú, Caraí, Comercinho, Coronel Murta, Francisco Badaró, Itaobim, Itinga, Jenipapo de Minas, José Gonçalves de Minas, Medina, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Pedra Azul, Ponto dos Volantes e Virgem da Lapa.

O rio Araçuaí nasce na Cordilheira do Espinhaço – Serra do Gavião – no município de Diamantina. Não longe dali, na Serra da Pedra Redonda, nasce o rio Jequitinhonha. Esses dois rios correm paralelos e se encontram em Itira, a 15 quilômetros da cidade de Araçuaí.

Na margem direita, o rio Araçuaí tem os afluentes: Itamarandiba, Fanado (Minas Novas), Capivari, Setúbal, Gravatá e, bem adiante, o córrego do Calhau, Mateus e córrego da Velha. Na margem esquerda, o Araçuaí não possui grandes afluentes, apenas córregos temporários, por causa da Chapada São Domingos que divide os dois rios.

Figura 3 – Bacia hidrográfica do rio Araçuaí



Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Bacia-Hidrografica-do-Rio-Aracuai_fig11_353756800. Acesso em 23/02/2024, às 15:54.

A ocupação desta região está relacionada à procura de ouro e pedras preciosas nos rios Jequitinhonha/ Araçuaí e seus afluentes, no início do século XVIII. Antes da chegada dos colonizadores, “essa região era habitada por índios Tocoiós e Botocudos, ramos dos Tapuias já misturados com os Aimorés” (Jardim, 1998).

Desde o início do período colonial, inúmeras expedições tentaram penetrar os sertões de Minas, em busca de ouro e pedras preciosas. Partindo do litoral, utilizavam os rios como vias naturais para a penetração no interior do território, principalmente, o rio São Francisco, o rio Pardo, o rio Jequitinhonha, o rio Mucuri e o rio Doce.

O bandeirante Espinosa foi o primeiro se aventurou nessa região, mas, não obteve êxito. De acordo com Diogo de Vasconcelos, a expedição chefiada por Francisco Bruza Espinosa, partiu de Porto Seguro, em 1554 e, “depois de muito andarem chegaram ao Rio Grande (Jequitinhonha) de onde subiram e perlongaram uma dilatada serra até onde nasce o Rio Ourinas. Daí seguiram até um rio caudalosíssimo (o Rio São Francisco) ...” (Vasconcelos, 1974).

Em 1573, a expedição de Sebastião Fernandes Tourinho, chegou ao rio Jequitinhonha e, passando pelo Araçuaí, “recolheram pedras verdes e outras, que havia em abundância: turmalinas, crisólicas, safiras, topázios, berilos e águas marinhas”.²

Enquanto outras bandeiras descobriram novas lavras, como Ouro Preto, São João Del-Rei e Tejuco, entre o final do século XVII e início do século XVIII. Várias expedições sucumbiram, na região de Araçuaí, diante das dificuldades e, durante muitos anos não conseguiram explorar as jazidas da região.

Assim, o vale do Araçuaí foi ficando esquecido enquanto os mineradores se dirigiam para as Minas do Sul (as do rio das Mortes) e as de diamantes no Tejuco e Alto Jequitinhonha.

Na região do Araçuaí e às margens de seus afluentes foram se fixando pequenos garimpeiros e faiscadores que se tornaram fazendeiros, dedicando-se à agricultura. Produziam principalmente algodão, fumo, cana-de-açúcar, milho, feijão e arroz, além de criarem gado.

Só após o declínio das minas de diamante do Tejuco é que os aventureiros voltaram a explorar novamente os rios Jequitinhonha e Araçuaí e penetraram na região da Chapada, onde encontraram imensos filões de ouro, principalmente no rio Fanado (tributário do Araçuaí).

2 Enciclopédia dos Municípios Mineiros, IBGE, vol. XXIV. p. 88.

Somente no final da 3^a década do século XVIII, é que foram efetivamente exploradas as terras do norte/nordeste de Minas, conforme atesta Maria Nelly Lages Jardim (Jardim, 1998, p. 77):

Em 1727, Sebastião Leme do Prado, partindo do Serro, vai a Vila Rica e, com ordem do Governador de Minas Gerais, parte em busca de riquezas exibindo a concessão para investigar e regularizar a exploração clandestina na região dos ribeiros do Araçuaí difamado por causa dos salteadores, negros fugitivos, baianos mestiços e contrabandistas que infestavam o sertão. (Jardim, 1998, p. 77).

Sebastião Leme do Prado passou pelo Fanado, afluente do Araçuaí, conhecido por já não haver ali ouro de aluvião, mas, apenas ouro faltado ou Fanado, como diziam os faiuscadores clandestinos. “Subindo a margem direita desse rio, encontrou um surpreendente e abundante veio de ouro, no dia de São Pedro (29 de julho de 1727). Esse local, então recebeu o nome de Bom Sucesso” (Jardim, 1998).

A partir de 1727 começou o povoamento efetivo da atual cidade de Minas Novas, pois, entre o rio Fanado e o Ribeirão de Bom Sucesso, foi-se formando o primitivo Arraial de São Pedro do Fanado.

A Igreja Matriz de São Pedro foi erguida de madeira em 1728, entre o rio Fanado e o ribeirão Bom Sucesso. A freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Fanado foi criada por Alvará deste mesmo ano.

Segundo o Alvará de 21 de maio de 1729, a vila, na euforia do ouro, com acelerado desenvolvimento devido às jazidas recebeu o nome de Nossa Senhora das Minas Novas do Araçuaí, emancipando-se. Sendo devidamente instalada em 2 de outubro de 1730.

O desenvolvimento econômico, ocorrido na primeira metade do século XVIII, levou ao surgimento de novos povoados e vilas na região. Contudo, a grande distância dos centros administrativos e o difícil acesso atrapalharam sua integração com o restante de Minas Gerais. Pois, o território ficou sob a administração da Bahia até 1757 e sob a jurisdição eclesiástica baiana até meados do século XIX.

Assim, até a metade do século XIX, a Comarca de Minas Novas do Araçuaí abrangia o Vale do Jequitinhonha, compreendendo o Araçuaí e seus afluentes desde o limite da Bahia à Comarca de Porto Seguro. Tinha 150 léguas de comprimento (equivalente a 630 km) e 90 léguas de largura (378 km). Em 1840, a vila passou a cidade com a designação de Minas Novas.

Já a atual cidade de Araçuaí se originou de um arraial chamado Calhau, nome de um dos afluentes do rio Araçuaí. Conforme atesta Maria Nelly Lages Jardim, o povoado teria se formado a partir da chegada de mulheres que foram expulsas pelo Padre Carlos Pereira Freire Moura das terras de sua propriedade, a Barra do Pontal, hoje município de Itira. “Elas subiram

o rio Araçuaí, e a 15 quilômetros do Pontal, aportaram numa planície, na confluência do córrego do Calhau com o rio Araçuaí” (Jardim, 1998).

O Arraial do Calhau, em 1857, foi transformado em Vila de Arassuay. A emancipação política do município, já com a denominação Araçuaí, se deu em 1871.

Um dos dois povoados que deram origem ao município de Novo Cruzeiro surgiu também nas proximidades de um dos afluentes do rio Araçuaí, o rio Gravatá - nome de uma bromélia terrestre muito comum na região, cuja folhagem lembra o abacaxi.

Pela lei estadual nº 2, de 14-09-1891, foram criados os distritos de Bom Jesus do Lufa e São Domingos do Arassuaí e anexados ao município de Arassuaí.

Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município de Araçuaí é constituído de 12 distritos: Arassuaí, Bom Jesus do Pontal, Comercinho, Gravatá, Itaobim, Itaporé, Itinga, Lufa (ex-Bom Jesus do Lufa), Santa Rita do Arassuaí (ex-Itingui), Caraí (ex-São José Caraí), São Domingos do Arassuaí e São Pedro do Jequitinhonha.

O povoado de São Bento (Gravatá) e o distrito de Bom Jesus do Lufa, ambos pertencentes a Araçuaí, posteriormente, deram origem ao município de Novo Cruzeiro.

O historiador Pablo de Souza Oliveira afirma que, “Os primeiros povoadores da região foram trabalhadores rurais do latifundiário Joaquim Esteves da Silva, cuja propriedade, em 1880, se estendia até as terras pertencentes ao então município de Arassuaí” (Oliveira, 2009).

O povoado que se tornaria a sede do município de Novo Cruzeiro foi fundado em 1917, com a construção da capela de São Bento, por ordem de frei Serafim Gomes Jardim. “Surgindo, em torno dela, pouco depois, as primeiras moradias, todas de aspectos rústico e edificadas em terreno pertencente à igreja” (Oliveira, 2009, p.29).

A escolha do Santo Protetor teria acontecido devido à inúmeros ataques de cobras na localidade. Pois, no catolicismo popular, São Bento é tido como protetor contra a picada de cobras e são conhecidas várias orações que os fiéis proferem para se proteger.

A capela original, com características arquitetônicas do início do século XX começou a ser demolida pelo poder público municipal em consenso com os representantes da comunidade católica, a partir do dia 18 de junho de 2011 e outra foi erguida no mesmo local, já com aspectos contemporâneos, sendo inaugurada em 11 de julho 2013, conforme os registros da Paróquia.

Figura 4 – Antiga Igreja Matriz de São Bento, em Novo Cruzeiro, demolida em 2011.



Fonte: <https://www.ferias.tur.br/fotos/3489/novo-cruzeiro-mg.html>. Autor e data não identificados. Acesso em 24/02/2024, às 09:55.

A justificativa para a demolição foi a de que a antiga estrutura estava debilitada, apresentando risco de desabamento. Contudo, nos registros da comissão criada para acompanhar e fiscalizar a obra, consta apenas uma reforma da estrutura.

Figura 5 – Nova Igreja Matriz de São Bento, em Novo Cruzeiro, inaugurada em 2013.



Fonte: Arquivo do autor, 23/02/2024.

É interessante notar que a antiga imagem de São Bento, esculpida em madeira, foi retirada da Igreja Matriz, sendo substituída por outra, de maior porte e confeccionada em gesso. Não obstante, o ícone primitivo de São Bento – que ficou conhecido na comunidade como São Bentinho, recebeu o tombamento como patrimônio material, em nível municipal, no mês de dezembro de 2010. O bem que pertencia à antiga capela, hoje se encontra no acervo da Igreja de São Francisco de Assis, no Bairro São Francisco, distrito sede de Novo Cruzeiro-MG.

Atualmente, no dia 11 de julho, feriado municipal em Novo Cruzeiro, se comemora o dia do Santo Padroeiro com as festividades organizadas pela Paróquia de São Bento. Os festejos compreendem apresentações musicais de artistas católicos e venda de comidas e bebidas típicas da região.

Figura 6 – Imagem de São Bento, Patrimônio Material de Novo Cruzeiro



Fonte: www.oceanoticias.blogspot.com/2010/12/imagem-de-sao-bento-e-tombada-em-novo.html. Acesso em 30/08/2023, às 16:39.

O distrito de Gravatá (ex-povoado de São Bento), foi criado pela lei estadual nº 843, de 07-09-1923, com terras desmembradas do distrito de Bom Jesus do Lufa e anexado ao município de Arassuaí.

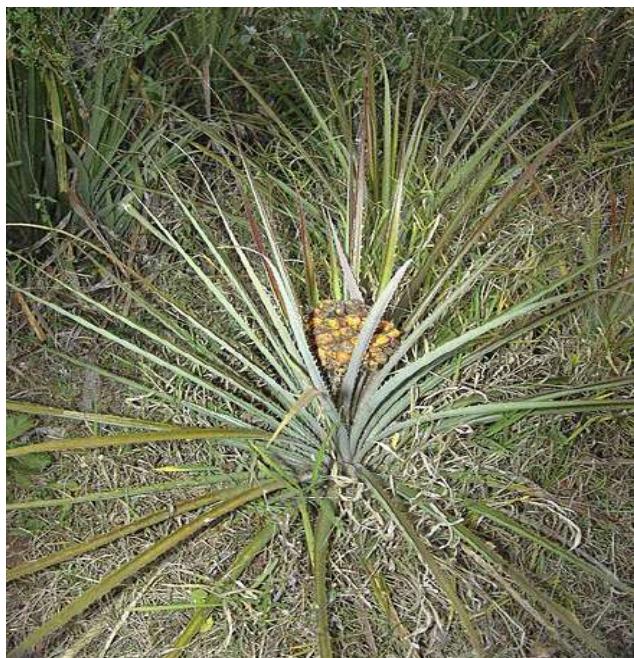
O nome da vila se deve ao rio Gravatá que corta o município e tal designação refere-se a uma espécie de planta muito comum na região, a *Bromelia balansae* Mez., ou gravatá.

O gravatá é uma bromélia terrestre, cuja folhagem lembra o abacaxi. É uma planta ornamental e produz frutos comestíveis e medicinais. É também conhecida popularmente como caraguatá, coração-de-fogo, caraguatá-do-mato, macambira, caraguatá-da-praia, bananinha-do-mato, banana-do-mato-de-balansa.

Conforme Natalia Yurie Nacamura, “o gravatá pertence à família Bromeliaceae e ocorre principalmente no sul e sudeste do Brasil. O fruto tem destaque como fármaco na forma de xaropes, mas outras possibilidades de utilização da planta abrangem o uso ornamental e o alimentício em geleias e licores” (Nacamura et al, 2021).

Das folhas desta bromélia se extrai uma fibra muito resistente, que pode ser utilizada na confecção de roupas, cestos, cintos, redes e até mesmo cordas de instrumentos musicais. As folhas são longas, estreitas, de cor verde-acinzentada a avermelhada, com margens armadas de espinhos afiados. Elas são dispostas em rosetas, formando uma touceira aberta.

Figura 7 - Imagem do gravatá com frutos



Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Caraguata_REFON.jpg. Acesso em 23/02/2024, às 15:35.

Em relação ao distrito de Bom Jesus do Lufa, sua denominação, além influência da religião Católica, possivelmente, se refere a plantas do gênero *Luffa*, cultivadas na região. Também conhecida como ‘buchá’, o gênero *Luffa* é por vezes chamado simplesmente por Lufa.

De acordo com a Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa), a bucha, popularmente conhecida dessa maneira, é pertencente à família Cucurbitaceae e ao gênero *Luffa*, que compreende sete espécies. Dentre elas, a *Luffa cylindrica* é a espécie mais

cultivada. Possui folhas palmatilobadas, flores amarelas, rajadas de verde, e bagas obovadas, oblongas, de até 45 centímetros semelhante ao pepino.

Outra possibilidade seria o uso do termo ‘Lufa’ em alusão a ventania. Conforme o Dicionário Online de Língua Portuguesa, ‘Lufa é substantivo feminino que significa excesso de vento, ventania, lufada. Pode também denotar muita pressa, afã, pressa, afobamento’. Contudo, a escassa documentação do período não possibilita, atualmente, determinar com exatidão a origem do nome deste distrito.

Figura 8 – Imagem de Luffa ou bucha vegetal



<https://estagiositiodosherdeiros.blogspot.com/search/label/bucha%20vegetal>. Acesso em 23/02/2024, às 16:05.

Bom Jesus do Lufa era uma antiga sede de tropas que se arranchavam no entroncamento entre o Calhau (Araçuaí) e Filadélfia (Teófilo Otoni) e Minas Novas, vindo de Novilhona ou de Gravatá (Novo Cruzeiro), “Lufa foi um dos mais antigos arraiais do sertão de Araçuaí. A essa freguesia pertenciam a capela de São Bento (Novo Cruzeiro) e as de Taquaral e Granjas” (Jardim, 1998).

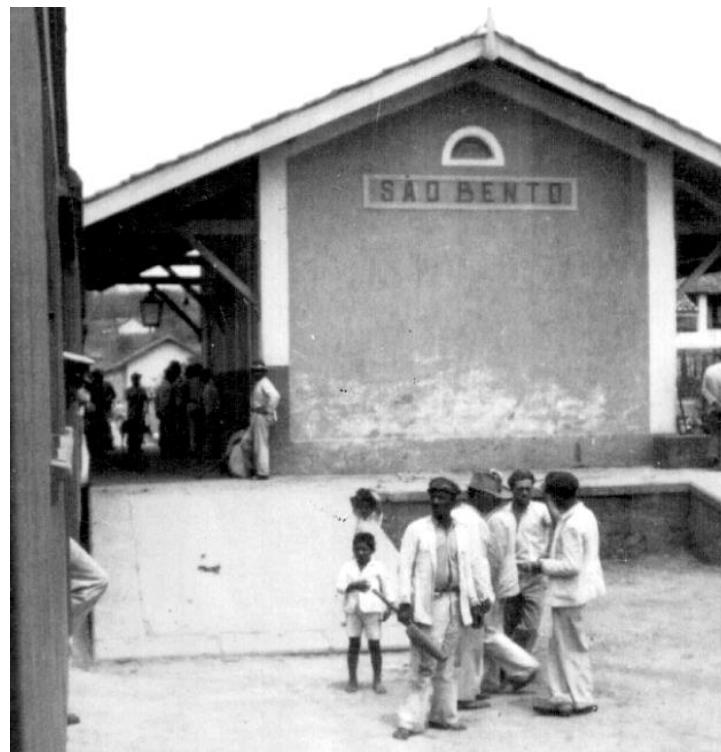
A chegada da Estrada de Ferro Bahia e Minas, que ligava Minas Gerais ao porto de Caravelas-BA, em 1924, impulsionou a ocupação do povoado de São Bento, acompanhando o traçado da linha férrea. O trem que passava diariamente pela cidade duas vezes: uma com destino a Araçuaí, outra no sentido litoral da Bahia, tornou-se o principal meio de transporte.

Em contrapartida, o Lufa perdeu o movimento de tropas que passavam por lá, vindo de São Bento (Novo Cruzeiro), Setúbal e Queixada.

A Estrada de Ferro Bahia-Minas foi desativada em 1966, seguindo a política de desativações ferroviárias no Brasil durante a Ditadura Militar. Desde a década de 1950, o projeto de industrialização do país se direcionava para uma política de valorização do transporte rodoviário e abandono do setor ferroviário.

A ferrovia continua viva na memória coletiva como representativa de um período de relativa prosperidade e progresso. Tanto que dos três bens tombados pelo poder público municipal como Patrimônio Cultural, dois pertencem ao conjunto arquitetônico da antiga ferrovia: A Estação Ferroviária e a Casa do Agente da Bahia-Minas.

Figura 9 – Antiga Estação São Bento, inaugurada em 1924.



Fonte: Acervo Fany Moreira, sem data.

Figura 10 – Atual Estação Novo Cruzeiro (antiga Estação São Bento), restaurada e renomeada.



Fonte: <https://gazetadearacuai.com.br/noticia/457/novo-cruzeiro-recebera-a-edicao-do-pedal-da-cachaca>. Acesso em 29/08/2023, às 10:51.

O Decreto-lei n.º 1058, de 31-12-1943, criou o município de Novo Cruzeiro. De 1923 até 1943 o povoado de São Bento teve considerável aumento populacional e passou a ser a sede do referido município.

De acordo com o historiador Pablo de Souza Oliveira, “a origem do nome da cidade – Novo Cruzeiro – está na denominação que foi dada à moeda nacional em 1942”. (Oliveira, 2009).

A mudança da designação da moeda nacional ocorreu em 5 de outubro de 1942, através do decreto-lei nº 4.791, assinado pelo presidente da República Getúlio Vargas e pelo ministro da Fazenda Artur de Souza Costa. “Neste decreto determina-se algumas providências sobre a implantação do novo sistema monetário brasileiro sobre as cédulas e moedas do mesmo” (Ramos, 2016).

Conforme atestam Angela de Castro Gomes e Mônica Almeida Kornis,

(...) a marca do Estado Novo, um regime forte e centralizado, é afirmada pela utilização da efígie de Getúlio Vargas (pela primeira vez numa cédula), acompanhada, em seu reverso, por uma representação alegórica intitulada “Unidade Nacional”, tendo ao fundo indústrias em funcionamento, numa clara alusão à modernização do país propagada pelo regime. (Castro, Kornis, 2002, p. 13)

Neste contexto, pode-se presumir que o discurso governamental do Estado Novo tenha influenciado os políticos locais a empregar a designação “Cruzeiro”, acrescida do adjetivo “Novo” no intuito de denotar o progresso e a modernidade do município.

Figura 11 – Cédula de dez cruzeiros, anverso com Getúlio Vargas.



Fonte: Castro, Kornis, 2016, p. 5.

É interessante notar que, atualmente, a data oficial de criação da cidade não é comemorada como é comum em diversos municípios. As datas mais comemoradas são: o dia de São Bento (santo padroeiro) e o 07 de setembro. “No último caso, uma data já simbolicamente importante em todo o Brasil, ganha aspectos próprios em Novo Cruzeiro, uma vez que o distrito fora criado em 07 de setembro de 1923 como vimos acima” (Oliveira, 2009).

O município de Novo Cruzeiro realiza sua festa mais importante e popular conhecida como Festival da Cachaça na “semana do 07 de setembro”. A festa foi idealizada pela ACIANC (Associação Comercial e Agropecuária de Novo Cruzeiro) no intuito de valorizar o produto característico dos alambiques locais e incentivar a micro e pequena indústria.

Inicialmente, a festa acontecia na Avenida Júlio Campos, no centro da cidade. Sua primeira edição ocorreu no ano de 1994, com um público bastante reduzido. Mas, com o decorrer dos anos, ganhou prestígio regional e o número de visitantes de outros municípios cresceu enormemente. Na primeira década do século XXI, a Prefeitura Municipal desapropriou o terreno onde havia um campo de futebol, conhecido como Carecão e construiu o Parque de *Eventos José Barrack Sobrinho* para a realização do ‘Festival da Cachaça’.

Atualmente a festa é uma das principais atrações turísticas da região e, além da cachaça, apresenta comidas típicas e produtos artesanais do município. Durante três ou quatro dias da ‘Semana da Pátria’ ocorrem inúmeras apresentações musicais que atraem visitantes de diferentes localidades.

Em 2022, a população de Novo Cruzeiro era de 26.975 habitantes e a densidade demográfica era de 15,84 habitantes por quilômetro quadrado, segundo o último Censo do IBGE. O PIB da cidade é de cerca de R\$ 330,4 milhões de reais, sendo que 44,3% do valor adicionado advém da administração pública, na sequência aparecem as participações dos

serviços (39,6%), da agropecuária (11%) e da indústria (5,1%).

A urbe é dividida em quatro distritos: Lufa, Queixada, Novilhona e o distrito sede de Novo Cruzeiro. É limitada a oeste pelos municípios de Minas Novas, Chapada do Norte e Jenipapo de Minas, ao sul por Angelândia e Ladainha, a Leste por Itaipé e Caraí e ao norte por Araçuaí.

Figura 12 – Mapa: Limites do município de Novo Cruzeiro



Fonte: <https://cualbondi.org/br/a/r315063/novo-cruzeiro/>. Acesso em 24/02/2024, às 09:21.

2.3 Memória e esquecimento em Novo Cruzeiro: os Assentamentos Aruega e Nova Vida

A valorização de uma determinada memória implica em esquecimentos. Portanto, é possível constatar a forma como determinados locais e/ou eventos não aparecem na história oficial do município, tampouco constam no seu inventário. Pois, como afirma Tolentino (2022), “atuar com o patrimônio e, consequentemente com a educação patrimonial implica estar inserido no campo dos conflitos inerentes à conformação das memórias coletivas e das disputas nelas envolvidas entre os diferentes sujeitos e grupos sociais”.

A história do município de Novo Cruzeiro é marcada por intensos conflitos pela posse da terra, desde a década de 1980. De acordo com Maria Glória Carvalho (2000), “A primeira ocupação registrada foi no dia 12 de fevereiro 1988, na fazenda Aruega que fica a 25 KM da cidade.” (Carvalho, 2000, p. 50)

Aruega era então propriedade do senhor Alpino Alves, que a recebeu de herança de seu avô, Olinto Alves Teixeira. O ex-proprietário, na época da ocupação, residia na cidade de Viçosa e não mantinha a terra produzindo (Idem).

O atual Assentamento Aruega é fruto da primeira ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Minas Gerais. Aruega teve uma mobilização com forte participação dos mediadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e, principalmente, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), trazendo até hoje as marcas desse processo.

De acordo com Zangelmi (2007), as famílias que fizeram a ocupação, cerca de 300, provieram de vários municípios da região do Jequitinhonha e Mucuri. As famílias que foram assentadas são dos municípios de Novo Cruzeiro (44%), Itaipé (36%), Itambacuri (4%), Ladinha (4%), Catuji (4%), Verde de Minas (4%) e Pavão (4%) (Idem). Sobre as famílias excedentes, segundo relatos, havia pessoas também dos municípios de Poté, Padre Paraíso, Águas Formosas, Ouro Verde, Teófilo Otoni, Jampruca, entre outros (Zangelmi, 2007).

A ocupação em Aruega rapidamente chamou atenção das autoridades locais. Fazendeiros da região, Prefeito e policiais exerceram forte pressão sobre o Assentamento, independentemente dos processos que corriam na justiça. A maior pressão ocorreu por intermédio da polícia da região. Foram realizadas “vistorias” frequentes em Aruega, além de agressões físicas, sabotagens, perseguições, tentativas de despejo, interrogatórios, bloqueios de alimentação, ameaças, etc. (Zangelmi, 2007).

Conforme o autor, “apesar de não ter havido morte na Fazenda Aruega, a repressão com uso da força por parte de policiais não foi menos grave que outros casos violentos de expulsão

de ocupantes sem-terra.” (Zangelmi, 2007).

O Projeto de Assentamento denominado ARUEGA, localizado no município de Novo Cruzeiro/MG foi criado na Resolução do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA/SR-06/Nº191, de 02 de setembro de 1992. A partir de então, os recém-assentados decidiram que as casas seriam construídas em sistema de agrovila, muito usado nos projetos de colonização, que é uma forma de disposição das residências próximas umas das outras.

Outra importante ação do MST no município ocorreu no dia 22 de abril de 2001, quando 120 famílias ocuparam a Fazenda Córrego Fundo-Gravatá, pertencente ao falecido fazendeiro Olinto Alves e seus herdeiros.

Os herdeiros da referida fazenda, representados pelo filho de Olinto Alves, Erpino Alves Faria, entraram com pedido de reintegração de posse justiça e o embate se arrastou por anos a fio.

Segundo o Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno (CPDOC), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 09 de março de 2006, a CPT registrou que um integrante da direção estadual do MST em Minas Gerais, Paulo Sérgio Barbosa de Oliveira, sofreu um atentado em Novo Cruzeiro. Quando retornava de moto ao Acampamento Nova Vida, dois homens dispararam dez tiros contra ele, sendo que dois acertaram o capacete e um acertou o retrovisor da moto. Paulo escapou do atentado sem ferimentos e foi feito um registro na Delegacia de Polícia de Novo Cruzeiro.

Ainda conforme a Comissão Pastoral da Terra (CPT), na época, a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) foram informados do incidente, bem como foi reivindicada a presença de representantes destas entidades no local do atentado. Registrou-se que na região outras lideranças do MST já tinham sofrido ameaças e que não era a primeira vez que Paulo Sérgio era vítima de uma tentativa de assassinato.

Conforme site “Mapas de Conflito” da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no dia 28 de maio de 2009, houve o julgamento da Apelação Cível nº 1.0024.02.819019-7/001, que trata do pedido de reintegração de posse da Fazenda Córrego Fundo-Gravatá, pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJ-MG), cujo relator foi o Desembargador Maurílio Gabriel. O processo foi ajuizado pelo fazendeiro Erpino Alves Faria, filho de Olinto Alves, e outros, contra Paulo Sérgio Barbosa de Oliveira, como representante do MST na ocupação da fazenda.

O desembargador expediu a reintegração da posse do imóvel rural e fixou uma multa de R\$ 100 mil para os apelados em caso de novo esbulho (entrada na propriedade). Além disso,

condenou os réus ao pagamento das custas processuais, inclusive as recursais, e dos honorários advocatícios, arbitrados em R\$ 3 mil. Porém, como os réus estavam amparados pelo benefício da assistência judiciária, esta exigência ficou suspensa. A decisão do desembargador foi acompanhada pelos outros desembargadores, Tibúrcio Marques e Tiago Pinto.

Em 2011, ocorreu o estabelecimento de um convênio no valor de R\$ 40 milhões entre o Governo Federal (90% dos fundos) e o Governo Estadual (10%) para viabilizar a desapropriação e o pagamento da compra de quatro fazendas emblemáticas, palco de conflitos agrários: as Fazendas Correntes (em Jequitaiá), Ariadnópolis (em Campo do Meio), Eldorado (no município de Frei Inocêncio) e a Fazenda Gravatá, em Novo Cruzeiro.

Em 28 de janeiro de 2015, o site do INCRA informou que um acordo extrajudicial foi firmado na Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) Minas Gerais, em Belo Horizonte, suspendendo a reintegração de posse que estava em vias de se efetivar. A conciliação possibilitou que um conflito de maiores dimensões ocorresse no local, já que as famílias haviam afirmado que não deixariam o acampamento. A partir deste acordo ficou previsto que haveria uma avaliação conjunta entre o INCRA, o Governo do Estado e o proprietário do imóvel em até 90 dias.

O processo de negociação entre Governo do Estado, INCRA e o proprietário continuou por mais dois anos e, somente no dia 25 de setembro de 2017, a documentação de posse da terra foi emitida e entregue aos recém-assentados.

O Assentamento Nova Vida possui 373 hectares de terra que hoje abrigam 32 famílias remanescentes. No terreno se produz milho e feijão em larga escala, além de mandioca, abóbora, hortaliças e outras culturas variadas e orgânicas; o assentamento também conta com atividade apícola, que rende cerca de 70 quilos de mel silvestre a cada retirada.

Apesar de toda história de luta pelo direito à terra e resistência desses assentamentos, não têm o reconhecimento da maioria da população. Portanto, faz-se necessário um trabalho de valorização destes espaços como patrimônios do município para evitar que sua luta caia no esquecimento.

2.4 O tombamento do patrimônio histórico-cultural de Novo Cruzeiro

Conforme estabelece o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias.

De acordo com este Decreto, o Patrimônio Cultural é definido como um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. São também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou criados pela indústria humana.

A palavra *tombo*, significando registro, começou a ser empregada pelo Arquivo Nacional Português, fundado por D. Fernando, em 1375, e, originalmente instalado em uma das torres da muralha que protegia a cidade de Lisboa. Com o passar do tempo, o local passou a ser chamado de Torre do Tombo. Ali eram guardados os livros de registros especiais ou livros do *tombo*. No Brasil, como uma referência, o Decreto-Lei adotou tais expressões para que todo bem material passível de acautelamento, por meio do ato administrativo do tombamento, fosse inscrito no Livro do Tombo correspondente.

Qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar o tombamento de qualquer bem ao Iphan, bastando, para tanto, encaminhar correspondência à Superintendência do Iphan em seu Estado, à Presidência do Iphan, ou ao Ministério da Cultura.

Para ser tombado, o bem passa por um processo administrativo que analisa sua importância em âmbito nacional e, posteriormente, o bem é inscrito em um ou mais Livros do Tombo. Os bens tombados estão sujeitos à fiscalização realizada pelo Instituto para verificar suas condições de conservação, e qualquer intervenção nesses bens deve ser previamente autorizada.

Sob a tutela do Iphan, os bens tombados se subdividem em bens móveis e imóveis, entre os quais estão conjuntos urbanos, edificações, coleções e acervos, equipamentos urbanos e de infraestrutura, paisagens, ruínas, jardins e parques históricos, terreiros e sítios arqueológicos. O objetivo do tombamento de um bem cultural é impedir sua destruição ou mutilação, mantendo-o preservado para as gerações futuras.

2.4.1 Patrimônio material e imaterial

O patrimônio material protegido pelo IPHAN é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos.

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

A relação de patrimônios materiais tombados pelo Iphan podem ser acessados por meio do Arquivo Noronha Santos ou pelo Arquivo Central do Iphan, que é o setor responsável pela abertura, guarda e acesso aos processos de tombamento, de entorno e de saída de obras de artes do País. O Arquivo também emite certidões para efeito de prova e faz a inscrição dos bens nos Livros do Tombo.

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). Na Constituição Federal de 1988 reconhece-se a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define como patrimônio imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural." Esta definição está de acordo

com a Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em março de 2006.

Para atender às determinações legais e criar instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação desses bens imateriais, o Iphan coordenou os estudos que resultaram na edição do Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000 - que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial - e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais.

Em 2004, uma política de salvaguarda mais estruturada e sistemática começou a ser implementada pelo Iphan a partir da criação do Departamento do Patrimônio Imaterial. Em 2010 foi instituído pelo Decreto nº. 7.387, de 9 de dezembro de 2010 o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, utilizado para reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

2.4.2 Bens materiais tombados no município de Novo Cruzeiro

Atualmente, Novo Cruzeiro conta com 03 (três) bens protegidos pelo poder público municipal: A Estação Ferroviária da Bahia-Minas, a Casa do Agente da Bahia-Minas - ambos pertencentes ao patrimônio ferroviário da Estrada de Ferro Bahia-Minas – e a imagem de São Bento, pertencente ao acervo da Igreja São Francisco.

A estrada de ferro Bahia/Minas, começou a ser aberta em 1881, ligando Caravelas, no litoral baiano, à Serra de Aimorés em Minas Gerais, um ano depois. Somente em 1898 a ferrovia chegou a Teófilo Otoni e, em 1918, a Ladainha. Em 1930 atingiu Schnoor. Em 1941, chegou a Alfredo Graça, e, em 1942, chegou em Araçuaí, seu ponto final. Originalmente, a ferrovia pertencia à Província da Bahia, mas, em 1897, passou a ser propriedade do Estado de Minas Gerais.

Em 1965, foi encampada pela Viação Férrea Centro-Oeste e, um ano depois, 1966, foi extinta. Houve planos para a união da ferrovia com a Vitória-Minas, no entanto isso não ocorreu.

A Estrada de Ferro Minas Bahia tinha por objetivo ligar Minas Gerais ao porto de Caravelas, na Bahia, facilitando, assim, o comércio da madeira. Como o porto não foi implantado, a ferrovia buscou a sua viabilização por meio do comércio do café, que não prosperou, e outros produtos. Nesse contexto a ferrovia foi incorporada pela Viação Férrea

Federal Leste Brasileiro (VFFLB), em seguida transferida ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF) e à Viação Férrea Centro-Oeste (VFCO), e finalmente pela Rede Ferroviária Federal S.A., quando foi desativada em 1966.

A Baiminas, como ficou conhecida, transportava principalmente cereais, café e madeira, e foi responsável pela fundação e desenvolvimento de muitas cidades e vilas por onde sua malha passava. Seus quase 600km ligaram o Jequitinhonha ao Atlântico, de Araçuaí a Ponta de Areia - porto que recebia navios da costa do Sudeste.

Jaime Gomes, autor de “Um trem passou em minha vida”, destacou que “milhares de pessoas se deslocaram para aquela região. Montaram engenhos, serrarias e olarias; fundaram vilas, povoados e até cidades. Parte do Sul baiano e do Nordeste mineiro prosperaram, milagrosamente”. (Gomes, 2006, p. 19)

O avanço econômico é mostrado em números. De 1935 a 1944, por exemplo, o volume nos vagões de carga passou de 76.874 toneladas para 174.161 toneladas (aumento de 126%). O total de passageiros subiu em escala maior num período menor, de 51,3 mil pessoas em 1935 para 373 mil homens e mulheres em 1940 (acrúscimo de 627%).

Os imóveis que pertencem a Estrada de Ferro Bahia-Minas (Araçuaí a Caravelas), passaram a integrar o patrimônio da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), nos termos da Lei nº3.155, de 13/03/1957 e posteriormente foram erradicados via DECRETO nº 58.341, de 03/05/1966. De acordo com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), todas as estações e bens do trecho foram vendidos para as Prefeituras dos Municípios aos quais os referidos bens pertencem.

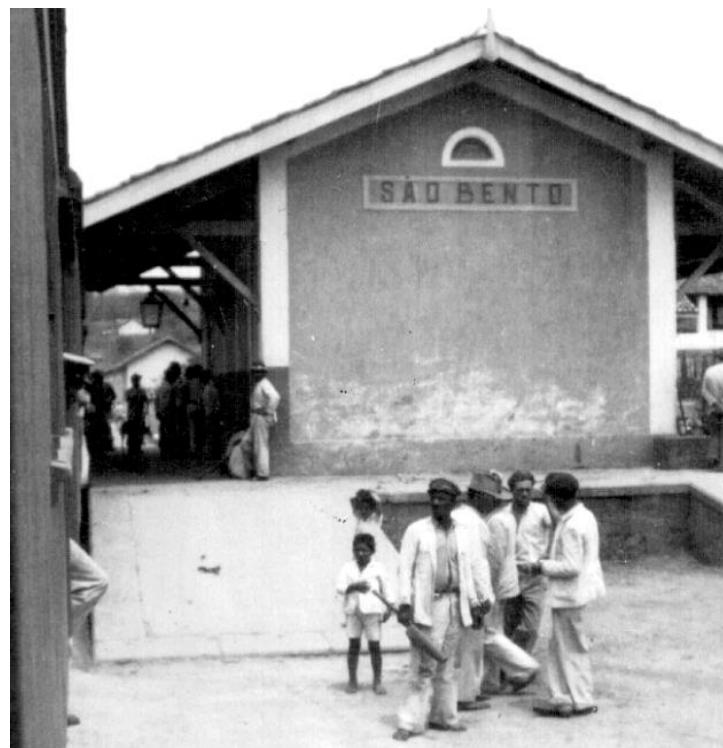
A Bahia-Minas era composta por 29 estações ferroviárias. Do total de 29 estações, 16 se apresentam em uso ou com relativo grau de integridade, o que as tornam passíveis de preservação. A estação de Sucanga, apesar do tombamento municipal, segue sem uso, bem como a estação de Brejaúba. 6 estações foram demolidas, dentre elas a estação de Teófilo Otoni, que apesar de não ter passado pelo processo de demolição, foi completamente alterada e hoje, no terreno da antiga estação, funciona a rodoviária da cidade.

Existem ainda 2 estações em ruínas e 3 sem informações. É importante ressaltar que 5 estações foram tombadas pelas prefeituras municipais, além da locomotiva Pojixá, tombada em 2008 pelo município de Teófilo Otoni.

Apesar de algumas estações estarem ocupadas ou apresentarem-se íntegras, sua Valoração por meio da Portaria N° 407/2010 não se aplica, visto que esses bens já não fazem parte do patrimônio da RFFSA, desde 1966, quando foram vendidos aos municípios, após o processo de erradicação da linha.

Além disso, mesmo considerando a importância da EFBM para o desenvolvimento econômico e processo de ocupação da região do Vale do Jequitinhonha, as estações da linha, neste momento não somam atributos que justifiquem a formalização de sua proteção em nível nacional por meio do Decreto-Lei 25/1937, por exemplo. Sendo recomendado a análise de atribuição de valor pelas instâncias municipais e estadual.

Figura 13 - Estação Ferroviária da Bahia-Minas em Novo Cruzeiro - MG



A estação de São Bento, sem data. Acervo Fany Moreira

A estação de **São Bento** foi inaugurada em 1924 e nos anos 1940 foi reformada e teve o nome alterado para **Novo Cruzeiro**, após a emancipação do distrito, antes pertencente à cidade de Araçuaí.

Figura 14 - Registro da Estação Bahia-Minas em 1960.



E. F. Bahia-Minas - km 481,112 (1960). Autor desconhecido

Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br/baiminas/novo.htm . Acesso em 31/08/2023, às 08:30.

Figura 15 – Fotografia atual da Estação Bahia-Minas.



Autor desconhecido. Fonte: <https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/novo-cruzeiro/estacao-bahia-minas>. Acesso em 25/08/2023, às 09:54.

Figura 16 - Mapa da rota da estrada de ferro Bahia/Minas que ligava a cidade de Caravelas, no litoral baiano a Araçuaí, em Minas Gerais.



Fonte: [Home \(mtcsa.com.br\)](http://Home (mtcsa.com.br)). Acesso em 22/09/2024, às 10:20.

Ao lado da antiga Estação da Estrada de Ferro Bahia-Minas, está a Casa do Agente Ferroviário, que foi construída em 1922. Serviu de morada para os funcionários da linha férrea a partir de 1924. O Agente da ferrovia era responsável por receber e distribuir as mercadorias, além de receber e depositar o dinheiro pago pelo transporte de mercadorias e passageiros da estação ferroviária. O bem recebeu o tombamento em nível municipal.

Figura 17 - Casa do Agente da Bahia - Minas.



Foto: Sergio Mourão (sem data). Acervo fotográfico da Secretaria Municipal de Educação

Conforme já mencionado, a imagem de São Bento, pertencente à igreja de São Francisco é o terceiro patrimônio material tombado pelo município.

Figura 18 - Imagem de São Bento, conhecida na comunidade como São Bentinho.



Fonte: <https://oceanoticias.blogspot.com/2010/12/imagem-de-sao-bento-e-tombada-em-novo.html>. Acesso em 10/11/2024, às 10:45.

Como reconhecimento de seu valor histórico e cultural, a imagem de São Bento – conhecida na comunidade como São Bentinho, recebeu no mês de dezembro de 2010, o tombamento em nível municipal. O bem pertence ao acervo da Igreja de São Francisco de Assis, no Bairro São Francisco, distrito sede de Novo Cruzeiro-MG.

A imagem de São Bentinho é feita sobre madeira esculpida e policromada. Tem olhos de vidro e atributos que remetem à vida e aos feitos do santo: um cajado (báculo) na mão direita, que simboliza seu papel de pastor de fiéis e que, com a mitra (espécie de chapéu), constitui uma das principais insígnias dos bispos, fazendo referência à sua importância e hierarquia na Igreja Católica. O livro que segura na mão esquerda representa a Regra Beneditina, da qual foi autor. São Bento é considerado o padroeiro oficial de toda Europa. Nascido em 480 D.C. em Núrcia, Itália, foi ainda jovem para Roma. De lá saiu, abandonando os estudos para viver como eremita. Foi responsável por vários milagres, tendo escapado da ingestão de veneno por duas vezes. Escreveu as Regras – normas para a vida como monge – e fundou vários monastérios. Faleceu em 547 no mosteiro de Monte Cassino, Itália.

2.5 Inventário de bens culturais materiais e imateriais

Os Inventários são instrumentos de preservação que buscam identificar as diversas manifestações culturais e bens de interesse de preservação, de natureza imaterial e material. O principal objetivo é compor um banco de dados que possibilite a valorização e salvaguarda, planejamento e pesquisa, conhecimento de potencialidades e educação patrimonial.

A delimitação da área do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) ocorre em função das referências presentes em um determinado território. Tais áreas podem ser reconhecidas em diferentes escalas, podendo corresponder a uma vila, um bairro, uma zona ou mancha urbana, uma região geográfica culturalmente diferenciada ou a um conjunto de segmentos territoriais.

Os projetos do INRC são distribuídos por regiões do País e pelas Superintendências Estaduais do Iphan, sendo classificados como realizados e em andamento.

2.5.1 Bens materiais inventariados pelo município de Novo Cruzeiro – MG

Dentre os bens inventariados pelo município, constam 17 (dezessete) bens imóveis de estruturas arquitetônicas, sendo 09 (nove) localizadas na sede e 08 (oito) espalhadas pelos distritos. Integram o conjunto de bens móveis e integrados 08 (oito) itens, entre imagens sacras e livros de registro. Figuram 02 (dois) locais entre os Conjuntos Paisagísticos Naturais: Cachoeira Maria Farias, localizada no Distrito de Santa Cruz, a 5 km da Sede e as Bicas de água natural, no Distrito de Lufa.

a) Praça Sargento Noraldino Rosa, centro de Novo Cruzeiro

A Praça Sargento Noraldino Rosa, localizada no centro de Novo Cruzeiro, é uma homenagem ao jovem combatente da Segunda Guerra Mundial, Noraldino Rosa dos Santos, 3º Sargento do 6º Regimento de Infantaria (R.I), natural de Novo Cruzeiro, que combateu ao lado das forças aliadas para libertar a Itália do domínio da Alemanha Nazista. É considerado como um dos heróis da FEB (Força Expedicionária Brasileira).

Figura 19 - Praça Sargento Noraldino Rosa



Fonte: <https://www.minasgerais.com.br/pt/eventos/novo-cruzeiro/natal-iluminado-de-novo-cruzeiro>

Noraldino Rosa nasceu no dia 05/08/1918, na Vila do Bom Jesus do Lufa (atualmente Distrito do Lufa, Município de Novo Cruzeiro). De acordo com o historiador militar Cel. Cláudio Moreira Bento, o Sargento Noraldino Rosa dos Santos,

Tombou heroicamente em Montese colhido por estilhaço de granada, quando retornava ao seu abrigo sob forte bombardeio, depois de certificar-se que todos os seus soldados estavam abrigados em local seguro. Faleceu em combate, no dia 14 de abril de 1945, em Montese - Agraciado com as Medalhas de Campanha, Sangue do Brasil e Cruz de Combate de 2a Classe. (Bento, 2011, p. 25)

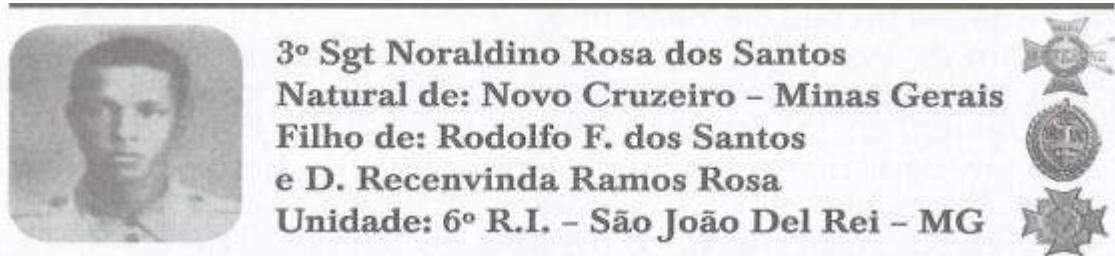
Consta no decreto de concessão desta última:

“Na região de Montese, a 14-04-45, quando seu pelotão, que se encontrava em posição próxima ao ponto 842, recebeu a ordem para se articular na base de partida, para atacar o ponto 927, foi colhido por forte barragem de artilharia e morteiros inimigos, em terreno completamente limpo. O Sargento Noraldino determinou que seus comandados se abrigassem nas imediações de uma casa e, receando que algum homem tivesse sido atingido, foi pessoalmente, ainda sob forte bombardeio, verificar as posições dos seus subordinados. Ao regressar ao seu abrigo, foi atingido por um estilhaço de granada, que o matou instantaneamente. A bravura, o espírito de sacrifício, abnegação, o destemor e a elevada compreensão dos deveres militares demonstrados pelo referido Sargento o destacam como um elemento de real valor e o seu nome figurará sempre nas listas dos bravos que morreram pela Pátria.” Este bravo revelou possuir as Virtudes Militares de Coragem e Bravura e mais as de Camaradagem e Solidariedade ao zelar pela segurança dos seus comandados, com o risco de vida”. (Bento, 2011, p. 25)

O translado de seus restos mortais e sepultado no Cemitério dos Pracinhas, no Rio de Janeiro, ocorreu, possivelmente, na década de 1960.

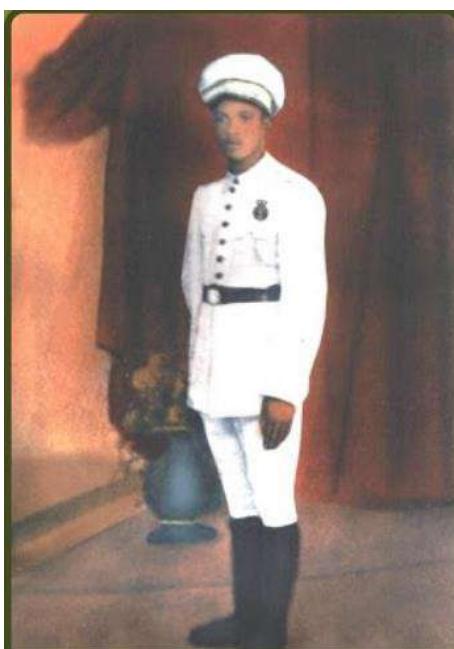
O 11º R.I. possui mais dados sobre o Sargento Noraldino Rosa dos Santos.

Figura 20 - Sargento Noraldino Rosa, Pracinha da Força Expedicionária Brasileira (FEB).



Fonte: BENTO, Cláudio Moreira. Os 68 sargentos heróis da FEB mortos em operações de guerra. Resende;FAHIMTB/Gráfica Drumond, 2011 60 p.

Figura 21 - Foto pintura do Sargento Noraldino.



Sargento Noraldino Rosa dos Santos. Sem data (autor desconhecido)

Fonte: <https://culturaneocruzeirense.blogspot.com>. Acesso em 31/08/2023, às 09:29.

b) Capela São Francisco de Assis

De acordo com relatos de moradores da comunidade, a capela teria sido erguida nas primeiras décadas do século XX, possivelmente, nos primeiros anos da década de 1930. O terreno foi doado pelo Sr. Pedro Leite, antigo fazendeiro local, proprietário das terras onde hoje se encontra a capela e que conformam o Bairro São Francisco. A Capela São Francisco de Assis está localizada no bairro São Bentinho, na sede do município e carrega as marcas de sua história mantendo a arquitetura original, com os seus detalhes ornamentais em massa de baixo

relevo.

Figura 22 - Capela São Francisco de Assis.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Departamento de Cultura.
<https://www.minasgerais.com.br/pt/atracoes/novo-cruzeiro/capela-sao-francisco> Acesso em 29/08/2023, às 10:55.

c) Estação Ferroviária da Bahia-Minas no distrito de Queixada

Com o encerramento das atividades da linha férrea em 1966, além da mudança no cotidiano local, muitos funcionários da Companhia foram realocados para outras regiões. Desde então a estação de Queixada se tornou posto telefônico atendendo ao povoado e atualmente funciona como posto da Agência dos Correios

Figura 23 - Registro atual da Estação Ferroviária da Bahia-Minas, em Queixada.



Foto: Sergio Mourão. Acervo fotográfico da Secretaria Municipal de Educação.

d) Casa do Agente da Bahia-Minas, no distrito de Queixada

Serviu de morada para os funcionários da linha férrea a partir de 1924. A Antiga Casa do Agente da Estação da extinta Estrada de Ferro Bahia-Minas é hoje o Espaço Cultural Professor João Áureo Campos. No local, há vários artefatos antigos (fotografias, objetos, livros, documentos) doados e emprestados pelas pessoas da comunidade local, guardando parte da história do povo de Queixada.

Figura 24 - Casa do Agente da Ferrovia Bahia-Minas Distrito de Queixada, atualmente, Espaço Cultural Prof. João Áureo Campos.

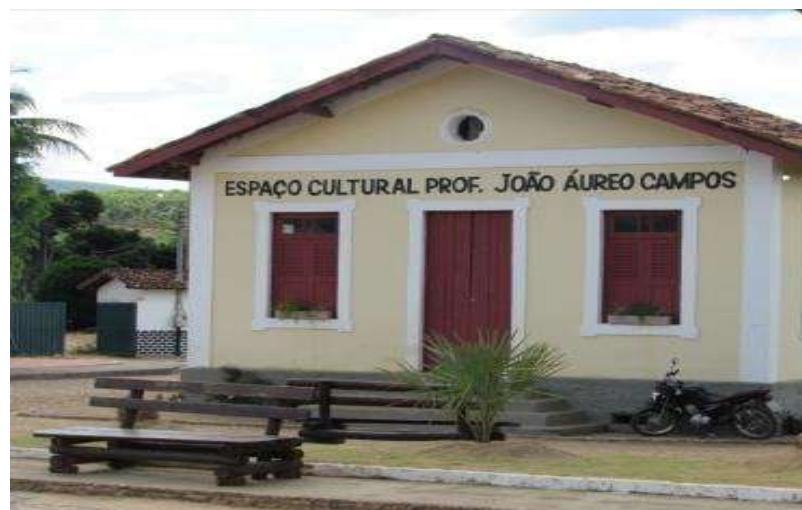


Foto: Yan Pereira de Souza.

e) Caixa d'agua Bahia-Minas, distrito de Queixada

A caixa d'água era utilizada para abastecer as caldeiras da “Maria-Fumaça” da antiga Ferrovia Bahia-Minas, pois se tratavam de locomotivas movidas a vapor. Atualmente faz parte do conjunto arquitetônico da antiga estrada de ferro no Município. Está localizada bem no Centro do Povoado de Queixada.

Figura 25 - Caixa D'água no Distrito de Queixada.



Foto atual: Sergio Mourão. Acervo fotográfico da Secretaria Municipal de Educação.

Figura 26 - Pátio da Estação Ferroviária de Queixada, anos 1940, onde fica a Caixa d'Água.



Foto: Autor desconhecido. Fonte: <https://estacoesferroviarias.com.br>

2.5.2 Patrimônio Imaterial do município de Novo Cruzeiro

Em relação ao Patrimônio Imaterial, encontram-se no Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural de Novo Cruzeiro, 02 (dois) modos distintos de se “Fazer Rapadura”, um característico da comunidade Bebedouro, distrito de Lufa e outro da localidade conhecida como Barra do Lufa, no distrito de Queixada. No entanto, nenhum desses bens intangíveis encontra-se registrado em livro próprio, como prevê o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), executado pelo IPHAN. Portanto, estas manifestações não estão legalmente protegidas pelo poder público.

No referido inventário também constam a “Folia de Reis” da comunidade de Córrego Grande dos Batista e a “Folia de Reis” da Paróquia São Bento. Ambas estão cadastradas no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG). De acordo o IEPHA, as Folias de Minas foram registradas como patrimônio cultural de Minas Gerais, no dia 06 de janeiro de 2017 e reúnem em torno de si diversas práticas culturais, saberes, formas de expressão, ritos e celebrações, representando uma parte importante do patrimônio cultural mineiro. Também denominadas ternos ou companhias, as folias são manifestações culturais-religiosas cujos grupos se estruturam a partir de sua devoção aos santos como: Reis Magos, Divino Espírito Santo, São Sebastião, São Benedito, Nossa Senhora da Conceição, entre outros. Geralmente, são formados por cantadores e tocadores, podendo apresentar personagens, como reis, palhaços e bastiões, que visitam casas de devotos distribuindo bênçãos e recolhendo donativos para variados fins. Apresentam características regionais e as indumentárias variam de grupo para grupo, podem ser encontrados foliões que utilizam trajes militares, vestes de palhaço, máscaras ou roupas comuns. Os instrumentos que conduzem os cantos são as violas, violão, cavaquinho, pandeiro, bumbos, sanfona e caixas. Possuem como principal elemento simbólico a bandeira e organizam-se a partir de ritos, como o giro ou jornada, encontros, festas e cumprimento de promessas. A tradição, de origem ibérica, faz parte das celebrações mais antigas e difundidas no estado de Minas Gerais e no Brasil, e, ao longo dos anos, foi se tornando um componente de considerável importância na construção do imaginário, identidade e memória individual e coletiva dos mineiros. As Folias reúnem em torno de si diversas práticas culturais, saberes, formas de expressão, ritos e celebrações, representando uma parte importante do patrimônio cultural mineiro.

a) Folia de Reis do Córrego Grande dos Batista

Nome conforme cadastrado no IEPHA: Folia de Reis do Córrego Grande dos Batista

Número do cadastro no IEPHA: 1820

Localização: Distrito de Novilhona – Novo Cruzeiro-MG

Devoção: Santos Reis

Número aproximado de integrantes: 15 Integrantes / Personagens: Bandeira / Estandarte,

Vozes, Requinteiro, Segundeiro, Resposta, Conrateiro, Procurador, Caixeiro, Bumbeiro

Instrumentos: Viola, Violão, Sanfona, Caixa (Tambor), Pandeiro, Cuíca Giro / Jornada /

Itinerário: 28 de Dezembro a 06 de janeiro na própria Comunidade.

b) Folia de Reis da Paróquia São Bento Novo Cruzeiro

Nome conforme cadastrado no IEPHA: Folia de Reis da Paróquia São Bento Novo Cruzeiro

Número do cadastro no IEPHA: 646

Localização: Distrito Sede, Novo Cruzeiro-MG

Devoção: Santos Reis, Divino Espírito Santo, Menino Jesus, Virgem Maria.

Número aproximado de integrantes: 15 Integrantes / Personagens: Bandeira / Estandarte,

Vozes, Requinteiro, Segundeiro, Resposta, Conrateiro, Procurador, Caixeiro, Bumbeiro

Instrumentos: Viola, Violão, Sanfona, Caixa (Tambor), Pandeiro, Cuíca Giro / Jornada /

Itinerário: 28 de Dezembro a 06 de janeiro na própria Comunidade.

Por conseguinte, entendemos que o Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural de Novo Cruzeiro deixa de contemplar diversas manifestações culturais e saberes específicos da região e que possuem grande relevância para determinadas comunidades. Entre estes podemos citar o modo característico de fazer peneiras artesanais da comunidade de Córrego Grande dos Batistas, o modo de fazer vassouras do povoado do Campo do Meio e o biscoito de goma que é produzido em diversas comunidades locais.

Concluímos assim, que Novo Cruzeiro ainda possui muitos saberes e ofícios a serem explorados e reconhecidos tanto pelo poder público quanto pela comunidade em geral e o trabalho de Educação Patrimonial é essencial para tal reconhecimento e valorização.

3. O PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE NOVO CRUZEIRO EM UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA

Apresentação

Caros professores e professoras,

Esse material didático é resultado de pesquisa realizada e apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), intitulada “Patrimônio Histórico-cultural e Educação Patrimonial em Novo Cruzeiro: uma proposta de sequência didática”, do professor-pesquisador Jésus Eduardo de Sales, sob orientação do professor Dr. Belarmino de Jesus Souza.

A atividade educacional proposta visa contribuir para a prática de docentes de História e conteúdos afins que atuam na Educação Básica, principalmente no Ensino Médio, e pretendem desenvolver um trabalho de Educação Patrimonial direcionado ao município de Novo Cruzeiro – MG.

Atualmente, muitos historiadores e museólogos têm defendido uma maior interação entre os educandos e os bens patrimoniais, de maneira que possibilite maior identificação. Assim sendo, o planejamento do trabalho de Educação Patrimonial em determinado município, deve considerar que os diferentes tipos de bens exigem distintas formas de abordagem.

É importante ressaltar que cada trabalho de Educação Patrimonial requer uma “chave de interpretação”, conforme afirma Lucília Santos Siqueira,

(...) diferentes tipologias de patrimônio requerem tratamento específico para suas linguagens diferentes; o tratamento para peças musealizadas é diferente daquele dado a edificações que, por sua vez, também difere do olhar necessário para compreender uma procissão que se realiza há mais de 200 anos. (Siqueira, 2019, p. 309)

Nesse sentido, ao analisar objetos delicados, faz-se necessário esclarecer os educandos sobre o modo de proceder e os cuidados em relação à fragilidade de alguns bens. Enquanto um trabalho que se pauta mais no contato com as pessoas possuidoras de um conhecimento ancestral exige maior interação e participação dos alunos.

Estas observações são relevantes para evidenciar que apenas visitar uma comunidade não é suficiente para um trabalho eficaz de Educação Patrimonial. É imprescindível que o professor oriente seus educandos, direcionando a pesquisa e definindo os objetivos. Conforme atesta Átila Bezerra Tolentino (2016),

É necessário compreender o patrimônio de uma forma crítica e não apenas contemplativa. Cabe, portanto, ao educador patrimonial, criar possibilidades para uma construção coletiva do que é patrimônio cultural, a partir do diálogo e da negociação sabendo que nesse processo, necessariamente pode haver consensos e dissensos, dilemas e conflitos (Tolentino, 2016, p. 44).

Acreditamos que, para realizar um trabalho relevante de Educação Patrimonial que proporcione uma aprendizagem significativa, o aluno deve ser protagonista. O professor necessita delegar funções, orientar as ações e coordenar o trabalho de pesquisa. Mas, para que se sinta motivado e possa construir seu próprio conhecimento, o discente precisa assumir o papel de pesquisador. Dessa forma, como endossa Freire (2003, p.75), “se não superarmos a prática da educação como pura transferência de um conhecimento que somente descreve a realidade, bloquearemos a emergência da consciência crítica, reforçando assim o ‘analfabetismo’ político”.

A partir do conhecimento histórico adquirido nesta pesquisa, esperamos que os educandos possam compreender os elementos culturais formadores das identidades e as transformações sociais como resultantes de relações socioeconômicas e culturais de poder. Capacitando-os a posicionar-se diante de fatos presentes a partir da interpretação de suas relações com o passado.

Reconhecemos ser essencial estimular no estudante a busca pela produção de um conhecimento próprio, independente e de expressão coerente através da leitura, da escrita e do debate. Além de sua percepção crítica, tanto em relação à produção científica quanto às informações que circulam nas mídias, colocando em prática a dúvida sistemática, elemento fundamental para o aprimoramento da condição humana.

Entendemos que toda valorização de uma determinada memória implica em esquecimentos. Portanto, é possível constatar a forma como determinados locais e/ou eventos não aparecem na história oficial do município, tampouco constam no seu inventário. Pois, como afirma Tolentino (2022, p. 112), “atuar com o patrimônio e, consequentemente com a educação patrimonial implica estar inserido no campo dos conflitos inerentes à conformação das memórias coletivas e das disputas nelas envolvidas entre os diferentes sujeitos e grupos sociais”.

Concluímos assim, que qualquer bem que permita tornar a história e memória da cidade mais plural e democrática deve ser empregado no trabalho de Educação Patrimonial, mesmo que não conste no inventário do município.

A ideia desta sequência didática surgiu de um projeto geograficamente mais amplo, que se propõe a realizar trabalhos de campo com alunos do Ensino Médio, em diferentes cidades do Vale do Jequitinhonha.

Desde 2014, a Escola Estadual Eduardo Milton da Silva desenvolve um projeto de iniciação científica direcionado à Educação Patrimonial, com alunos selecionados nas turmas do Ensino Médio. Denominado Grupo de Pesquisas Clio, o projeto prioriza o estudo de

comunidades remanescentes de quilombolas e indígenas, principalmente, nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

O projeto, a partir de pesquisas *in lócus* de comunidades quilombolas e indígenas da região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em Minas Gerais, objetiva compreender e enfatizar elementos das culturas africana, de afrodescendentes e indígena de nosso território. Os dados coletados se destinam à elaboração de estudos acerca da localidade visitada e de repasse do que foi aprendido para a comunidade escolar.

Com o referido grupo, realizamos inúmeras pesquisas em diversas cidades destas regiões, com Ladainha, Chapada do Norte, Minas Novas, Diamantina, entre outras. A metodologia desenvolvida e utilizada no estudo dessas comunidades consiste na abordagem de possibilidades de estudar História e demais disciplinas em ambientes não escolares, numa perspectiva freiriana.

O Projeto é composto pelas seguintes etapas:

- 1 - Constituição de um Grupo de Pesquisas em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena com alunos do Ensino Médio;
- 2 – Estudo de teorias e métodos de pesquisas de História;
- 3 – Definição dos objetivos e da localidade de pesquisa;
- 4 – Realização de pesquisa bibliográfica pelos alunos;
- 5 - Pesquisas *in lócus* de comunidades quilombolas e indígenas da região dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri;
- 6 – Compilação de dados obtidos e produção de textos;
- 7 – Publicação dos resultados da pesquisa através de jornal;
- 8 - Publicação dos resultados da pesquisa nas redes sociais.

Para exemplificar, fizemos um compilado dos principais trabalhos desenvolvidos por este grupo desde 2014.

O primeiro trabalho do Grupo Clio foi realizado na cidade de Minas Novas, no dia 12 de abril de 2014, onde foram realizadas visitas aos principais patrimônios Histórico-culturais da cidade.

Os trabalhos foram iniciados no Sobradão, construído em 1821, hoje funciona como museu composto por acervo de objetos do período colonial, uma exposição do artesanato típico do Vale do Jequitinhonha, a biblioteca pública e sala de aulas de música para crianças e adolescentes. Posteriormente, o Grupo conheceu o Solar da Família Badaró que possui a exposição das honras e méritos à “Família Badaró”. Também fizeram parte do roteiro a Igreja do Amparo, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e a Igreja de São Gonçalo.

A cidade de Minas Novas localizada no Alto Jequitinhonha, com cerca de 30.823 habitantes (Censo IBGE 2010), conta com artesanato, arquitetura colonial e tem sua origem na busca do ouro.

A história do município começou no século XVIII, no ano de 1729, quando um grupo de pessoas, chefiado por Sebastião Leme do Prado, chegou à região, à procura de ouro, metal que encontraram em abundância.

Iniciou-se com o povoado chamado São Pedro do Fanado, depois se tornou Vila de Nossa Senhora do Bom sucesso das Minas Novas do Araçuaí, onde foi instituída a primeira Câmara Municipal.

O antigo município foi o maior do Estado de Minas Gerais, dele originaram-se mais de 60 municípios mineiros. Hoje a cidade conta com vários pontos turísticos de sua origem colonial.

A foto a seguir, é o registro do momento em que os alunos puderam conhecer a Associação de Artesãos Coqueiro do Campo. Campo Buriti é uma comunidade rural do município de Turmalina, próximo à cidade de Minas Novas.

Figura 27 - Grupo Clio na Associação de Artesãos Coqueiro do Campo.



Foto: Autor desconhecido, 12/05/2014. Acervo do autor.

A Associação de Artesãos Coqueiro do Campo fundada em 12 de maio de 1994, originou-se a partir da união matrimonial de mulheres do Campo Alegre com homens do Campo do Buriti. Desde então iniciou-se a arte com a cerâmica, que vem sendo passada de geração em geração, até o surgimento do grupo que compõe a Associação.

Visitamos o Solar da Família Badaró em Minas Novas, no dia 12 de abril de 2014 O imóvel que pertenceu ao inconfidente Domingos de Abreu Vieira e depois aos Badaró, com

destaque mais recente para o senador e ministro Murilo Badaró (1931-2010), abriga hoje o Memorial das Terras do Fanado.

Figura 28 - Interior do Solar da Família Badaró .



Foto: Autor desconhecido, 12/05/2014. Acervo do autor.

Figura 29 - Sobradão de Minas Novas



Foto: Autor desconhecido, 12/05/2014. Acervo do autor.

O Sobradão é um dos primeiros prédios construídos no Brasil. Ele contém cinquenta e nove janelas e oito portas. Foi construído de pau-a-pique, em estilo colonial barroco em 1821 para sediar o Palácio do Governo da época.

A culminância do trabalho, de acordo com a sequência didática proposta, foi a confecção pelos alunos de um jornal sobre o patrimônio Histórico-cultural de Minas Novas distribuído para a comunidade escolar, conforme o link e o Código QR a seguir:

<https://online.fliphtml5.com/ylcva/insl/>



Nos anos de 2016, 2019 e 2023, fomos até Chapada do Norte para acompanharmos a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que acontece no mês de outubro e se originou no século XVIII.

A cidade de Chapada do Norte está localizada no Alto-Médio Jequitinhonha, com cerca de 15.170 habitantes (IBGE 2010), sendo a maior parte desses habitantes se considera negra.

Os primeiros habitantes do município foram os bandeirantes paulistas comandados por Sebastião Leme do Prado, devido à descoberta e exploração do ouro nas margens do rio Capivari.

Segundo o historiador Pizzarro, dois povoados denominados Paiol e Itaipaba que formaram- se por volta de 1728 assim que foi feita a divisão de Ribeirão Bom Sucesso (atual Minas Novas), dando origem a Santa Cruz da Chapada do Norte.

Chapada do Norte lidera o ranking das cidades mineiras com população negra. Lá, segundo o IBGE, 91,1% de aproximados 15 mil habitantes são pardos ou pretos.

A escolha desta localidade se deve, principalmente, ao fato de que a Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos ter sido registrada como Patrimônio Imaterial de Minas Gerais, em 2013 e ainda, a referida cidade possuir 15 comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombolas, 03 em processo de reconhecimento e lidera o ranking das cidades mineiras com população negra.

Na foto a seguir, os Tamborzeiros do Rosário se apresentam, tocando tambores e dançando, durante a Procissão da Buscada da Santa no Córrego do Rosário.

Figura 30 - Tamborzeiros do Rosário.



Foto: Kamily Ferreira de Souza, 12/10/2019. Acervo do autor.

No antepenúltimo dia da festa de Nossa Senhora do Rosário na cidade de Chapada do Norte-MG, acontece o momento da busca da Santa no córrego do Rosário. A tradição conta que uma imagem foi encontrada naquele local e colocada em um altar pelos brancos para a

comunidade local, mas misteriosamente retornava ao mesmo local de origem, sem que ninguém a tivesse levado de volta. Até o dia que os fiéis devotos de cor preta sobre o som dos batuques, cantorias e orações, descem até a gruta e a buscam, fixando-a no mesmo altar. E a partir deste dia, lá permaneceu. E a partir desse acontecimento, todos os anos a Buscada da Santa é um momento para recordar essa passagem tão significante para a história da festa e dos devotos da virgem do Rosário.

Início da Procissão da Buscada da Santa no Córrego do Rosário, saindo da Capela do Rosário, onde o Rei e a Rainha da Festa se destacam à frente.

Figura 31 - Procissão da Buscada da Santa.



Foto: Kamily Ferreira de Souza, 12/10/2019. Acervo do autor.

Figura 32 - Grupo Clio com o então presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, Maurício Costa.



Foto: Kamily Ferreira de Souza, 12/10/2019. Acervo do autor.

Assim como os demais trabalhos do Grupo, os alunos produziram um jornal com as informações coletadas in locus sobre o patrimônio Histórico-cultural de Chapada do Norte e distribuíram para a comunidade escolar, conforme o link e o Código QR a seguir:

<https://online.fliphtml5.com/ylcva/fgwm/>



Nos anos de 2019 e 2022, realizamos o mesmo modelo de trabalho na cidade de Diamantina, localizada no Alto Jequitinhonha.

A cidade de Diamantina, elevada à condição de Patrimônio Cultural da Humanidade em 1999 pela UNESCO, destaca-se por sua exuberante beleza natural que simultânea ao seu conservado e belíssimo casario do século XVIII se traduz em um dos mais autênticos e belos cartões postais de Minas e do Brasil.

O Mercado Municipal (dos Tropeiros), a Casa de Chica da Silva, a Igreja Matriz de Santo Antônio, a Igreja N S do Carmo, a Igreja de São Francisco de Assis e a Vila de Biribiri.

A seguir, o registro da visita do Grupo Clio à Vila de Biribiri, localizada no parque estadual do mesmo nome.

A **Vila do Biribiri** foi construída pela Companhia Industrial de Estamparia no século 19. Além das instalações da fábrica, várias casas, um armazém e uma igreja foram construídos para abrigar os trabalhadores. A Vila é tombada pelo Patrimônio Histórico de Minas e hoje abriga alguns moradores, restaurantes e uma igreja colonial.

Figura 33 - Grupo Clio na Vila de Biribiri.



Foto: Kamily Ferreira de Souza, 09/10/2022. Acervo do autor.

Registro da visitação ao Museu Casa da Glória.

De acordo com o Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), as construções que compõem a atual Casa da Glória são de épocas e estilos diferentes. O edifício principal ou bloco II (à direita de quem sobe a Rua da Glória) é de construção setecentista cuja data exata não é conhecida.

Acredita-se que a Casa foi construída entre 1775 e 1800. Não se sabe ao certo o responsável pela obra, mas acredita-se que tenha sido Manuel Viana, marido de Dona Josefa Maria da Glória que residiu na casa até 1813, daí provindo a denominação “Casa da Glória”.

No início do século XIX a Casa passou às mãos do Estado, servindo de residência para os intendentes. Ela recebeu visitas de grandes estudiosos como Auguste de Saint Hilaire, John Mawe, Barão Wilhelm Ludwig von Eschwege, J.B. Von Spix, Von Martius e muitos outros.

Em 1864, passa aos domínios da Igreja e é transformada em sede do Segundo Bispado de Minas Gerais, tornando-se residência oficial dos Bispos de Diamantina. Por volta de 1867, com a finalidade de abrigar religiosas da ordem de São Vicente de Paulo, ocorrem algumas transformações na Casa, que passa a ser conhecida como Orfanato, e posteriormente como Educandário Feminino de Nossa Senhora das Dores.

Ícone da cidade de Diamantina, o chamado “Passadiço da Glória”, que encanta pela sua graciosidade, foi construído para ligar as duas casas que funcionavam como educandário e orfanato. A obra, na época, causou polêmica, mas acabou se integrando à paisagem diamantinense e foi símbolo da campanha ‘Diamantina – Patrimônio Cultural da Humanidade’.

Em 1979, o conjunto foi adquirido pelo Ministério da Educação e Cultura para sediar o Instituto Eschwege, mais tarde denominado Centro de Geologia Eschwege – CGE (link), que desde sua incorporação como Órgão Complementar do Instituto de Geociências da UFMG, através da Resolução 05/79 de 23/03/79 do Conselho Universitário da UFMG, vem ministrando cursos na área de geologia de campo e mapeamento geológico para alunos das escolas de geologia do Brasil.

Figura 34 - Grupo Clio frente ao Passadiço da Casa da Glória.



Foto: Kamily Ferreira de Souza, 09/10/2022. Acervo do autor.

Visitação ao antigo Hospício da Diamantina.

O primeiro hospício de alienados de Minas Gerais foi o Hospício da Diamantina, cuja pedra fundamental foi fixada em 1888. É no contexto nacional da proclamação e consolidação da República, da reestruturação das relações de trabalho (o que dadas as limitações da época não goza, a rigor, de concomitância em todo o país) e no contexto diamantinense de transformação econômica e social (que tem como mola propulsora uma crise que lhe é própria), que o hospício passa a receber alienados, em 1889.

O prédio que abrigou o Hospício até o ano de 1906, foi recentemente reformado e aberto à visitação.

Figura 35 - Grupo Clio no prédio do antigo Hospício da Diamantina.



Foto: Kamily Ferreira de Souza, 09/10/2022. Acervo do autor.

Figura 36 - Grupo Clio frente à Igreja da Vila de Biribiri.



Foto: Kamily Ferreira de Souza, 09/10/2022. Acervo do autor.

Nos mesmos moldes dos demais trabalhos do Grupo, os alunos confeccionaram um jornal com as informações coletadas in locus sobre o patrimônio Histórico-cultural de Diamantina e distribuíram para a comunidade escolar, como atestam o link e o Código QR a

seguir:

<https://online.fliphtml5.com/ylcva/sdud/>



No dia 19 de abril de 2023, realizamos um trabalho de campo com Grupo de Pesquisas Clio na Cidade de Ladainha, no Vale do Mucuri, Minas Gerais. Na área rural do município de Ladainha, a cerca de 25 km de distância do centro da urbe, está localizada a Terra Indígena de Aldeia Verde, habitada por 130 famílias do povo Maxakali.

A comunidade comemora pela primeira vez o “Dia dos Povos Indígenas”, pois, o dia 19 de abril, até o ano de 2022, era conhecido como “Dia do Índio”, nomenclatura preconceituosa e genérica, que não considera a diversidade dos povos aos quais se refere.

Após o término do trabalho de campo, os alunos do grupo selecionaram as fotos e editaram os vídeos que foram postados nas redes sociais. Realizaram as transcrições das entrevistas para a edição do jornal e fizeram uma avaliação da aprendizagem, através de textos e vídeos.

Figura 37 - Registro de pintura corporal no aluno Flávio, feita por uma senhora da etnia Maxakali.



Foto: Kamily Ferreira de Souza, 19/04/2023. Acervo do autor.

Figura 38 - Registro do momento em que a aluna Leonah entrevista a cacique Maxakali Noeme.



Foto: Kamily Ferreira de Souza, 19/04/2023. Acervo do autor.

Figura 39 - Registro de pintura corporal características dos maxakali na aluna Fernanda.



Foto: Kamily Ferreira de Souza, 19/04/2023. Acervo do autor.

Figura 40 – Os alunos Guilherme, Nayane, Paola e Inês com a cacique Noeme.



Foto: Kamily Ferreira de Souza, 19/04/2023. Acervo do autor.

Figura 41 - As alunas Thaís e Ana Paula com uma jovem indígena Maxakali.



Foto: Kamily Ferreira de Souza, 19/04/2023. Acervo do autor.

Assim como nos trabalhos anteriores, a última etapa do trabalho foi a produção de textos jornalísticos e a execução do repasse à comunidade escolar.

Após a correção dos textos, os alunos confeccionaram um jornal com as informações coletadas in locus sobre o patrimônio Histórico-cultural dos indígenas Maxakali da Aldeia Verde e distribuíram para a comunidade escolar, como demonstram o link e o Código QR a seguir:

<https://online.fliphtml5.com/ylcva/bvxt/>



Concomitantemente à realização de trabalhos de Educação Patrimonial em outros municípios, nos propusemos a adaptar a metodologia utilizada no Grupo de Pesquisas Clio para empreender uma atividade pedagógica direcionada especificamente ao patrimônio Histórico-cultural de Novo Cruzeiro.

A partir das informações contidas no Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural de Novo Cruzeiro, realizamos alguns trabalhos de Educação Patrimonial estritamente direcionados ao município, nos anos de 2021 e 2022, com turmas do 1º ano do Ensino Médio. Nestes projetos, seguimos a sequência didática proposta no Guia de Educação Patrimonial do IPHAN, porém, os resultados não foram satisfatórios.

Talvez por tentarmos atender a várias turmas ao mesmo tempo ou por direcionarmos a pesquisa aos bens tombados e inventariados pelo poder público municipal, sem consultar previamente os interesses dos alunos, boa parte destes se mostraram desinteressados e descompromissados com o projeto.

A partir de uma análise dos pontos positivos e negativos do trabalho realizado nos anos anteriores, em 2023 buscamos adaptar a metodologia utilizada no Grupo de Pesquisas Clio ao estudo do patrimônio local, com uma única turma do 1º ano do Ensino Médio.

Assim sendo, desenvolvemos uma proposta pedagógica de Educação Patrimonial alinhada à perspectiva de Paulo Freire, que concebe o aluno como protagonista do processo de ensino aprendizagem. A partir de uma concepção problematizadora, propõe que o educando questione a realidade apresentada.

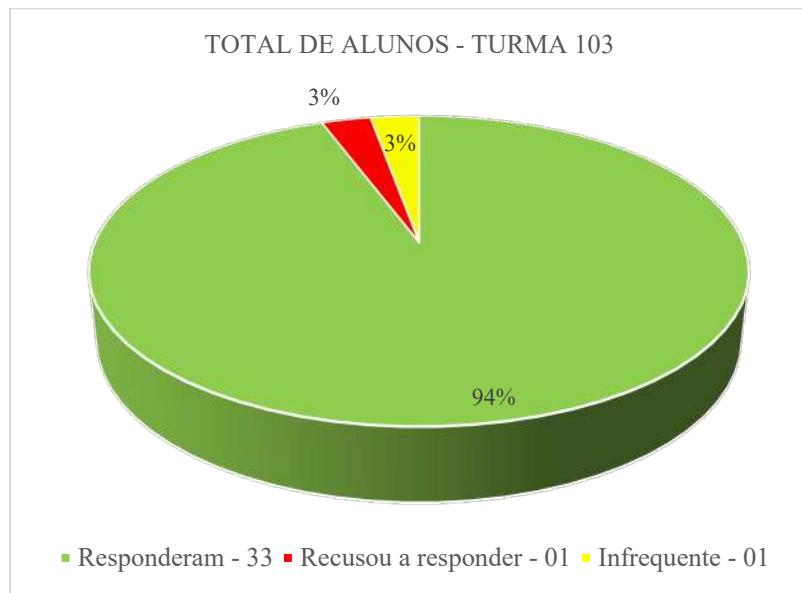
Conforme os objetivos estabelecidos, organizamos a seguinte sequência didática:

- 1 - Apresentação do Projeto;
- 2 - Averiguar os conhecimentos prévios da turma em relação a patrimônio cultural de forma geral e em relação aos bens patrimoniais de Novo Cruzeiro, especificamente;
- 3 - Realizar uma aula expositiva dialogada com a turma a respeito do tema em questão e solicitar que pesquisem sobre patrimônio cultural e tombamento e apresentem os resultados na aula seguinte;
- 4 - Apresentar à turma o Inventário dos Bens Patrimoniais do Município de Novo Cruzeiro;
- 5 – Contrapor o Inventário dos Bens Patrimoniais do Município com os bens que os alunos haviam indicado no questionário aplicado;
- 6 - Estimular a turma a problematizar o tema e solicitar que os alunos formulem questionamentos sobre bens valorizados e preteridos pelo poder público e por setores da sociedade local;
- 7 – Propor que levantem hipóteses que possivelmente respondam aos questionamentos feitos;
- 8 – Realizar uma aula de campo nos principais locais referentes a bens que os alunos haviam indicado no questionário aplicado;
- 9 – Dividir a turma em grupos, ficando cada um responsável por pesquisar sobre um dos bens indicados e produzir e apresentar um texto descritivo argumentativo sobre ele;
- 10 – Requerer que cada educando faça uma avaliação de aprendizagem;
- 11 – Como produto, propor a confecção de um jornal a ser impresso e distribuído na escola, contendo os textos e questionamentos realizados pelos discentes.

Como ponto de partida, aplicamos para uma turma de 1º ano do Ensino Médio, um questionário objetivando aferir os conhecimentos prévios dos alunos em relação ao patrimônio cultural da cidade. A partir da tabulação e análise das respostas dadas, planejamos as atividades pedagógicas requeridas para a turma.

Compilamos os dados coletados através do questionário e elaboramos os gráficos relativos às respostas, visando traçar um perfil fidedigno da turma. Na data da aplicação das perguntas, tivemos um total de 94% da turma participando efetivamente, conforme a imagem:

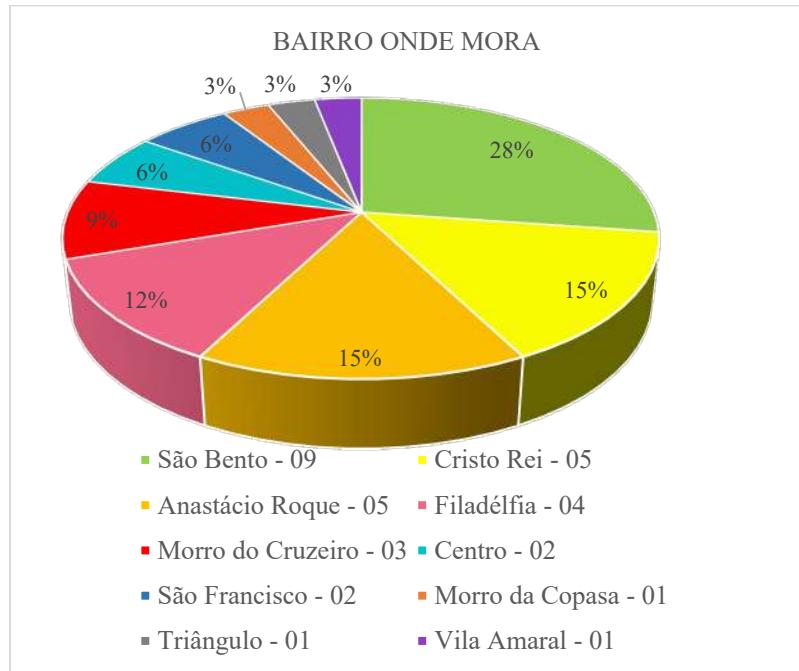
Figura 42 - Total de alunos da turma. (Gráfico 1)



Fonte: elaborado pelo autor.

A partir do endereço dos alunos, podemos compreender o motivo pelo qual nenhum bem localizado em zona rural foi indicado como patrimônio pelos educandos. Como todos os respondentes residem na sede do município, notadamente nos bairros centrais, valorizam os locais de sua convivência. Provavelmente, numa turma que possua residentes nas áreas rurais do município, bens destas localidades seriam apontados como patrimônio.

Figura 43 - Bairro onde mora. (Gráfico 2)



Fonte: elaborado pelo autor.

Em relação ao conhecimento do que é Patrimônio Cultural, 23 alunos responderam afirmativamente, contudo, apenas souberam definir adequadamente o conceito. Ficando da seguinte forma:

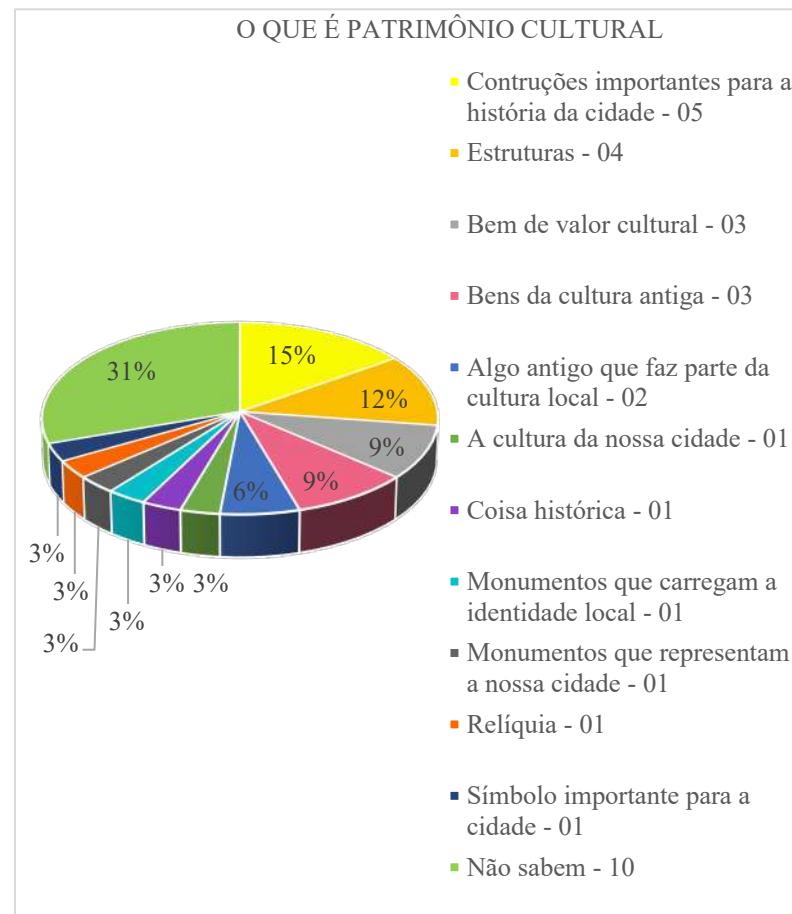
Figura 44 – O que é patrimônio cultural? (Gráfico 3)



Fonte: elaborado pelo autor.

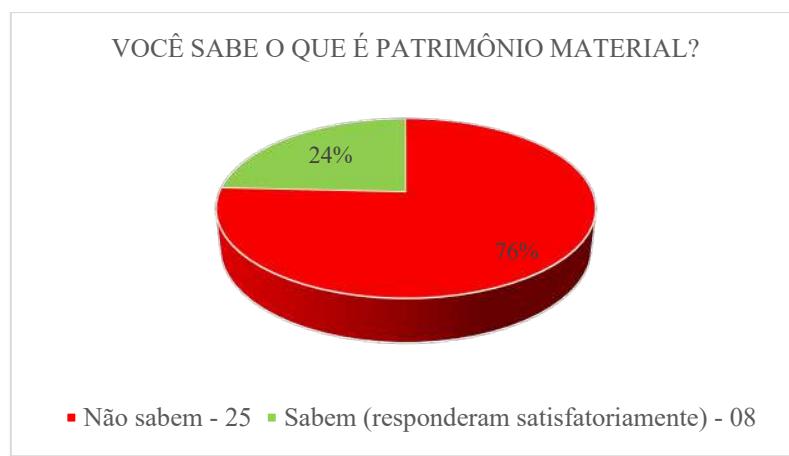
As definições de patrimônio apresentadas, variaram da seguinte maneira:

Figura 45 - Definição de patrimônio pelos alunos. (Gráfico 4)



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 46 – O que é Patrimônio Material? (Gráfico 5)



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 47 – O que é Patrimônio Imaterial? (Gráfico 6)



Fonte: elaborado pelo autor.

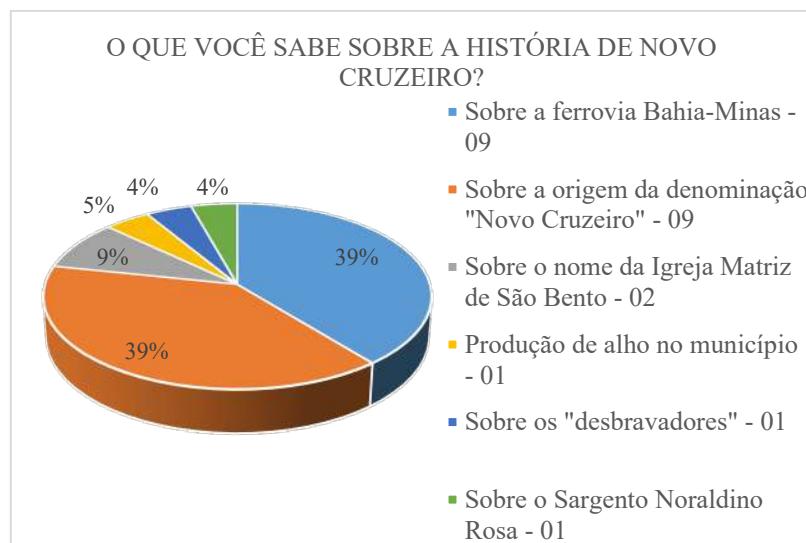
Figura 48 – Conhecimento sobre a História de Novo Cruzeiro. (Gráfico 7)



Fonte: elaborado pelo autor.

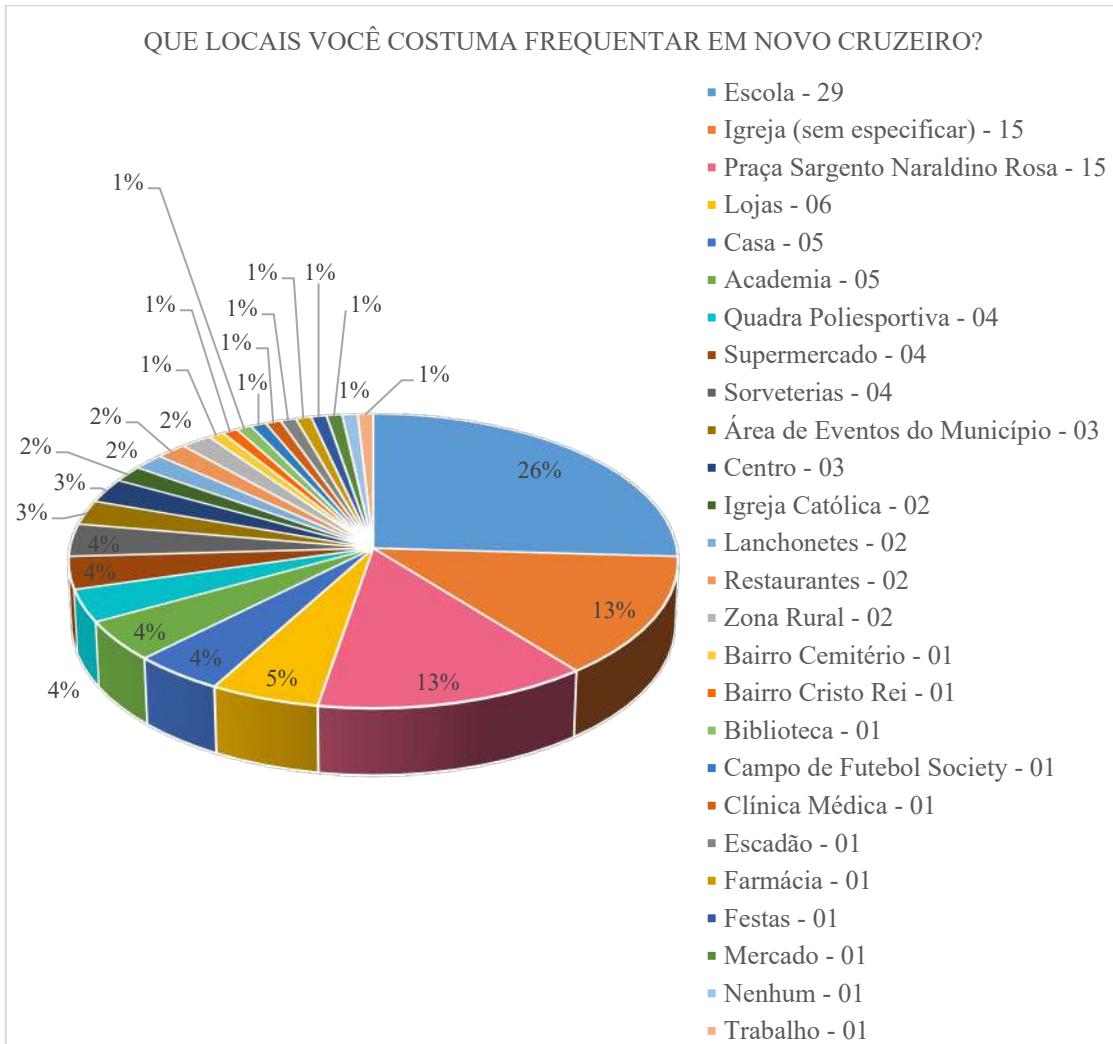
Foram elencados os seguintes conhecimentos pelos alunos que responderam afirmativamente à questão anterior, conforme a seguinte imagem:

Figura 49 – O que os alunos sabem sobre a história do município. (Gráfico 8)



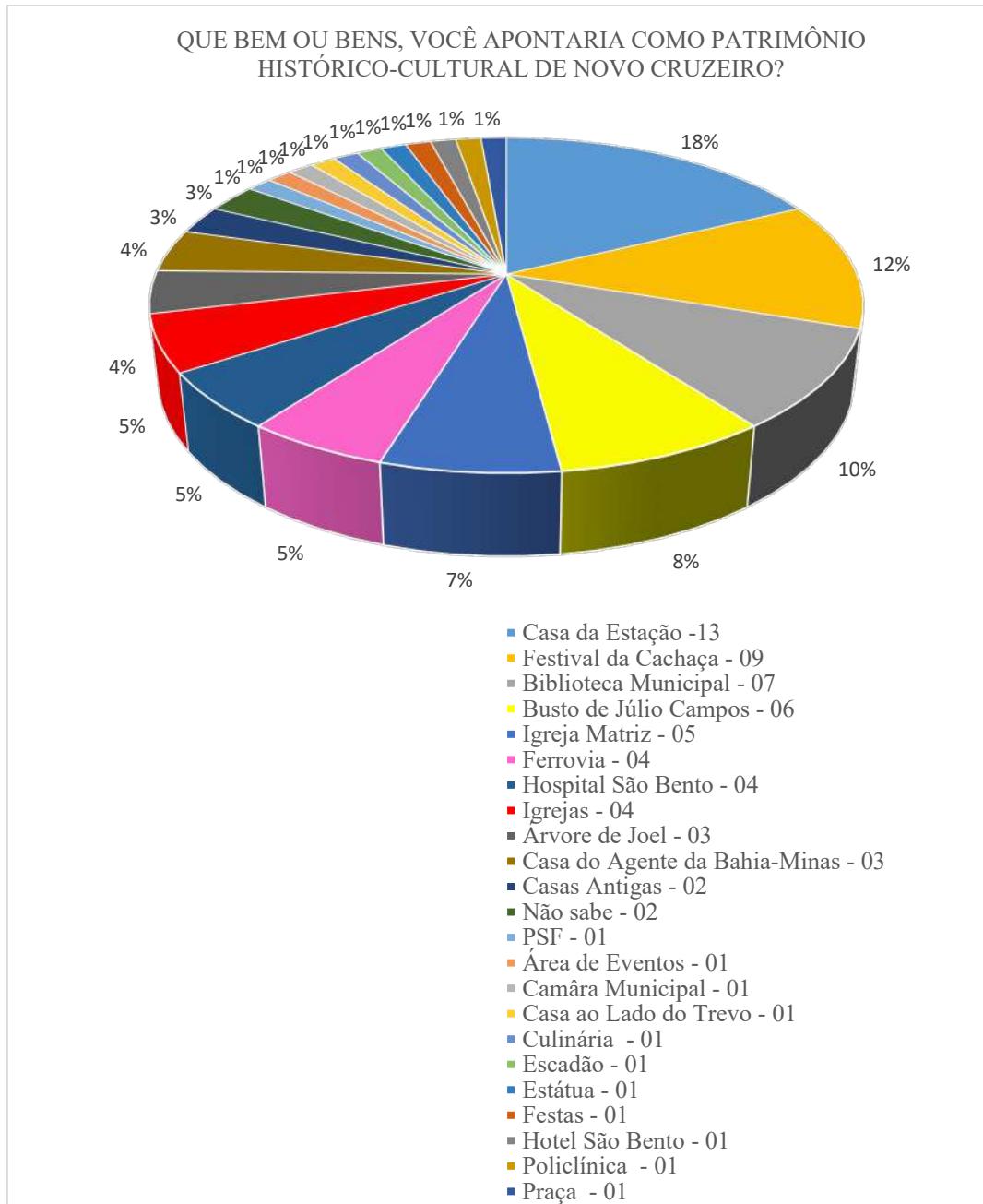
Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 50 – Locais frequentados pelos alunos. (Gráfico 9)



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 51 - Bens apontados pelos alunos como patrimônio municipal. (Gráfico 10)



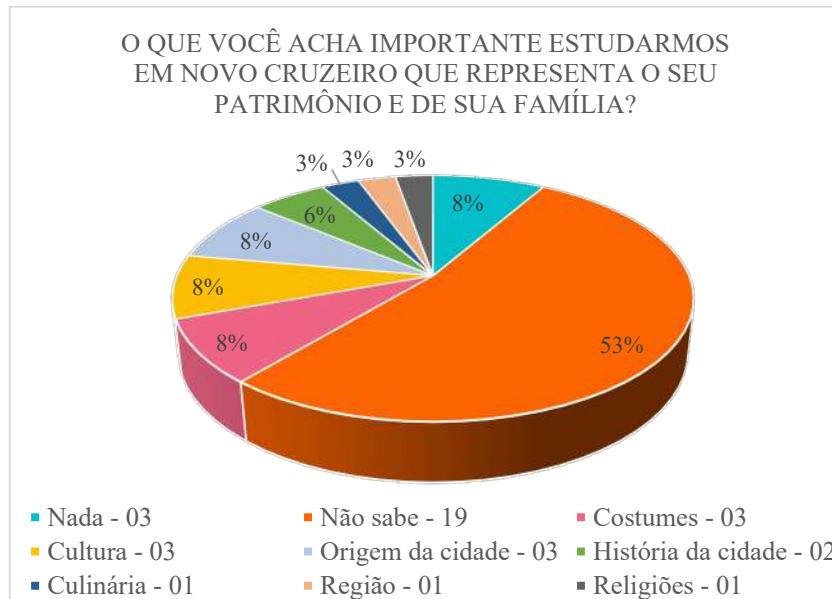
Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 52 - Identificação do aluno com o patrimônio municipal. (Gráfico 11)



Fonte: elaborado pelo autor.

Figura 53 - O que os alunos consideram importante estudar sobre a cidade. (Gráfico 12)



Fonte: elaborado pelo autor.

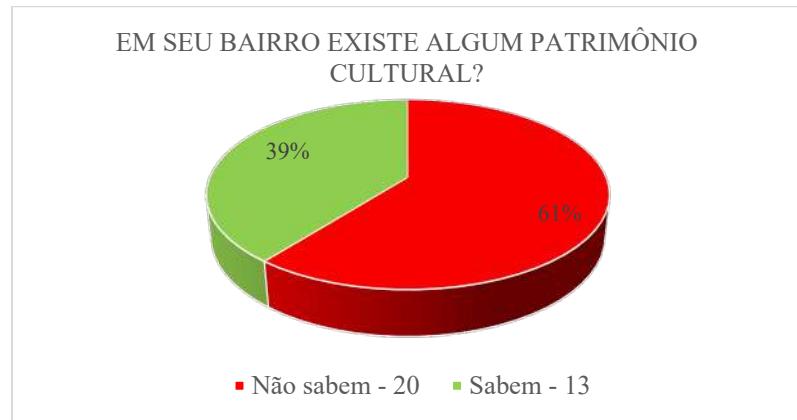
Figura 54 - Conhecimento dos educandos sobre "Tombamento". (Gráfico 13)



Fonte: elaborado pelo autor.

Outra questão relevante foi se “em seu bairro existe algum patrimônio cultural? ”. A grande maioria dos alunos respondeu não saber, conforme o gráfico seguinte:

Figura 55 - Identificação do aluno com o bairro onde mora. (Gráfico 14)



Fonte: elaborado pelo autor.

Os alunos que afirmaram existir algum patrimônio em seu bairro, apontaram os seguintes locais:

Figura 56 - Locais sugeridos como patrimônio cultural pelos discentes. (Gráfico 15)



Fonte: elaborado pelo autor.

É importante destacar que a maioria dos educandos indicou alguma igreja ou capela como patrimônio de seu bairro, denotando a influência das religiões em seu cotidiano.

Ao analisar os dados coletados através do questionário, evidenciamos que a grande maioria dos educandos da turma 103 não sabia o que é patrimônio material ou imaterial e desconhecia o conceito de ‘tombamento’.

A partir desta constatação, realizamos uma aula expositiva dialogada com a turma a respeito do tema em questão e solicitamos que pesquisassem sobre patrimônio cultural e tombamento e apresentassem os resultados na aula seguinte.

Na sequência apresentamos à turma o Inventário dos Bens Patrimoniais do Município de Novo Cruzeiro e confrontamos com os bens que os alunos haviam indicado no questionário

aplicado. A listagem dos bens culturais atualmente possui três bens tombados e trinta e três inventariados pelo poder público municipal. Constatou-se que, dos cinco bens que foram mais apontados como patrimônio pela turma, apenas um é tombado (Estação da Estrada de Ferro Bahia-Minas) e os demais sequer constam no referido inventário.

Tendo como ponto de partida as divergências entre o patrimônio eleito pelo poder público do município e o que os educandos escolheram, incentivamos a turma a problematizar o tema.

De acordo com Maria Auxiliadora Schmidt, “a perspectiva da problematização histórica, ao ser transposta para o ensino, traz múltiplas possibilidades e questões”. Portanto,

Na prática da sala de aula, a problemática acerca de um objeto de estudo pode ser construída a partir das questões colocadas pelos historiadores ou daquelas que fazem parte das representações dos alunos, de forma tal que eles encontrem significado no conteúdo que aprendem. Desta maneira pode-se conseguir dos educandos uma atitude ativa na construção do saber e na resolução dos problemas de aprendizagem. (Schmidt, 1996, p. 121)

À vista disto, os educandos elaboraram alguns questionamentos a respeito dos bens do município e sua escolha como patrimônio ou não pelo poder público municipal. Questionaram também a forma como determinados bens do município são muito valorizados, em detrimento de outros.

Por conseguinte, muitos alunos interpelaram, entre outros fatos, por que motivo a Praça Sargento Noraldino Rosa não tem sequer uma placa ou um busto do referido personagem natural da cidade, um Pracinha da FEB morto em combate durante a Segunda Guerra Mundial.

Figura 57 - Questionamento feito pela aluna Anna Clara.

02- Por que na praça Sargento Noraldino Rosa não existe o busto dele?

Figura 58 - Questionamento feito pelo aluno Pedro Arthur.

03- Por que a Praça Sargento Noraldino Rosa não tem uma placa ou monumento com seu nome?

Figura 59 - Questionamento feito pelo aluno Pedro Henrique.

03- Por que na praça Sargento Noraldino Rosa não existe busto dele?

Figura 60 - Questionamento feito pelo aluno Pedro Lucas.

1. Por que eles não deixaram um busto em homenagem da praça Sargento Noraldino Rosa?

Outros alunos estranharam o fato de existir um busto do ex-prefeito Sr. Júlio Campos na área central da cidade, enquanto não há qualquer monumento com a imagem do Sargento Noraldino Rosa.

Figura 61 - Questionamento feito pela aluna Mariane.

4. Por que no centro do Município de Novo Cruzeiro tem uma estátua de Júlio Campos, mas não tem uma estátua do Sargento Noraldino Rosa?

Figura 62 - Questionamento feito pelo aluno Eryk.

1º. Por que tem uma estátua de Júlio Campos e não tem uma do sargento Noraldino Rosa?

Muitos discentes consideravam a festa mais importante do município, o “Festival da Cachaça” como patrimônio e, portanto, ficaram surpresos ao saber que o evento não é registrado como Patrimônio Imaterial e nem sequer consta no inventário de bens da cidade. Este estranhamento provocou diferentes reflexões, tais como:

Figura 63 - Questionamento feito pela aluna Vitória.

Q: O Festival da Cachaça, festa tradicional da cidade, não é considerado um patrimônio. Por que? Qual o processo para que o mesmo venha a ser considerado um patrimônio cultural?

Figura 64 - Questionamento feito pela aluna Laila.

④ Por que o Festival da Cachaça não é um patrimônio do município que ele representa a cultura da região?

Figura 65 - Questionamento feito pela aluna Luma.

2- Apesar de anunciar a negra, o comércio local, a festa da Cachaça não é considerada de patrimônio. Por que?

Figura 66 - Questionamento feito pelo aluno Pedro Soares.

4- Porque o festival da cachaça não é um patrimônio material?

Alguns educandos ficaram preocupados com a preservação da “Casa do Agente da Bahia-Minas”, que é um bem tombado pelo poder público como Patrimônio Material do município. Pois, em seu entorno funciona estacionamento para os veículos da prefeitura e também um depósito de materiais em desuso. Tal situação levou-os a questionar a negligência da municipalidade em relação à proteção e manutenção do patrimônio.

Figura 67 - Questionamento feito pela aluna Laila.

③ Por que a prefeitura de Nova Curionópolis não é mais rigida quanto a preservação do espaço da casa do agente e do troqueiro? Só para o estacionamento e depósito.

Figura 68 - Questionamento feito pela aluna Luma.

3- Sobre um patrimônio tombado e casa de agentes deve ser preservado e reformado, manejando a identidade, porém há mudanças entre Igreja e o descenso no patrimônio. Onde nos itens de hortelaneiros podem situar?

Figura 69 - Questionamento feito pela aluna Vitória.

1. A respeito do cuidado com os bens do município, porque a prefeitura se mostra negligente quanto aos estacionamentos de veículos ao redor da casa de agentes?

Em relação à Igreja Matriz de São Bento, alguns discentes indagaram a respeito da demolição da antiga capela com arquitetura característica do início do século XX e a construção de uma nova igreja em seu lugar, sem preservar os atributos originais.

Figura 70 - Questionamento feito pelo aluno Eryk.

2º Por que destruíram a antiga igreja matriz em vez de tombá-la?

Figura 71 - Questionamento feito pelo aluno Mayron.

2- Por qual motivo a Igreja Matriz foi demolido?

Figura 72 - Questionamento feito pelo aluno Eryk.

4º → Por que a igreja matriz não está nem no inventário para se tornar um bem protegido?

Posteriormente, solicitamos que os educandos elaborassem hipóteses que, possivelmente, respondessem aos questionamentos. Conforme o exemplo a seguir:

Figura 73 - Hipótese elaborada pela aluna Vitória.

Porque alguns bens são valorizados e outros não são?

É possível perceber que alguns bens são valorizados e outros não são, apesar de sua importância histórica e cultural para a cidade.

Será que isso ocorre porque esses bens não trazem uma boa visibilidade e reconhecimento, ou ainda porque não trazem lucro para a cidade?

Existem bens, como a produção de vassouras, que mostram a história e tradição de famílias e comunidades, que não são valorizados, já que são coisas simples e que não trazem lucro ou reconhecimento.

Assim sendo, os educandos formularam possíveis explicações para o fato de que alguns bens sejam mais valorizados pela comunidade que outros, demonstrando um entendimento crítico a respeito do patrimônio cultural do município.

Figura 74 - Hipótese elaborada pela aluna Laila.

• Quais são os causas da dificuldade na preservação dos patrimônios culturais?

Podemos citar vários motivos que contribuem com tal dificuldade, entre eles a falta de informação da população sobre a cultura de seu espaço. As consequências disso podem ser observadas, por exemplo, na grande quantidade de crianças e adolescentes que pedem, fazem desenhos nas superfícies de objetos e até mesmo brinquedos desrespeitando assim relações aos elementos culturais da sua rede. Isso é um reflexo da indiferença gerada no crescimento, que é repetida geração após geração quando os jovens mal informados se tornam adultos indiferentes.

Além disso, podemos observar o descaso de instituições municipais e estaduais com o compromisso da manutenção dos patrimônios materiais, principalmente os antigos, que são deixados cada vez mais de lado. Também há a falta de programas que promovam a cultura, que quando ocorrem, geralmente não voltados a eventos festivos e inaugurações de praças, nem explorar a sua origem e importância cultural. Isso evidencia a busca política por programas que proporcionam primariamente ganhos financeiros, e posteriormente ganhos sociais e educacionais.

Laila

A aluna Laila refletiu sobre a desinformação da população a respeito do patrimônio do município e a falta de projetos direcionados a valorização da cultura local, demonstrando preocupação com a preservação deste legado. Esse exemplo de observação evidencia um posicionamento questionador da realidade apresentada por parte dos educandos.

Na continuidade, organizamos a etapa prática do trabalho no intuito de propiciar maior interação dos estudantes com os objetos de pesquisa.

Conforme explicita o gráfico número 10, cinco (05) bens foram citados mais vezes pelos discentes: Estação da Estrada de Ferro Bahia-Minas (18%), o Festival da Cachaça (12%),

Biblioteca pública municipal (10%), Busto do Sr. Júlio Campos (08%) e a Igreja Matriz de São Bento (07%). Convencionamos que este acervo seria pesquisado junto à comunidade com o propósito de colher mais informações sobre eles.

Após definirmos que analisaríamos os bens que a maioria da classe considera importante, independentemente de sua valorização pelo poder público, organizamos junto à direção da escola, uma aula de campo nos referidos locais.

Figura 75 - Saída da escola para a aula de campo, no dia 22 de novembro de 2023.



Foto: Kamily Ferreira de Souza, 22/11/2023. Acervo do autor.

Figura 76 - Discentes a caminho da aula de campo.



Foto: Kamily Ferreira de Souza, 22/11/2023. Acervo do autor.

Figura 77 - Aula de campo na Praça Sargento Noraldino Rosa.



Foto: Kamily Ferreira de Souza, 22/11/2023. Acervo do autor.

Sequência da aula na Biblioteca pública municipal que funciona no prédio da Estação da Estrada de Ferro Bahia-Minas.

Figura 78 - Visita à área externa da Estação da Bahia-Minas.



Foto: Kamily Ferreira de Souza, 22/11/2023. Acervo do autor.

Figura 79 - Alunas conhecendo o interior da Biblioteca Pública Municipal.



Figura 80 Foto: Kamily Ferreira de Souza, 22/11/2023. Acervo do autor.

Figura 81 – Aula na Estação da Estrada de Ferro Bahia-Minas.



Foto: Kamily Ferreira de Souza, 22/11/2023. Acervo do autor.

Figura 82 - Busto do Sr. Júlio Campos localizado na avenida homônima, no centro da cidade.



Foto: Kamily Ferreira de Souza, 22/11/2023. Acervo do autor.

Figura 83 - Imagem aproximada do Busto do Sr. Júlio Campos.

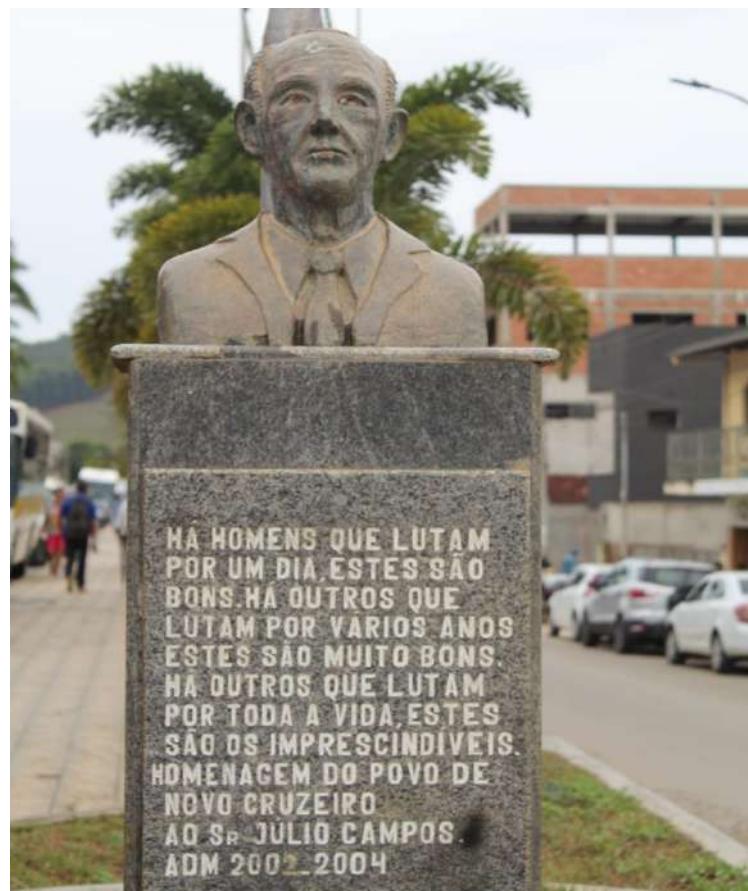


Foto: Kamily Ferreira de Souza, 22/11/2023. Acervo do autor.

Figura 84 - Igreja Matriz de São Bento.



Foto: Kamily Ferreira de Souza, 22/11/2023. Acervo do autor.

Figura 85 - Interior da Igreja Matriz.



Foto: Kamily Ferreira de Souza, 22/11/2023. Acervo do autor.

Figura 86 - Imagem de São Bento no Interior da Igreja Matriz.



Foto: Kamily Ferreira de Souza, 22/11/2023. Acervo do autor.

Figura 87 - Aula na Área de Eventos onde se realiza anualmente o Festival da Cachaça.



Foto: Kamily Ferreira de Souza, 22/11/2023. Acervo do autor.

Após a aula de campo, dividimos a turma em grupos, ficando cada grupo responsável por realizar uma pesquisa na comunidade sobre um dos bens indicados, produzir e apresentar um texto descritivo argumentativo sobre ele. Após a correção, as redações seriam publicadas num jornal a ser produzido pela turma.

Na sequência, solicitamos uma avaliação de aprendizagem dos educandos. Dessa forma, puderam refletir a respeito do estudaram. Conforme os relatos a seguir:

Figura 88 - Avaliação de aprendizagem da aluna Letícia.

06 | 12 | 23


O que aprendi com o trabalho de Educação Patrimonial?
 Entendi que é um processo educativo que visa valorizar, preservar o patrimônio cultural histórico e natural de uma comunidade por meio de conhecimento, respeito e envolvimento das pessoas com seu próprio patrimônio. O festival da Cachaça devido a sua relevância na preservação e promoção da cultura local reforça a produção e consumo da cachaça. Esses festivais celebram tradições e podem impulsionar o turismo.

Nome: Letícia
 turma: 103

Figura 89 - Avaliação de aprendizagem da aluna Maria Esther.

Avaliação de aprendizagem

Que aprendi como trabalho de Educação patrimonial?
Aprendi muita coisa sobre a festa tradicional da minha cidade, "festival da cachaça" sobre Tamborim.
Aprendi muita coisa sobre os locais antigas da festa, e sobre como a festa era antigamente e sobre as mudanças dela.
Sobre como ela perdeu um pouco da animo de uns anos para os pais e agora se tornou mais sobre cantores do que sobre o vendo em desfile da cachaça como era antes.
Agora é a festa quando é muito importante mundo o evento mais esperado do ano na cidade criando expectativas todos os anos.

Maria Esther

Figura 90 - Avaliação de aprendizagem da aluna Maria Eduarda.

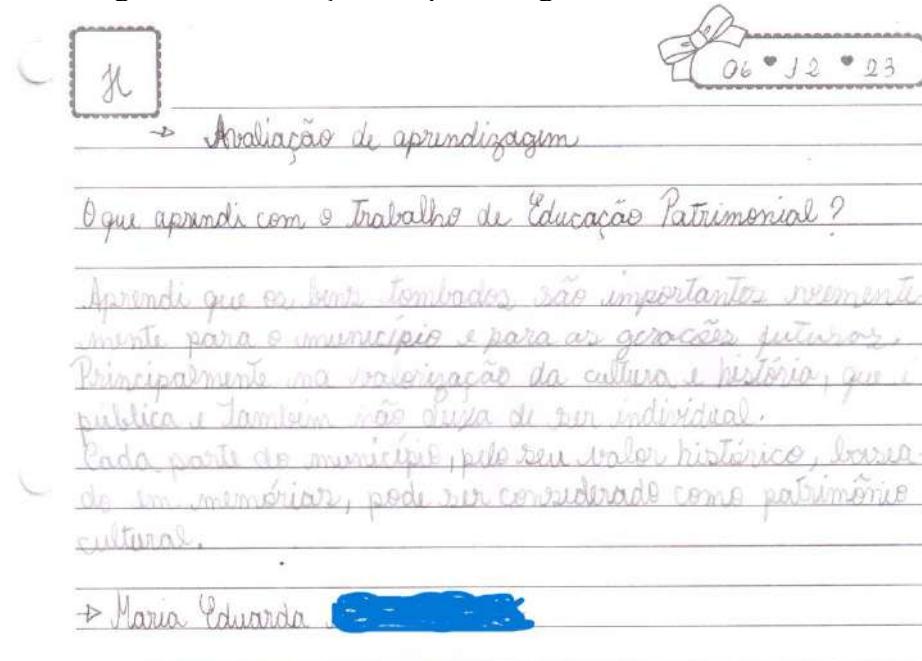
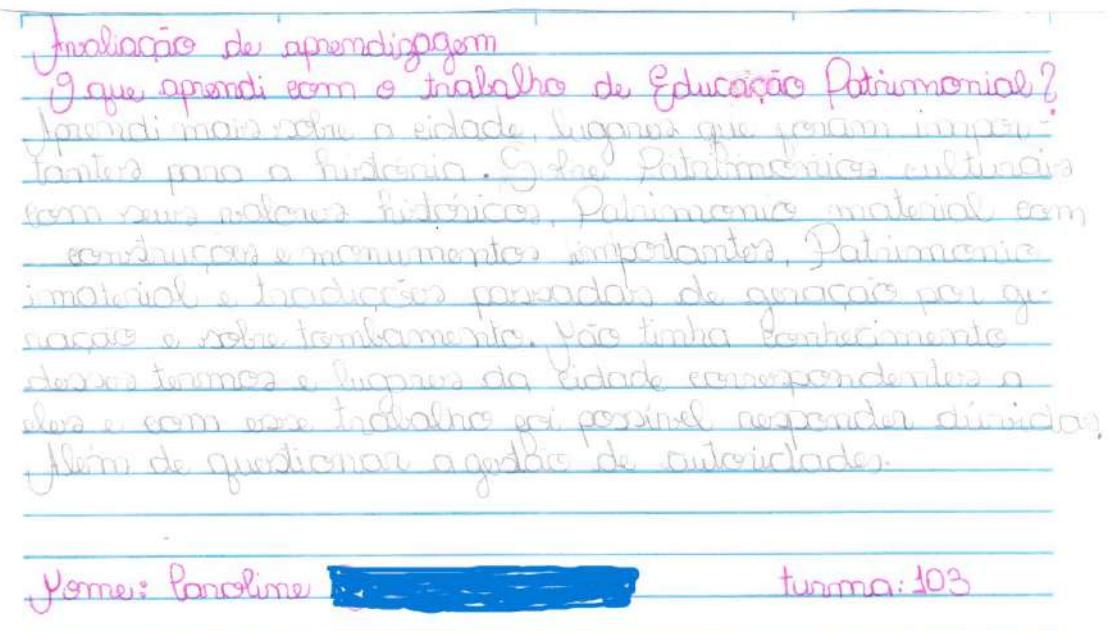


Figura 91 - Avaliação de aprendizagem da aluna Caroline.



A última etapa da sequência didática foi a confecção pelos alunos de um jornal sobre o patrimônio Histórico-cultural de Novo Cruzeiro com os textos e questionamentos realizados pelos discentes.

Segue o link e o Código QR do arquivo:

<https://online.fliphtml5.com/ylcva/pokz/>



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um olhar um pouco mais atencioso para as indagações e deduções dos discentes nos permite compreender melhor a aplicabilidade deste trabalho de Educação Patrimonial. Dentro de nossa proposta de problematizar a respeito do patrimônio eleito pelo poder público e do que é relevante para os educandos, obtivemos consideráveis resultados. Tanto questionamentos quanto hipóteses elaboradas se mostraram pertinentes e, em alguns casos, foram além de nossas expectativas iniciais. Nesse sentido, faz-se necessário destacar alguns escritos que comprovam tal afirmação.

Inicialmente, podemos citar a argumentação da aluna Laila a respeito da dificuldade na preservação do patrimônio cultural evidencia um olhar crítico, não apenas em relação às instituições, mas, à sociedade em geral. Tal reflexão denota uma prática educativa problematizadora, como atesta Paulo Freire,

na prática problematizadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo. (Freire, 2021, p. 100)

Esta prática educativa proporciona, ainda conforme Freire,

aprofundando a tomada de consciência da situação, os homens se “apropriam” dela como realidade histórica, por isto mesmo, capaz de ser transformada por eles. O fatalismo cede, então, seu lugar ao ímpeto de transformação e de busca, de que os homens se sentem sujeitos. (Freire, 2021, p. 104)

Outro trecho que se sobressaiu aos foi a constatação da discente Vitória. Ao questionar o motivo pelo qual determinados bens são mais valorizados que outros, Vitória reflete sobre a importância da produção tradicional de vassouras no município, considerando que esta não é reconhecida como patrimônio devido a sua simplicidade e, no seu entendimento, não gerar lucro. Cabe ressaltar que esta prática artesanal é pouco conhecida na comunidade, precisamente por ser feita por algumas poucas famílias.

Esta constatação corrobora o entendimento de Átila Tolentino de que,

Compreender o patrimônio de uma forma crítica e não apenas contemplativa pressupõe uma visão de educação socioconstrutivista, em que a mediação se dá para apropriação do conhecimento e, no processo de apropriação do patrimônio cultural, leva-se em conta o reconhecimento da existência dos saberes locais e o olhar da vivência das comunidades. (Tolentino, 2019, p. 146)

Em conformidade com este autor,

Um projeto de educação patrimonial desenvolvido pela escola deve ter como perspectiva o seu entorno e a realidade viva pelos alunos, ou seja, as suas próprias referências culturais que formam as suas identidades e constituem suas memórias coletivas. Nesse trabalho, eles podem perceber que toda comunidade e qualquer bairro ou lugar também têm sua própria história e referências culturais, que podem inclusive

se relacionar ou não com os bens e lugares já consagrados como históricos ou patrimonializados oficialmente pelo poder público. (Tolentino, 2022, p. 110)

Consideramos também muito relevantes as indagações feitas pelos alunos Mayron e Eryk sobre a antiga Capela de São Bento, construída no início do século XX, demolida em 2011 e reconstruída em 2013 sem preservar suas características arquitetônicas originais. Este entendimento reflete a opinião de muitos moradores da cidade que não se conformam com tal modificação. Pois, esta foi realizada pelo poder público, juntamente com um grupo de representantes da paróquia São Bento, porém, sem uma consulta prévia à população.

Deve-se ressaltar que, no período em questão os alunos tinham entre 02 e 05 anos de idade. Portanto, podemos afirmar que este posicionamento advém do convívio familiar e comunitário. Por conseguinte, consideramos relevante o entendimento de Átila Bezerra Tolentino. Nessa perspectiva, o autor afirma que,

O olhar da professora e do professor são muito importantes na mediação do processo educativo que tem o patrimônio cultural como suporte, mas a vivência dos educandos - seja de qualquer idade -, do seu grupo familiar e da sua comunidade são fundamentais na definição, valorização e apropriação do patrimônio cultural e nas ações que visam a sua preservação. (Tolentino, 2022, p. 109)

Outro aspecto que retrata a visão de grande parte da comunidade é a opinião dos alunos Pedro Soares, Vitória, Laila e Luma, assim como muitos outros jovens, consideram o Festival da Cachaça deve ser registrado como patrimônio imaterial do município por sua relevância cultural. A festa é tida como o maior evento da região e atrai um grande número de turistas, todos os anos. Contudo, essa festividade sequer consta no Inventário de Bens Culturais da cidade.

Diante do exposto, devemos considerar significativa a análise de Átila Tolentino de que

Práticas educativas de caráter dialógico são fundamentais para ações de educação patrimonial junto a comunidades. Elas partem não de um patrimônio dado, fetichizado, que deve ser aceito e contemplado passivamente. Ao contrário, abre a possibilidade de construção coletiva do que é considerado patrimônio cultural, a partir do diálogo e da negociação, tendo em mente inclusive os conflitos que possam surgir nesse processo, o que implica debate, embate, dissenso, consenso. (Tolentino, 2019, p. 146)

Segundo este autor,

Trabalhar com o patrimônio cultural é, sobretudo, atuar no campo dos significados que as pessoas constroem e reconstruem em relação aos bens culturais que lhe são fundamentais para a formação de suas identidades. Portanto, uma dimensão importante é como nós, enquanto sujeitos históricos, somos afetados ou afetadas pelos patrimônios culturais. (Tolentino, 2022, p. 111)

Uma questão bastante controversa foi abordada pelos alunos Pedro Arthur, Anna Clara, Pedro Henrique e Pedro Lucas, sobre a ausência de alguma imagem ou placa que remeta à memória do Sargento Noraldino Rosa, na Praça Central da cidade. Como afirma Átila Bezerra

Tolentino,

o processo de constituição dos patrimônios, que é permeado de mediações simbólicas pautadas em seleções e, para não sermos ingênuos, em estratégias manipulativas que conformam identidades e memórias. (Tolentino, 2019, p. 141)

Ainda em relação à não valorização da memória do Sargento Noraldino Rosa, outras descrições foram além da constatação anterior. Desse modo, o estranhamento demonstrado pelos discentes Mariane e Eryk sobre a existência de um busto do ex-prefeito Júlio Campos no centro da cidade enquanto não há nenhum monumento dedicado ao Sargento Noraldino Rosa, sugere uma ação discriminatória por parte do poder público.

Possivelmente, por questões de ordem racial e socioeconômica, a memória de um personagem da história do município seja mais valorizada que a de outro. Pois, é notório na cidade que o ex-prefeito pertencia uma das famílias mais influentes da cidade, enquanto o sargento era negro, nascido na zona rural e proveniente da camada mais pobre.

Este raciocínio converge para a concepção de Átila Tolentino de que

atuar com o patrimônio e, consequentemente, com a educação patrimonial implica estar inserido no campo dos conflitos inerentes à conformação das memórias coletivas e das disputas nelas envolvidas entre os diferentes sujeitos e grupos sociais. Para isso, os projetos educativos não podem se furtar de desmascarar e refletir sobre as ideologias subjacentes aos patrimônios culturais eleitos, na maior parte das vezes, pelo poder público ou por seus agentes. (Tolentino, 2022, p. 112)

Em consonância com o ideário freiriano, Átila atesta ainda que

os processos educativos devem ser construídos de forma coletiva e dialógica, democrática e horizontalmente, na perspectiva de que o patrimônio cultural não pode ser imposto ou outorgado ao outro, de cima para baixo, na mesma medida em que “ensinar não é transferir conhecimento” (FREIRE, 1996, p.22). (Tolentino, 2022, p. 108)

Nesse sentido, o autor reitera que,

Ao se trabalhar com a educação no campo do patrimônio cultural há que se ter em mente, para uma reflexão crítica, em que se baseiam a seleção e a preservação dos bens e manifestações culturais representativos da memória e identidade de uma determinada nação ou coletividade. (Tolentino, 2019, p. 136)

Nesse jogo social, cabe perguntar o que está por trás entre o que selecionar como representativo de uma suposta memória e identidade coletiva e o que está relegado ao limbo do esquecimento. (Tolentino, 2019, p. 139)

Concluímos, a partir da análise dos relatos dos discentes, ter sido exitosa a experiência. Pois, tais descrições e questionamentos, demonstram uma consciência crítica em relação aos bens escolhidos pelo poder público e sua preservação. Atestam também a disposição de valorizar patrimônios culturais relegados ao esquecimento pelas autoridades e maior interesse pela história da cidade. Sendo, portanto, relevante para o ensino da história local.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. **A emergência do patrimônio genético e a nova configuração do campo do patrimônio.** In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ALENCAR, M. A. G. Cultura e Identidade nos sertões do Brasil. In: III Congresso Latinoamericano de la IASPM, 2000, Bogotá. *Atas do III Congresso Latinoamericano de Músicas Populares*, 2000.
- ALMEIDA., Maria Das Graças Batista de. **Desbravando horizontes: a importância das aulas de campo no ensino de história.** Anais III ENID / UEPB... Campina Grande: Realize Editora, 2013. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/4789>>. Acesso em: 06/06/2024 16:48
- ANDRADE, Bruno Mateus Pereira de. *O Sertão do Jequitinhonha: demografia e família nas matas de São Miguel do Jequitinhonha (1889-1911)*. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 2011.
- ANDRADE, Pamela Fernanda de. **Ensino de história por meio dos espaços de memória da cidade** / Pamela Fernanda de Andrade. -- Maringá, PR, 2020. 150 f.: il., figs., tabs., maps. Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (Rede Nacional - Polo PROFHISTÓRIA - UFRJ) - Mestrado Profissional, 2020.
- ARAÚJO, Elana Fernandes; CASTRO, Charles Alves de. Contextualização Histórica, Sócio Econômica e das Formas de Intervenções Públicas do Vale do Jequitinhonha: Um panorama do início dos anos dois mil. *Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas* Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM ISSN: 2238-6424 QUALIS/CAPES – LATINDEX Nº. 19 – Ano X – 05/2021 <http://www.ufvjm.edu.br/vozes>. Acesso em 17/06/2024.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia LTDA, 1995.
- BARROS, José D'Assunção. **História local e história regional** – a historiografia do pequeno espaço. *Revista Tamoios*, São Gonçalo, v. 18, n. 2, p. 22-53, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.57694>. Acesso em: 01/05/2023.
- BENTO, Cláudio Moreira. *Os 68 sargentos heróis da FEB mortos em operações de guerra*. Resende:FAHIMTB/Gráfica Drumond, 2011 60 p.
- BONETH, Joicynilde Freitas **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E TURISMO: uma união com a disciplina de História em direção ao conhecimento e a valorização da identidade amazônica.** / Joicynilde Freitas Boneth – Manaus, 2021. 54f.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília,DF: Senado, 1988.

BRASIL: Decreto Nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

_____. : **Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em 02/09/2023.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: história, geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro051.pdf>. Proteção e revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil.

Brasília: EC/SHAN/ProMemória, 1980. [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protocolo_revitalizacao_patrimonio_cultural\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Protocolo_revitalizacao_patrimonio_cultural(1).pdf). Acesso em 02/07/2023.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em 15/07/2023.

_____. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Este texto não substitui o publicado no DOU de 23. 12. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 05/06/2023..

_____. Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 1995. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 21/05/2023.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas Transversais-Pluraridade Cultural e Sócio cultura brasileira. Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1997.

BRITO, Mariana Vieira de. **A política de patrimônio francesa:** esboçando seu passado e presente. v.13, n.25, p.86–111, jan./set. 2018.

BRULON, B. (2020). **Descolonizar o pensamento museológico:** reintegrando a matéria para re-pensar os museus. *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material*, 28, 1-30. <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28e1> Acesso em 14/05/2023.

CANCLINI, N.G. O Patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 23, p.95-96, 1994.

CANCLINI, Néstor Garcia. **O patrimônio Cultural e a construção do imaginário nacional.** Trad. Maurício Santana Dias. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. p. 95-119. Biblioteca. IPHAN. Organização Heloisa Buarque de Hollanda, 1994.

CARMONA, V. B.; GALVANI, F.; MARCONCINI, J. M.; MATTOSO, L. H. C. Branqueamento de folhas de gravatá (*Brómelia balansae*): obtenção e caracterização de celulose. In: WORKSHOP DA REDE DE NANOTECNOLOGIA APLICADA AO AGRONEGÓCIO, 6., 2012, Fortaleza. Anais do VII Workshop da Rede de Nanotecnologia Aplicada ao Agronegócio, São Carlos: Embrapa Instrumentação; Fortaleza: Embrapa Agroindústria Tropical, 2012. p. 225-227.

CARVALHO , Moacyr Ribeiro de. Dicionário tupi (antigo) português/ Moacyr Ribeiro de carvalho – Salvado, 1987.

CARVALHO, Maria Glória. **Lutas e conquistas de camponeses sem terra: a trajetória dos assentados da Fazenda Aruega, Novo Cruzeiro - MG / Maria Glória Carvalho.** — Lavras: UFLA, 2000. Dissertação (Mestrado) - UFLA.

DEMARCHI, J. L. **O que é, afinal, a educação patrimonial?** uma análise do Guia Básico de Educação Patrimonial. *Revista CPC*, 13(25), 140-162. (2018).
<https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i25p140-162> Acesso em 20/06/2023.

DINIZ, Gabriela Viana. **Educação patrimonial e Ensino de História: experiências com plataformas digitais envolvendo o Centro Histórico de São Luís.** 2022. 85 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de História) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

FACHINELLO, Alexsandra. A educação patrimonial como instrumento de cidadania e a atuação do Programa Monumenta em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. *MOUSEION*, V. 4, n. 8, Jul-Dez/2010, p. 96-105.

FARIAS, Regiane de Souza Oliveira; PEDROZA LOBÃO, Mário Sérgio. Educação Patrimonial como Tema Transversal no Ensino Médio Integrado: um Olhar dos Professores em uma Instituição de Educação Profissional e Tecnológica. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 299–308, 2022. DOI: 10.17921/2447-8733.2022v23n2p%p. Disponível em:
<https://revistaensinoeducacao.pgscognac.com.br/ensino/article/view/9294>. Acesso em: 6 jun. 2024.

FERREIRA ICPV; ARAUJO AV; CAVALCANTI TFM; COSTA CA; FERREIRA MAJF. Caracterização morfológica de frutos de 17 acessos de bucha vegetal cultivados no Norte de Minas Gerais. 2010. *Horticultura Brasileira*, Brasília, DF, v. 28, n. 2, p. S2192-S2198, jul. 2010.

FERREIRA, Camila de Oliveira. *Em nome da terra: estudo comparado das produções em cerâmica do Alto do Moura e do Vale do Jequitinhonha*. Iniciação Científica. São Paulo: Faculdades Metropolitanas Unidas, 2015.

FERREIRA, Jurandyr Pires (org.). *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1959. 466 p. v. 26: Minas Gerais: M-Q. R-enc/FERe/1959/v.26

FLORÊNCIO, S. R. (2019). **Política de educação patrimonial no Iphan: diretrizes conceituais e ações estratégicas.** *Revista CPC*, 14(27esp), 55-89.
<https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27esp55-89> Acesso em 23/05/2023.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal: por uma ampla de patrimônio cultural.** In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

FRAGA, A. S. F. ; AGUIAR, E. P . Minha cidade tem valor: Educação Patrimonial e formação do pensamento histórico dos discentes do Colégio Estadual Horácio de Matos, Mucugê-BA. In: Perspectivas Em Ensino de História, 2020, Web 2020. Anais do XI Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História - Perspectivas Web 2020., 2020.

FREIRE, Paulo. **A Ação cultural para a liberdade.** 5^a ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra.1981. 149 p. 21cm (O Mundo, Hoje, v. 10)

_____. *Educação como prática da liberdade.* 23^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **Pedagogia do oprimido/** Paulo Freire – 78 ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. 256 pp.

_____. **Por uma pedagogia da pergunta/** Paulo Freire, Antonio Faudez – 11^a ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021. 240 p.

FURTADO, J. F. (2008). A HISTÓRIA DO VALE DO JEQUITINHONHA. *Cadernos Do Leste*, 8(8). <https://doi.org/10.29327/249218.8.8-3>. Acesso em 23/02/2024.

GARCIA-REIS, A. R.; CALLIAN, G. R.. (2021). O estatuto do trabalho docente no currículo referência de Minas Gerais. *Revista Brasileira De Educação*, 26, e260010. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260010>. Acesso em 14/11/2023.

GIL, C. Z. de V., & Meinerz, C. B. (2017). **Educação, patrimônio cultural e relações étnico-raciais:** possibilidades para a decolonização dos saberes. *Horizontes*, 35(1), 19–34. <https://doi.org/10.24933/horizontes.v35i1.436>. Acesso em 22/05/2023.

GIL, Carmem de Vargas. **Investigações em educação patrimonial e ensino de história (2015-2017).** CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, vol. 38, Jan-Jun, 2020 <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2020.38.1.02>. Acesso em 23/04/2023

_____; PACIEVITCH, Caroline. **Patrimônio cultural e ensino de História:** experiências na formação de professores. Revista OPSIS, Catalão, v. 15 n. 1, p. 28-42, 2015.

_____; PACIEVITCH, Caroline. **Patrimônio e ensino no profhistória:** discussões teórico-metodológicas. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), ISSN: 2176-5804, Vol. 26, nº1 (Ago/2019).

_____; POSSAMAI, Zita Rosane. Educação patrimonial: percursos, concepções e apropriações. Revista Mouseion. Canoas, n.19, 2014, p.13-26.

GOMES, Ângela de Castro ; KORNIS, Mônica Almeida. Com a história no bolso: moeda e a República no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL "O outro lado da moeda". (2001.: Rio de Janeiro,RJ). Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2002. p.107-134.

GOMES, Jaime. Um trem passou em minha vida. Teófilo Otoni: edição do autor, 2006, p. 19.

GOMIDE, Amanda Ferreira. Educação Patrimonial na Educação Básica: uma proposta de Material Didático sobre o Desemboque, no Triângulo Mineiro. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2022.

HORA, J. F.; DIOGO, L. B. A construção cultural nos estudos de gênero no Brasil: patrimônio e ceramistas do vale do Jequitinhonha. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 71–94, 2021.

HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. **Guia básico de educação patrimonial do IPHAN**. Brasília; Petrópolis: IPHAN, 1999.

JARDIM, Maria Nelly Lages. *O Vale e a Vida: História do Jequitinhonha* / Maria Nelly Lages Jardim. – Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 1998. 172p.

LE GOFF, Jacques, 1924 *História e memória* / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LEMOS, Carlos, A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense S.A. 1981, 111 p.

LIMA, M. (2018). **História, patrimônio e memória sensível**: o Cais do Valongo no Rio de Janeiro. *Outros Tempos: Pesquisa Em Foco - História*, 15(26), 98–111. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História PROFHISTÓRIA. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

LOBATO MARTINS, M. (2023). Águas, peixes e pescadores na bacia do Jequitinhonha, séculos XIX e XX: Waters, fishes and fishermen in the Jequitinhonha basin, 19th and 20th centuries. *Caminhos Da História*, 28(2), 198–222. <https://doi.org/10.46551/issn.2317-0875v28n2p.198-222>. Acesso em: 05/01/. 2024.

LOPES, Jackeline Silva . O papel da problematização no “pensar historicamente” no ensino de História. In: IV Encontro Estadual de Ensino de História, 2017, Conceição do Coité. Anais do IV Encontro Estadual de Ensino de História, 2017.

MARQUES, Reinaldo. “Entre o Global e o Local: Cultura Popular Do Vale Do Jequitinhonha e Reciclagens Culturais.” *Revista Brasileira De Literatura Comparada*, 2017.

MARTINS, Luciana Conceição de Almeida; MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. **História pública de resistência quilombola**: conexões e potencialidades do museu virtual em 3D do Quilombo do Cabula aplicado ao ensino de História. *REVISTA HISTÓRIA HOJE*, v. 10, p. 161-179, 2021.

MARTINS, M. L.. (2008). O Jequitinhonha dos viajantes, séculos XIX e XX: olhares diversos sobre as relações sociedade - natureza no nordeste mineiro. *Varia Historia*, 24(40), 702–728. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752008000200022>. Acesso em: 06 /02/ 2024.

MATOS, Maristene Amaral; BERTOLOTO, José Serafim; DOURADO, Nileide Souza. A

Educação Patrimonial como Instrumento para o Ensino-Aprendizagem no Bairro do Porto de Cuiabá/MT. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, /S. I./*, v. 20, n. 2, p. 150–155, 2019. DOI: 10.17921/2447-8733.2019v20n2p150-155. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgscognac.com.br/ensino/article/view/6571>. Acesso em: 6 jun. 2024.

MATTOS, I. M. de. (2018). Povos dos Altos Rios Doce, Jequitinhonha, Mucuri e São Mateus: paisagens de “perigos” e “pobreza”, transformações e processos identitários. *Revista Brasileira De História & Ciências Sociais, 10(20)*, 107–135. <https://doi.org/10.14295/rbhcs.v10i20.495>. Acesso em: 13 jun. 2024.

MIRANDA, Sonia Regina; SIMAN, Lana Mara de Castro (Orgs.). **Cidade, Memória e Educação**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013.

MOITINHO, Helena Rosa; PINA, Maria Cristina Dantas. *História local como estratégia para ressignificar o ensino de história*. X Encontro Estadual de História, “Combates pela História”. Vitória da Conquista, 2020.

NACAMURA, Natalia Yurie et al.. Utilização de casca de gravatá (bromelia balansae mez) para obtenção de farinha rica em propriedades nutricionais.. In: Anais do XXXIII Congresso de Iniciação Científica da Unesp: Agenda 2030 e as Perspectivas da Iniciação Científica da Unesp. Anais...São Paulo(SP) Plataforma virtual: <https://www.even3.com.br/xxxiiicunesp/>, 2021. Acesso em: 16 jun. 2024.

NEVES, Alesandra Cristina Passos. Educação Patrimonial na Escola Estadual de Ensino Fundamental Joaquim Caetano da Silva – Jaguarão/RS – Projeto Lições do Rio Grande. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Pampa, Jaguarão, 2011.

NOGUEIRA, M. D. P. Vale do Jequitinhonha: cultura e desenvolvimento. 1. ed. Belo Horizonte: Pró-reitoria de Extensão da UFMG, 2012. 190p.

OLIVEIRA, C. A. P. de. (2019). **Educação patrimonial no Iphan**: análise de uma trajetória. *Revista CPC, 14(27esp)*, 32-54. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27esp32-54>. Acesso em 20/05/2023.

OLIVEIRA, Margarida Dias de, CAINELLI, Marlene Rosa; OLIVEIRA, Almir Félix Batista de (Orgs.). **Ensino de história: múltiplos ensinos em múltiplos espaços**. Natal, RN: EDFURN.2008. 200 p.

OLIVEIRA, Pablo de Souza. **Quando o trem partiu?** Ferrovia, cidade, memória e identidade em Novo Cruzeiro – MG. (1960 – 2007) / Pablo de Souza Oliveira. Vassouras – RJ: Universidade Severino Sombra, 2009. Dissertação (mestrado) – Universidade Severino Sombra, Programa de Mestrado em História Social, 2009.

OLIVEIRA, Sueli do Carmo; RUAS, Aline Aparecida; SANTOS, José Carlos Silvério dos. Mineração do lítio e processos político-educativos no vale do Jequitinhonha/MG. *Revista Brasileira de Educação Básica*, Ano 7, Número Especial – Educação e Desastres Minerários, Janeiro, 2022.

OLIVEIRA, Vera Lúcia Silva de Almeida. **Ensino de História, Educação Patrimonial e Lugares de Memórias-Cáceres/MT** / Vera Lúcia Silva de Almeida Oliveira - Cáceres, 2021. 116 f.; 30 cm. (Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Profissional) Profhistória, Faculdade de Ciências Humanas, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2021.

PAIVA, Clotilde Andrade. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. 1996. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

PAULA, Carla Mabel Santos. *A Arte Do Vale Do Jequitinhonha No Século XVIII: Estudo Das Pinturas Sobre Madeira Da Capela De São Gonçalo (Minas Novas MG) E Igreja De Nossa Senhora Do Rosário Dos Homens Pretos (Chapada Do Norte MG)*. 2011.

PELEGRIINI, Sandra, C.A; **O que é patrimônio cultural imaterial** / Sandra, C.A. Pelegrini; Pedro Paulo A. Funari - São Paulo: Brasiliense S.A. 2008 - (Coleção Primeiros Passos; 331)

PEREIRA, A. M. ; DE ALMEIDA, M. I. ; LEITE, M. E. Considerações acerca da degradação ambiental no município de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha . Revista Unimontes Científica, /S. I.J, v. 5, n. 2, p. 85–92, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/2501>. Acesso em: 13 jun. 2024.

PINTO, Helena. **A educação patrimonial num mundo em mudança**. Educação & Sociedade [online]. 2022, v. 43 [Acessado 30 Outubro 2022] , e255379. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/ES.255379>>. Epub 10 Jun 2022. ISSN 1678- 4626. <https://doi.org/10.1590/ES.255379>. Acesso em 19/04/2023.

QUEIROZ, S. T.; LIMA, R.P.V. **Religiosidade afro-brasileira e o Museu do Homem do Nordeste**: diálogos possíveis em busca de uma educação antirracista e contra a intolerância religiosa. In: Átila Bezerra Tolentino, Emanuel Oliveira Braga. (Org.). Caderno Temático 5 - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL políticas, relações de poder e ações afirmativas. 01ed.João Pessoa: IPHAN-PB, 2016, v. 01, p. 94-104.

RAMALHO, J. P. *Modelando a vida e entalhando a arte: O artesanato do Vale do Jequitinhonha*. 2010. 242 f. Dissertação (Mestrado em Instituições sociais e desenvolvimento; Cultura, processos sociais e conhecimento) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. OBJETO GERADOR: Considerações sobre o museu e a cultura material no ensino de história. Revista Historiar, /S. I.J, v. 8, n. 14, 2016. Disponível em: //historiar.uvanet.br/index.php/1/article/view/234. Acesso em: 14 jun. 2024.

_____. **A danação do objeto**: o museu no ensino de história/ Francisco Régis Lopes Ramos – Chapecó: Argos, 2004. 178 p.

RAMOS, Marina Contin . Cruzeiro: Identidade e narrativa do dinheiro circulante no Brasil. In: XVI Encontro regional de história da ANPUH-Rio, 2016, Nova Iguaçu. Anais do XVI Encontro regional de história da ANPUH-Rio, 2016.

RIBEIRO, E. M.; FREITAS, C. S. SEGUNDO, G; ALMEIDA, A. F.; GALIZONI, F. M.; AYRES, E. B. Dimensões, segmentos e produtos de feiras livres do Médio Jequitinhonha,

Minas Gerais. 2014.

ROCHA, H. A. B. (2015). Aula de história: evento, ideia e escrita. *História & Ensino*, 21(2), 83–103. <https://doi.org/10.5433/2238-3018.2015v21n2p83>

ROSSI, C. M. S. (2017). **Educação Patrimonial e História da Educação:** contribuições para a formação de professores. *Horizontes*, 35(1), 113–120. <https://doi.org/10.24933/horizontes.v35i1.122>. Acesso em 23/04/2023.

SANT'ANNA, Márcia. **A face imaterial do patrimônio cultural:** os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

SANTOS JÚNIOR, Sinvaldo Ferreira. A importância do Festivale para construção de uma identidade regional e formação política no Vale do Jequitinhonha. 2012. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos) - Escola de Comunicação e Artes - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, A. P. S. “Festa do Lixo” na Fazenda Grande do Retiro, Salvador-BA: um patrimônio cultural imaterial e seu caráter político-pedagógico. 2018. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História). Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.

SANTOS, L. A. A. A feminilidade das lavadeiras do vale do Jequitinhonha. *Revista Memento*, v. 9, n. 2, p. 1-16, 2018.

SCHMIDT, M. A. M. dos S. (2015). Formação do professor de história no Brasil: embates e dilaceramentos em tempos de desassossego. *Educação*, 40(3), 517–528. <https://doi.org/10.5902/1984644418206>. Acesso em 11/04/2023.

_____. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula: entre o embate, o dilaceramento, e o fazer histórico. RJ: Paz e Terra, 1995.

SCIFONI, S. (2019). **Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo.** *Revista CPC*, 14(27esp), 14-31. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27esp14-31>. Acesso em 20/04/2023.

_____. **O patrimônio como negócio.** Tradução . São Paulo: Editora Contexto, 2018. . . Acesso em: 11 jul. 2023.

SERVILHA, Mateus de Moraes . As Relações de Trocas Materiais e Simbólicas no Mercado Municipal de Araçuaí-MG. 2008. 166 f. Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Viçosa, Programa de Extensão Rural, Viçosa, 2008.

SILVA, Aletícia Rocha da. **Educação Patrimonial:** A Feira Livre como espaço de aprendizagem histórica em Colinas do Tocantins/ Aletícia Rocha da Silva - Araguaína, TO, 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Araguarina – Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em Ensino de História, 2018.

SILVA, Rodrigo Manoel Dias da. **Educação Patrimonial e Políticas de Escolarização no**

Brasil. Educação & Realidade [online]. 2016, v. 41, n. 2 [Acessado 30 Outubro 2022], pp. 467-489. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-623655022>>. ISSN2175-6236. <https://doi.org/10.1590/2175-623655022>. Acesso em 28/03/2023.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; BEZERRA, Marcia. **Educação patrimonial: perspectivas e dilemas.** In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (org.). Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Florianópolis: Nova Letra, 2007. p. 81-97. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/442>. Acesso em: 11/05/2023.

SIQUEIRA, Lucília Santos. **Educação Patrimonial e Ensino de História nas áreas metropolitanas:** reflexões baseadas na formação de professores de História em Guarulhos (SP). Revista História Hoje, v. 8, nº 15, p. 302-325 – Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Guarulhos, SP, 2019.

SOARES, G. C. Vale do Jequitinhonha: um vale de muitas culturas. Cadernos de História, v. 5, n. 6, p. 17-22, 19 nov. 2000.

SOUZA DA COSTA, J. J. . A educação segundo Paulo Freire: uma primeira análise filosófica. Theoria - revista eletrônica de filosofia , v. VII, p. 72-88, 2015.

SOUZA, Ângela Maria de Jesus. **A (in)visibilidade de negros e indígenas no Memorial casa Governador Régis Pacheco:** uma proposta decolonial para o ensino de história. /Ângela Maria de Jesus Souza, 2022. 188f. il. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós Graduação do Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, Vitória da Conquista, 2022.

SOUZA, Everaldo dos Santos. *A história da feira livre de Cruz das Almas - BA: uma proposta de educação patrimonial.* Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em Ensino de História - ProfHistória) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020.

SOUZA, Jorge Douglas Vieira Cabral. **O ensino de história local :** conhecendo o patrimônio de Muribeca/Se / Jorge Douglas Vieira Cabral Souza - São Cristóvão, SE, 2022. 92 f. : il. Dissertação (mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Sergipe, 2022.

SULZBACHER, A. W., Fernandes, L. C., & Almeida, C. S. (2021). “Nas minas, a terra vale ouro” questão agrária e mineração no vale do jequitinhonha (minas gerais, brasil)/“In the mines, the land is worth gold” agrarian issue and mining in the Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brazil). *REVISTA NERA*, (59), 393–417. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i59.8754>. Acesso em: 11/05/2024.

THOMPSON, A., & SOUZA, I. A. N. de. (2015). A Educação Patrimonial no Âmbito da Política Nacional de Patrimônio Cultural. *Políticas Culturais Em Revista*, 8(1), 153–170. <https://doi.org/10.9771/1983-3717pcr.v8i1.13405>. Acesso em: 01/12/2023.

TOLENTINO, Átila Bezerra . Educação patrimonial: reflexões e práticas. / Átila Bezerra Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. 104 p. : il. color. 30 cm. – (Caderno temático ; 2)

_____. (2019). Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. *Revista CPC*, 14(27esp), 133-148. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27espp133-148>. Acesso em: 11/08/2023.

_____. **Educação patrimonial na escola, com a escola e para além da escola:** uma conversa com professoras e professores em diálogo com Paulo Freire. *Cadernos de Sociomuseologia*, Nº 19-2022 (vol. 63). P. 107-115. 2022.

_____. O que não é educação patrimonial: cinco falácia sobre o seu conceito e sua prática. In: TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (Orgs.). *Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas*. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. p. 39-48.

_____; BRAGA, Emanuel Oliveira (Orgs.). **Educação patrimonial** [recurso eletrônico] : políticas, relações de poder e ações afirmativas / organização,. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF: 2 megabytes). – João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônico da Paraíba, 2016. – (Caderno Temático; 5) Modo de acesso: <http://www.gov.br/iphn/pt-br>. Acesso em: 11/12/2023.

VASCONCELLOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. Vols.1 e 2. 4^a Edição. Belo Horizonte: Itatiaia. 1904.

_____. *HISTÓRIA MÉDIA DE MINAS GERAIS*. Bello Horizonte: Imprensa Official de Minas, 1918.

VELLOSO, A. ; MATOS, Ralfo . *A rede de cidades do Vale do Jequitinhonha nos séculos XVIII e XIX*. GEONOMOS , v. 6, p. 73-87, 1998.

VILARINO, Maria Terezinha Bretas; GENOVEZ, Patrícia Falco (Orgs.). *Caminhos da luta pela terra no Vale do Rio Doce: conflitos e estratégias / Organizadoras: Maria Terezinha Bretas Vilarino, Patrícia Falco Genovez*. – Governador Valadares: Ed. Univale, 2019. 336 p. : il.

YAMAGUTI, Juliana Geraldi. **Antropologia, Patrimônio Cultural E Educação Patrimonial**. *Cadernos NAUI* 7.13 (2018): 1-28. Web.

ZANGELMI, Arnaldo José. **História, identidade e memória no assentamento Aruega-MG**. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*. Universidade Federal de Viçosa, Março de 2007.

ZARBATO, J. A. M., Schossler, J. C., & Carvalho, A. V. (2019). **Educação Patrimonial, História Pública e Ensino:** Análise e possibilidades para a História. *Fronteiras*, 21(38),55–70.

ZHOURI, Andréa (Org.). *Mineração, violências e resistências: Um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá - PA: Editorial iGuana; ABA, 2018.

FONTES

Arquivos da Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro

CGT. Guia Geral das Estradas de Ferro e Empresas de Transporte com elas articuladas. G-1. Estações, Portos e Agências. Controladoria Geral de Transportes, 1960.

DNIT. Lista de ramais erradicados da extinta RFFSA. EF Bahia-Minas.

IPHAN. Inventários do Patrimônio Cultural Ferroviário de Minas Gerais, 2009.

Mapa do Estado de Minas Gerais. Organizado e editado pela Sociedade Comercial e Representações Gráficas LTDA com colaboração do Departamento de Geografia e o Departamento de Estradas de Rodagem do estado de Minas Gerais. CGC nº76500511/2, 1971.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO CRUZEIRO. Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural de Novo Cruzeiro.

SITES

<https://portal.iphan.gov.br>. Acesso em 31/08/2023, às 08:25.

<https://www.igc.ufmg.br/casa-da-gloria/sobre-a-casa-da-gloria/>

Portal das Estações ferroviárias. Disponível em: < Portal das Estações ferroviárias. Disponível em: < <http://www.estacoesferroviarias.com.br>>. Acesso em 03 de novembro de 2017, às 09:01.

www.oceanoticias.blogspot.com/2010/12/imagem-de-sao-bento-e-tombada-em-novo.html. Acesso em 30/08/2023, às 16:39.

www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-registrados/details/2/5/bens-registrados-as-folias-de-minas. Acesso em 02/09/2023, às 09:21.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário aplicado para aferir os conhecimentos prévios dos alunos em relação ao patrimônio histórico-cultural da cidade.

Questionário Conhecimento prévio dos estudantes do 1º ano do Ensino Médio	
1 – Nome:	_____
2 – Idade:	_____
3 – Turma:	_____
	Data: _____ / _____ / _____
4 – Em que bairro você mora?	_____
5 – Para você, o que é Patrimônio Cultural?	_____
6 – Em seu bairro existe algum Patrimônio? Quais?	_____
7 – Você sabe o que é tombamento? Explique.	_____
8 - Você sabe o que é Patrimônio Material? Explique.	_____
9 - Você sabe o que é Patrimônio Imaterial? Explique.	_____
10 – O que você sabe sobre a História de Novo Cruzeiro –MG?	_____
11- Que locais você costuma frequentar em Novo Cruzeiro?	_____
12 - Que bem ou bens, você apontaria como Patrimônio Histórico-cultural de Novo Cruzeiro?	_____
13 – Você acha que o Patrimônio Histórico-cultural de Novo Cruzeiro representa você e sua família? Sim () Não () Qual?	_____
14 – O que você acha importante estudarmos em Novo Cruzeiro que representa o seu patrimônio e de sua família?	_____

ANEXOS

ANEXO A - Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Novo Cruzeiro - MG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO CRUZEIRO
INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE NOVO
CRUZEIRO - MG.

LISTAGEM DOS BENS CULTURAIS INVENTARIADOS

BENS PROTEGIDOS		
Bens Imóveis / Estrutura Arquitetônica - BI	Ano de Tombamento	Inventário
Estação Ferroviária da Bahia-Minas e Casa do Agente — Praça Sargent Noraldino Rosa, nº 255 -Centro	2016	2012/2013 (Setor I)
BENS INVENTARIADOS		
Bens Imóveis / Estruturas Arquitetônicas - BI	Ano / Exercício	Setor
1. Capela São Francisco — Rua José Maria Preta, SN — SGQ Francisco	2012 / 2013	I
2 Imóvel Casa do Troqueiro Praça Sargentino Noraldino Rosa, nº 255 - Centro	2012 / 2013	I
3.Imóvel residencial Casa de Dona Chamis Rua Presidente Bernardo - Centro	2012 / 2013	I
4.Sobrado Hotel São Bento - Praça Sargentino Noraldino Rosa, nº 37 - Centro	2012 / 2013	I
5.Residência Sr. Ary Blastro Castro Rua Lucas Ramos, nº 8	2017 / 2019	I
6.Capela Cristo Redentor — Rua Cristo Redentor, SN	2017 / 2019	I
7.Residência Sr. Odivaldo Costa (Seu Tinhó) — Rua Jacinto Carvalho, nº 380	2017 / 2019	I
8.Residência Sra. Maria de Lourdes Esteves Pereira (Dona Nêga)-Travessa Faiscal Laiuar,nº 10	2017 / 2019	I
9.Cemitério de Novo Cruzeiro — Rua Nego Rocha, SN	2017 / 2019	I
10.Estação Ferroviária Bahia-Minas Queixada, 32 km da Sede	2018 / 2020	II
11.Antiga casa do agente da ferrovia Bahia-Minas -Queixada, a 32 km da Sede	2018 / 2020	II
12.Antiga casa de funcionário da ferrovia Bahia-Minas - Queixada, a 32 km da Sede	2018 / 2020	II
13.Caixa D'água — Barra do Iufo, a 41 km da Sede	2018 / 2020	II
14.Caixa D'água — Queixada, a 32 km da Sede	2018 / 2020	II
15.Fazenda Barreiro do Canto — Zona Rural — a Distrito Sede	2019 / 2021	II
16.Fazenda Borá — Zona Rural — a 26,7km do Distrito Sede	2019 / 2021	II
17.Antigo Alambique da Fazenda Borá — Zona Rural 26,7km do Distrito Sede	2019 / 2021	II
Bens Móveis e Integrados — BM	Ano / Exercício	Setor
18.Imagem de São Francisco — Capela São Francisco — Rua José Maria Preta, SN — São Francisco	2012 / 2013	I
19.Primeiro Livro Caixa da Prefeitura- Biblioteca Pública - Praça Sargentino Noraldino Rosa, nº 255 - Centro	2012 / 2013	I
20.Livro de Tombo da Paróquia de São Bento — Praça Dom José Haas, SN	2012 / 2013	I
21.Imagem Nossa Senhora das Dores Capela São Francisco — Rua José Maria Preta, SN	2017 / 2019	I
22.Imagem Santa Teresinha Capela São Francisco Rua José Maria Preta, SN	2017 / 2019	I
23.Cristo Crucificado - Capela São Francisco — Rua José Maria Preta, SN	2017 / 2019	I
24.Cruzeiro — Morro do Cruzeiro	2017 / 2019	I
25. Via Sacra - Cruzeiro	2017 / 2019	I
ConJuntos Urbanos ou Paisagísticos — CP (Conjuntos Paisagísticos Naturais)	Ano / Exercício	Setor
26.Cachoeira Maria Farias — Santa Cruz, a 5 km da Sede	2018 / 2020	II
27.Bicas de água natural	2019 / 2021	II
Patrimônio Imaterial	Ano / Exercício	Setor
28. Modo de fazer Rapadura	2015 / 2020	II
29. Modo de fazer Rapadura	2019 / 2020	II
BENS INVENTARIADOS — ANO 2020 / EXERCÍCIO 2022		
Bens Imóveis/Estruturas Arquitetônicas- BI		Setor
1. Primeira Igreja de Queixada		II
2. Pontilhão de Ferro - Queixada		II
Bem Móveis e Integrados		Setor
3. Cruzeiro		II
Conjuntos Paisagísticos Arqueológicos		Setor
4. Muro de Pedras — Triângulo		II
Patrimônio Imaterial - PI		Setor
5. Folia de Reis		II

ANEXO B - Jornal confeccionado pelos alunos da turma 103 sobre o patrimônio Histórico-cultural de Novo Cruzeiro

Página 01



A Estação Ferroviária Bahia-Minas teve como diretriz a ligação do arraial de Ponta de Areia, no sul da Bahia, à cidade de Araçuaí no interior de Minas Gerais, numa extensão de aproximadamente 600 km. A estrada tinha como objetivo, facilitar o acesso ao mar, gerando uma impulsão no comércio. Em 1924 a estrada foi inaugurada em Novo Cruzeiro, apesar da finalidade maior no transporte de cargas, também se contemplava com passageiros. Porém com o advento do automobilismo, não sendo o meio mais eficiente, foi em 1966 desativada na cidade.

Atualmente, a Estação Ferroviária Bahia-Minas é reconhecida como um patrimônio cultural tombado, juntamente com a Casa do Agente (que tinha

NOVO CRUZEIRO - MINAS GERAIS



como finalidade ser moradia dos funcionários da linha férrea) e a Casa do Truqueiro (em que ficavam guardados as ferramentas).



Porém, mesmo sendo um patrimônio tombado, ele não é devidamente assegurado, são notórios os descasos da administração pública. Tal negligência é vista principalmente no espaço reservado à Casa do Agente, onde mesmo hoje é utilizado como depósito, ao invés de ser estritamente reservado assim como a Casa do Truqueiro.

Além disso, tal espaço é utilizado indevidamente como estacionamento, sendo importante ressaltar ainda a invasão de uma parte do espaço por uma borracharia local. Conclui-se então, que este é um reflexo da negligência municipal em relação a um dos principais patrimônios da cidade.

ALUNOS: Laila, Luma, Mariane, Victor, Vitória, Yasmin, Kauã e Pedro Henrique.



BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL

A Biblioteca Pública Municipal Professora Marlene Gomes em Novo Cruzeiro-MG, apesar de não ter tanta popularidade, tem uma história enraizada na cultura da cidade. Fundada em 1993 e hoje situada na antiga Estação Ferroviária Bahia-Minas, foi criada com o objetivo de promover o acesso à informação, incentivar a leitura e preservar a cultura local.



NOVO CRUZEIRO - MINAS GERAIS

Página 04



Ao longo dos anos seu conhecimento foi construído pouco a pouco através de doações de livros e assim se tornou um espaço importante para a comunidade. Ela oferece um acervo diversificado para vários gostos, sejam eles literários ou didáticos, tais como "Enciclopédia Tecnológica" e "História Geral da África". Além de abrigar livros externos, é o seio da história de Novo Cruzeiro, onde podem ser achados vários livros falando da localidade.

Por residir em uma antiga estação, ela não é muito espaçosa e nem tão acolhedora, deixando em aberto uma reflexão sobre o motivo de o lugar



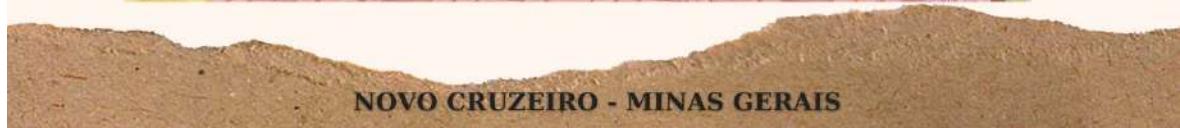


ser escolhido para abrigar livros e automaticamente conhecimento, assim resultando na baixa popularidade do local mesmo estando no centro da cidade e ainda na praça mais visitada da cidade a Praça Sargento Noraldino Rosa.

A cada ano são indicados dois bens para serem inventariados, para entrarem como em uma fila de espera para serem tombados, algum dia. Apesar de a biblioteca ficar dentro da antiga Estação Ferroviária, ela não é um bem tombado/protegido como a estação, mesmo tendo um grande valor cultural ela não está nem entre os bens inventariados do município e possivelmente não foi indicada.

Uma biblioteca é sempre um tesouro de conhecimento e cultura, um refúgio para a mente e imaginação. Uma guardiã e testemunha de acontecimentos fictícios e do passado real, tudo com grande importância como inspiração para o futuro.

A preservação de bens tombados é de extrema importância para o município, pois eles representam a história, a cultura e a identidade da comunidade. Esses patrimônios são testemunhas do passado e devem ser protegidos para que as gerações futuras possam apreciá-los e aprender com eles.



Página 06

Além disso, os bens tombados podem impulsionar o turismo e gerar desenvolvimento econômico para a região. É fundamental a valorização, investimento e preservação da importância dessas preciosidades para garantir o melhor para o patrimônio cultural. Então a Biblioteca Pública Municipal Professora Marlene Gomes deveria ser um bem tombado, assim como a estação que hoje é situada.

ALUNOS: Maria Eduarda, Ana Luiza Gomes, Laira, Gabriel, Tomas, Eryk, Marcelo e Yasmin.

FESTIVAL DA CACHAÇA



O Festival da Cachaça em Novo Cruzeiro, não é apenas um evento de entretenimento, mas representa um verdadeiro patrimônio cultural enraizado na tradição e na identidade local do Vale do Jequitinhonha. Este festival não apenas celebra a bebida tradicional brasileira, a cachaça, mas também destaca a rica diversidade cultural e os produtos da região, tornando-se um testemunho vivo na herança cultural.

NOVO CRUZEIRO - MINAS GERAIS



Em 1º lugar, a cachaça, destilada a partir da cana-de-açúcar, é mais do que uma bebida: é um elemento cultural profundamente ligado a história do Brasil. O Festival da Cachaça serve como um espaço para preservar e promover essa tradição, reunindo produtores locais que compartilham técnicas artesanais e sabores únicos que atravessam gerações.

Além disso, o festival se destaca ao promover não apenas a cachaça, mas também os produtos de agricultura familiar. A exposição de frutas, hortaliças, doces, farinhas e queijos da região destaca a importância da produção local e sustentável, preservando métodos tradicionais de cultivo

A realização de shows durante o festival de artistas locais e de artistas conhecidos nacionalmente. As manifestações artísticas locais se tornam parte integrante do evento, proporcionando uma experiência enriquecedora para os visitantes e fortalecendo os laços comunitários.

O Festival da Cachaça transcende a simples celebração de uma bebida. Ele se torna um patrimônio cultural ao preservar tradições, destacar produtos locais e promover a diversidade artística. Ao fazer isso, contribui para a construção de uma identidade cultural forte e sustentável garantindo que as gerações futuras possam apreciar e aprender com as riquezas do passado.

ALUNOS: Letícia, Ana Beatriz, Anna Clara, João Marcos, Israel, Maria Fernanda e Maria Esther.

IGREJA MATRIZ DE NOVO CRUZEIRO

A Igreja Matriz de Novo Cruzeiro, testemunha do tempo, carrega consigo uma história marcada por uma montanha russa de eventos. Desde sua construção inicial, tornou-se um patrimônio cultural da cidade, entrelaçando-se com a identidade local. No entanto, paradoxalmente, a estrutura enfrentou desafios significativos que levaram à sua demolição, uma decisão controversa dada a sua importância histórica.

Mesmo diante dos problemas estruturais, a pergunta ecoa: Por que não preservar um legado tão vital para a cidade? A reconstrução trouxe consigo uma metamorfose arquitetônica surpreendente, moldando a Igreja



Página 08

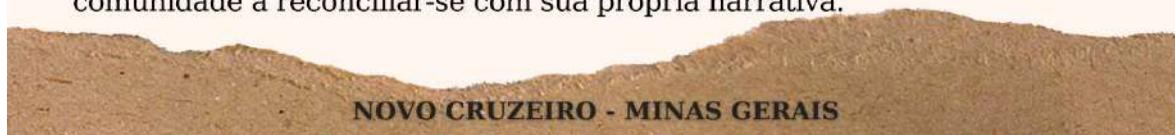


no semblante de uma fé diferente. O paradoxo se intensifica ao ver uma construção católica ressurgir com a roupagem de uma igreja evangélica.



Esse episódio sucinta reflexões sobre a preservação da história e do patrimônio cultural. Seria a mudança estilística uma adaptação necessária ou uma perda irreparável da identidade da cidade? A história da Igreja Matriz de Novo Cruzeiro é mais do que tijolos e argamassa; é um reflexo da complexa interseção entre o passado e o presente, desafiando a comunidade a reconciliar-se com sua própria narrativa.

NOVO CRUZEIRO - MINAS GERAIS



Página 09



ALUNOS: Letícia, Ana Beatriz, Anna Clara, João Marcos, Israel, Maria Fernanda e Maria Esther.

NOVO CRUZEIRO - MINAS GERAIS

BUSTO DE JÚLIO CAMPOS



A estátua de Júlio Campos, localizada no centro de Novo Cruzeiro, em Minas, é um símbolo importante para a cidade. Representando um dos grandes líderes políticos da região, a estátua honra a memória e o legado desse homem que tanto contribuiu para o desenvolvimento local.

Júlio Campos nasceu em 1916 e dedicou grande parte da sua vida à política. Com um espírito empreendedor e visionário, ele se tornou um dos principais responsáveis pelo crescimento e progresso de Novo Cruzeiro. Seu trabalho incansável em prol da comunidade e sua visão de futuro fizeram dele uma figura admirada e respeitada por todos.

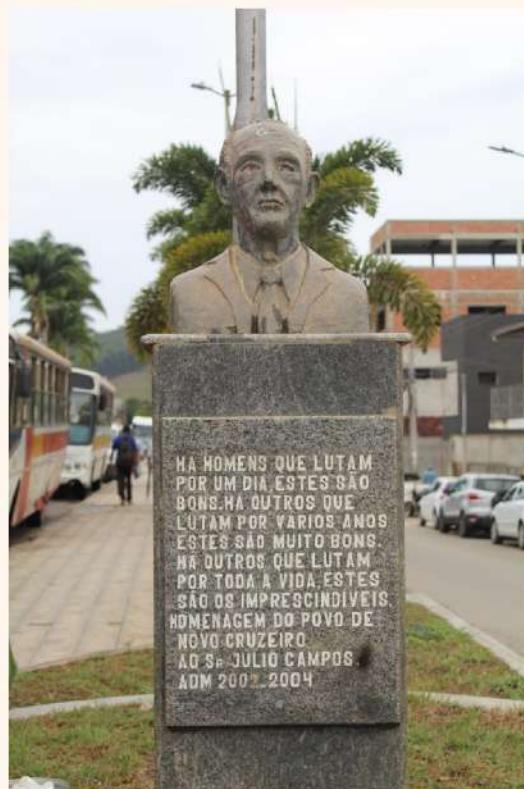
A estátua erguida em sua homenagem retrata Júlio Campos em gesto de liderança e determinação. Seu semblante sério e confiante reflete a postura firme com a qual ele enfrentava os desafios e buscava soluções para os problemas da cidade.

A estátua de Júlio Campos também se destaca pela sua localização estratégica, no coração do centro de Novo Cruzeiro. Ela se tornou um ponto de encontro para a população local, um lugar onde as pessoas se reúnem para conversar, refletir sobre a história da cidade e celebrar suas conquistas.



A estátua de Júlio Campos também se destaca pela sua localização estratégica, no coração do centro de Novo Cruzeiro. Ela se tornou um ponto de encontro para a população local, um lugar onde as pessoas se reúnem para conversar, refletir sobre a história da cidade e celebrar suas conquistas.

Por fim, a estátua de Júlio Campos é uma homenagem a um homem que deixou um legado de trabalho, dedicação e compromisso com o desenvolvimento de Novo Cruzeiro. Ele nos lembra da importância de valorizar e preservar a história de nossa cidade, ao mesmo tempo em que nos inspira a seguir os passos desse grande líder e buscar sempre o melhor para a nossa comunidade.



ALUNOS: Ana Luiza da Silva, Bruno, Caroline, Esther, Fábia e Maria Paula.



PARA REFLETIR

QUESTIONAMENTO FEITO PELA ALUNA ANNA CLARA

Por que na Praça Sargento Noraldino Rosa não existe o busto dele?

QUESTIONAMENTO FEITO PELO ALUNO PEDRO ARTHUR

Por que na Praça Sargento Noraldino Rosa não tem uma placa ou monumento com seu nome?

QUESTIONAMENTO FEITO PELO ALUNA MARIANE

Por que no centro do município de Novo Cruzeiro tem uma estátua de Júlio Campos, mas não tem uma estátua do Sargento Noraldino Rosa?

QUESTIONAMENTO FEITO PELO ALUNA LAILA

Por que o Festival da Cachaça não é um patrimônio do município, se ele representa a cultura da região?

QUESTIONAMENTO FEITO PELO ALUNA LAILA

Por que a prefeitura de Novo Cruzeiro não mais rígida quanto a preservação do espaço da Casa do Agente e do Troqueiro?
Lá funciona estacionamento e depósito.

QUESTIONAMENTO FEITO PELO ALUNO ERYK

Por que destruíram a antiga Igreja Matriz ao invés de tombá-la?

HIPÓTESES

QUAIS SÃO AS CAUSAS DA DIFICULDADE DE PRESERVAÇÃO DOS PATRIMÔNIOS CULTURAIS?

Podemos citar vários motivos que contribuem para tal dificuldade, entre eles a falta de informação da população sobre a cultura de seu espaço. As consequências disso podem ser observadas, por exemplo, na grande quantidade de crianças e adolescentes que poluem, fazem desenhos nas superfícies de objetos e até mesmo brincadeiras desrespeitosas em relação aos elementos culturais ao seu redor. Isso é um reflexo da indiferença gerada no desconhecimento, que é repetida geração após geração quando os jovens mal informados se tornam adultos indiferentes.

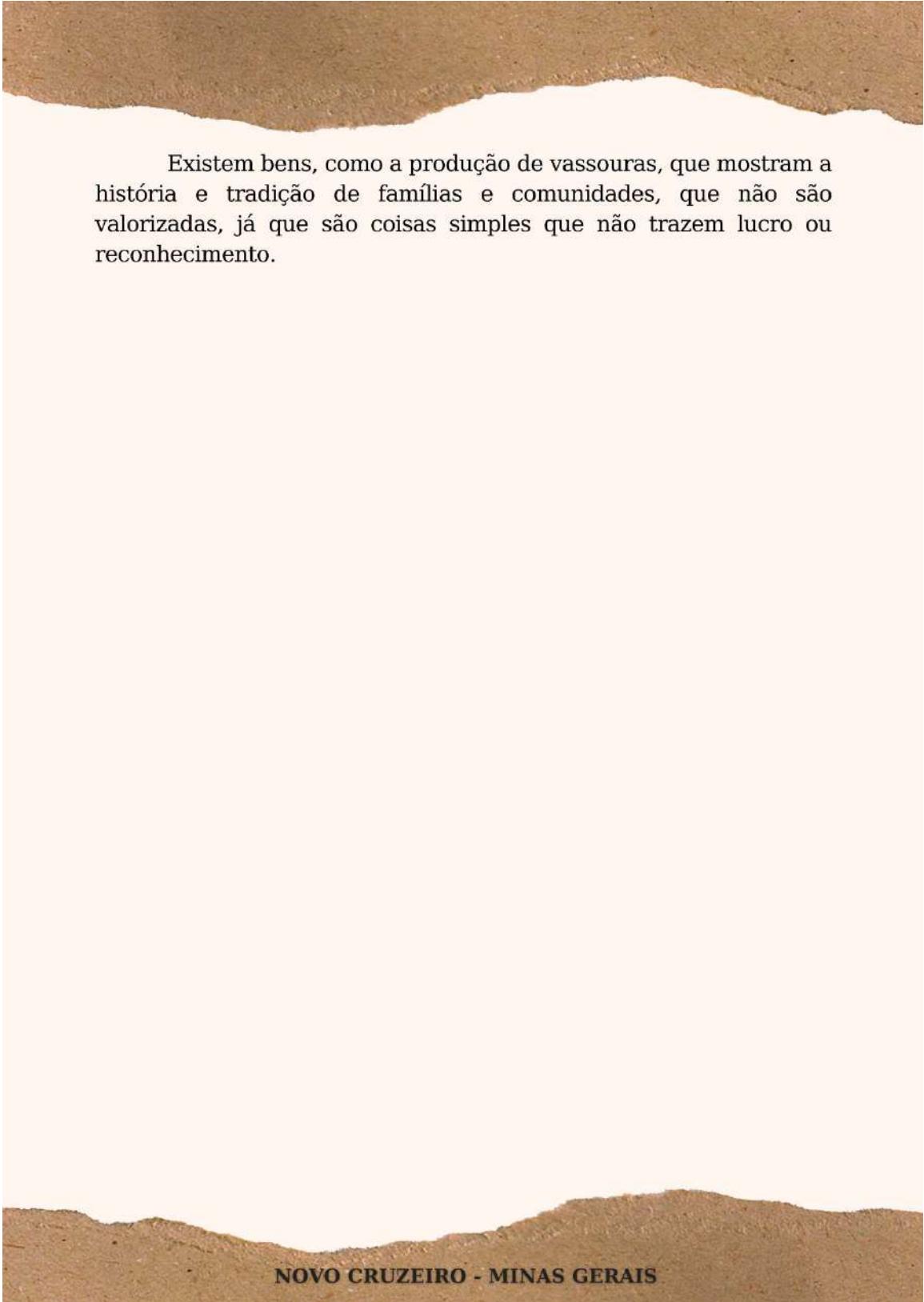
Além disso, podemos observar o descaso de instituições municipais e estaduais com o compromisso da manutenção dos patrimônios materiais, principalmente os antigos, que são deixados cada vez mais de lado. Também há a falta de programas que promovam a cultura, que quando ocorrem, geralmente são voltados a eventos festivos e inauguração de praças, sem explorar sua origem e importância cultural. Isso evidencia a procura política por programas que proporcionam primeiramente fanhos financeiros, e posteriormente ganhos sociais e educacionais.

HIPÓTESE PRODUZIDA PELA ALUNA LAILA

POR QUE ALGUNS BENS SÃO VALORIZADOS E OUTROS NÃO?

É possível perceber que alguns bens são valorizados e outros não são, apesar de sua importância histórica e cultural para a cidade.

Será que isso ocorre porque esses bens não trazem uma boa visibilidade e reconhecimento, ou ainda porque não trazem lucro para a cidade?



Existem bens, como a produção de vassouras, que mostram a história e tradição de famílias e comunidades, que não são valorizadas, já que são coisas simples que não trazem lucro ou reconhecimento.

NOVO CRUZEIRO - MINAS GERAIS